

GÊNERO, DIVERSIDADE E TRANSVERSALIDADES



RAQUEL DA SILVA GUEDES
FÁBIO RONALDO DA SILVA
ORGANIZADORES



AMPLLA
EDITORA

GÊNERO, DIVERSIDADE E TRANSVERSALIDADES



RAQUEL DA SILVA GUEDES
FÁBIO RONALDO DA SILVA
ORGANIZADORES



AMPLLA
EDITORA



2025 - Ampla Editora

Copyright © Ampla Editora

Editor Chefe: Leonardo Tavares

Design da Capa: Ampla Editora

Gênero, diversidade e transversalidades está licenciado sob CC BY 4.0.



Essa licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho para fins não comerciais e, embora os novos trabalhos devam ser creditados e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não precisam licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos. O conteúdo da obra e sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam a posição oficial da Ampla Editora. O download e o compartilhamento da obra são permitidos, desde que os autores sejam reconhecidos. Todos os direitos desta edição foram cedidos à Ampla Editora.

ISBN: 978-65-5381-290-1

DOI: 10.51859/ampla.gdt5201-0

Ampla Editora

Campina Grande – PB – Brasil

contato@amplaeditora.com.br

www.amplaeditora.com.br



2025

CONSELHO EDITORIAL

Adilson Tadeu Basquerote – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Alexander Josef Sá Tobias da Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Andréa Cátia Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará
Aryane de Azevedo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará
Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará
Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Bruno Ferreira – Universidade Federal da Bahia
Caio Augusto Martins Aires – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe
Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista
Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande
Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires
Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas
Caroline Barbosa Vieira – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Christiano Henrique Rezende – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará
Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar – Universidade Federal do Piauí
Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande
Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Oliveira – Universidade Estadual da Paraíba
Denilson Paulo Souza dos Santos – Universidade Estadual Paulista
Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais
Dinara das Graças Carvalho Costa – Universidade Estadual da Paraíba
Diogo Lopes de Oliveira – Universidade Federal de Campina Grande
Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano
Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará
Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador
Fábio Ronaldo da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Fredson Pereira da Silva – Universidade Estadual do Ceará
Gabriel Gomes de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará
Givanildo de Oliveira Santos – Instituto Brasileiro de Educação e Cultura
Glécia Morgana da Silva Marinho – Pontifícia Universidad Católica Argentina Santa Maria de Buenos Aires (UCA)
Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande
Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo – Fundação Oswaldo Cruz
Igor Lima Soares – Universidade Federal do Ceará
Isabel Fontgalland – Universidade Federal de Campina Grande
Isane Vera Karsburg – Universidade do Estado de Mato Grosso
Israel Gondres Torné – Universidade do Estado do Amazonas
Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará
Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas
João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina
João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas
João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo
Joilson Silva de Sousa – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife
Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará
Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis
Katia Fernanda Alves Moreira – Universidade Federal de Rondônia
Laís Portugal Rios da Costa Pereira – Universidade Federal de São Carlos
Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador
Lara Luiza Oliveira Amaral – Universidade Estadual de Campinas
Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará
Lisiane Silva das Neves – Universidade Federal do Rio Grande
Lucas Araújo Ferreira – Universidade Federal do Pará
Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará
Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário
Luciana de Jesus Botelho Sodré dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão
Luís Miguel Silva Vieira – Universidade da Madeira
Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central
Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande
Marcelo Alves Pereira Eufrazio – Centro Universitário Unifacisa
Marcelo Henrique Torres de Medeiros – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará
Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz
Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia
Maria Carolina da Silva Costa – Universidade Federal do Piauí
Maria José de Holanda Leite – Universidade Federal de Alagoas
Marina Magalhães de Moraes – Universidade Federal do Amazonas
Mário César de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia
Michele Antunes – Universidade Feevale
Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues – Logos University International
Miguel Ysrrael Ramírez-Sánchez – Universidade Autônoma do Estado do México
Milena Roberta Freire da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais
Natan Galves Santana – Universidade Paranaense
Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso
Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Paula Milena Melo Casais – Universidade Federal da Bahia
Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão
Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos
Ramôn da Silva Santos – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará
Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras
Regina Márcia Soares Cavalcante – Universidade Federal do Piauí
Renan Gustavo Pacheco Soares – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns
Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará
Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande
Rubia Katia Azevedo Montenegro – Universidade Estadual Vale do Acaraú
Sabrynn Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais
Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará
Selma Maria da Silva Andrade – Universidade Norte do Paraná
Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia
Silvana Carlotto Andres – Universidade Federal de Santa Maria
Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca
Tatiana Paschoalette R. Bachur – Universidade Estadual do Ceará | Centro Universitário Christus
Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Thiago Sebastião Reis Contarato – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Tiago Silveira Machado – Universidade de Pernambuco
Valvenarg Pereira da Silva – Universidade do Estado de Mato Grosso
Vinícius Queiroz Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia
Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba
Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras
Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology
Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande
Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima
William Roslindo Paranhos – Universidade Federal de Santa Catarina
Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande
Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz
Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande



2025 - Ampla Editora

Copyright © Ampla Editora

Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares

Design da Capa: Ampla Editora

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

G326

Gênero, diversidade e transversalidades / Organização de Raquel da Silva Guedes, Fábio Ronaldo da Silva. – Campina Grande/PB: Ampla, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5381-290-1

DOI 10.51859/ampla.gdt5201-0

1. Identidade de gênero. 2. Diversidade cultural. I. Guedes, Raquel da Silva (Organizadora). II. Silva, Fábio Ronaldo da (Organizador). III. Título.

CDD 306.765

Índice para catálogo sistemático

I. Identidade de gênero

Ampla Editora

Campina Grande – PB – Brasil
contato@amplaeditora.com.br
www.amplaeditora.com.br



2025

PREFÁCIO

A escolha do tema desse ebook permeia as questões de gênero, diversidade e suas transversalidades com o objetivo de abrir análises e ampliar o conhecimento sobre essa área, uma vez que cotidianamente existem ameaças e desinformação sobre os horizontes que permeiam o gênero.

Simone Beauvoir apresenta em sua obra intitulada de “O Segundo Sexo” que basta uma crise política para que direitos femininos sejam ameaçados. Parafraseando a autora, trazemos que as sucessivas investidas políticas têm imbricado os avanços nos estudos sobre gênero e nas conquistas da população LGBTQIAPN+. Há muito para se refletir sobre o assunto e sobre suas peculiaridades que permeiam a interseccionalidade.

Nesse sentido, o Eixo I dessa obra trará reflexões sobre gênero em três artigos: Espelhos femininos da opressão: um estudo comparativo entre o Brasil colônia e a Escócia do século XVIII por meio da obra Outlander – a viajante do tempo, uma análise sobre como a literatura representava as mulheres e como essa representação criou imaginários e ajudou a solidificar normas que limitaram o espaço feminino, Feminilidades dissonantes nos jogos olímpicos: Imane Khelif e a repercussão midiática do site “Terra”, com uma abordagem sobre o preconceito de gênero nas mídias e a resistência as questões de gênero dentro do mundo do esporte na atualidade e A importância da metodologia da História Oral nos estudos de gênero e diversidade, um artigo que traz como o uso de testemunhos pode ser uma metodologia para acessar histórias de violência, silenciamento e opressão entre a população que sofre com os estigmas sociais.

Em seguimento, o Eixo II, intitulado de Questões de gênero e Decolonialidade permite reflexões sobre o eurocentrismo e gênero através dos artigos: Análise da representação de mulheres negras em materiais informativos do CODEFAS (2024) em uma abordagem que debate a colonialidade e o preconceito presente em materiais de divulgação produzidos por colégios para plataformas sociais, reflexões que ajudarão a leitura do trabalho sobre Escrita feminina na literatura negro-brasileira: invisibilidade, escrevivência e interseccionalidade, artigo que vai trazer como as experiências pessoais

de pessoas negras tem sido abordadas pela literatura e o lugar que a indústria dá a essa escrita.

Já o Eixo III, intitulado de Pensando o Envelhecimento aborda questões que permeiam o etarismo e suas singularidades que precisam ser repensadas na estrutura sociopolítica a partir dos artigos: Idosos no contexto rural: reflexões sobre o processo de envelhecimento populacional no campo e suas representações no Brasil, que apresenta uma discussão acerca do imaginário sobre etarismo e do abandono político com idosos em contexto rural, enquanto o artigo Envelhecimento populacional e violência: análise dos cuidadores informais debate sobre como os cuidados de idosos são feitos na informalidade e a precarização do ofício.

Koselleck (2014, p.31) diz que são as “experiências que suscitam novas perguntas e caminhos para a pesquisa”. Dessa forma, conhecer e questionar sobre acontecimentos, realidades, experiências e vivências contemporâneas de grupos subalternizados nos auxiliam a entender estruturas, reivindicar mudanças e agir em prol de melhorias, sendo, portanto, esse o objetivo dessa obra.

Campina Grande, julho de 2025.

Raquel da Silva Guedes (UFPE)

Historiadora e Pesquisadora de gênero na Ciência e Tecnologia

Fábio Ronaldo da Silva (UNEB)

Historiador, jornalista e Pesquisador de mídias e velhices LGBTQIAP+

SUMÁRIO

EIXO 1: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO

CAPÍTULO I. ESPELHOS FEMININOS DA OPRESSÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O BRASIL COLÔNIA E A ESCÓCIA DO SÉCULO XVIII POR MEIO DA OBRA OUTLANDER – A VIAJANTE DO TEMPO..... 10

CAPÍTULO II. FEMINILIDADES DISSONANTES NOS JOGOS OLÍMPICOS: IMANE KHELIF E A REPERCUSSÃO MIDIÁTICA DO SITE “TERRA” 20

CAPÍTULO III. A IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL NOS ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE35

EIXO 2: QUESTÕES DE GÊNERO E DECOLONIALIDADE

CAPÍTULO IV. ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS EM MATERIAIS INFORMATIVOS DO CODEFAS (2024) 48

CAPÍTULO V. ESCRITA FEMININA NA LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA: INVISIBILIDADE, ESCRIVIVÊNCIA E INTERSECCIONALIDADE.....59

EIXO 3: PENSANDO O ENVELHECIMENTO

CAPÍTULO VI. IDOSOS NO CONTEXTO RURAL: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO CAMPO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO BRASIL..... 74

CAPÍTULO VII. ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VIOLÊNCIA: ANÁLISE DOS CUIDADORES INFORMAIS..... 86

CAPÍTULO I

ESPELHOS FEMININOS DA OPRESSÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O BRASIL COLÔNIA E A ESCÓCIA DO SÉCULO XVIII POR MEIO DA OBRA OUTLANDER – A VIAJANTE DO TEMPO

FEMININE MIRRORS OF OPPRESSION: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN COLONIAL BRAZIL AND 18TH CENTURY SCOTLAND THROUGH THE WORK OUTLANDER – THE TIME TRAVELER

DOI: 10.51859/amplla.gdt5201-1

Cristina Pasquetti Massutti¹

¹ Professora de História da rede pública estadual gaúcha. Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3746560398776513>

RESUMO

Este artigo realiza uma análise comparativa entre a condição da mulher no Brasil Colônia e na Escócia do século XVIII, a partir da obra *Outlander – A Viajante do Tempo*, de Diana Gabaldon. A protagonista, Claire Randall, uma enfermeira do século XX transportada para o passado escocês, é confrontada com práticas patriarcais semelhantes às vividas por mulheres no período colonial brasileiro. A pesquisa destaca três principais espelhos de opressão: o casamento como instrumento de controle, a violência física como método disciplinar e a desconfiança frente ao saber feminino. No Brasil Colônia, sob o Código Filipino e a influência da Igreja, as mulheres eram submetidas ao controle masculino, seja pelo pai ou pelo marido, com a moralidade e a honra feminina rigidamente vigiadas. Claire, ao ser forçada a se casar para garantir proteção legal, castigada fisicamente pelo marido e tratada como bruxa por dominar conhecimentos médicos, reflete os mesmos mecanismos de submissão vividos por mulheres brasileiras na era colonial. O estudo evidencia como essas práticas estavam legitimadas por leis e costumes que reforçavam a desigualdade de gênero. Além disso, defende o potencial pedagógico de *Outlander* para o ensino de História, sobretudo no segundo ano do Ensino Médio, ao permitir reflexões sobre patriarcado, direitos das mulheres e resistência feminina por meio da ficção histórica. O artigo conclui que, apesar das diferenças temporais e geográficas, os contextos analisados compartilham estruturas opressivas semelhantes, tornando a obra literária um espelho potente para o debate sobre a condição feminina ao longo da história.

Palavras-chave: Mulher. Brasil Colônia. Outlander.

ABSTRACT

This article presents a comparative analysis of the condition of women in Colonial Brazil and 18th-century Scotland, based on the novel *Outlander – A Viajante do Tempo* by Diana Gabaldon. The protagonist, Claire Randall, a 20th-century nurse transported to the Scottish past, is confronted with patriarchal practices similar to those experienced by women during Brazil's colonial period. The study highlights three main mirrors of oppression: marriage as a legal instrument of control, physical violence as a method of discipline, and the mistrust of female knowledge. In Colonial Brazil, under the *Código Filipino* and strong Church influence, women were subjected to male authority—first from their fathers, then from their husbands—with female morality and honor strictly monitored. Claire, forced into marriage for legal protection, physically punished by her husband, and accused of being a witch due to her medical knowledge, reflects the same mechanisms of submission experienced by Brazilian women during the colonial era. The study shows how such practices were legitimized by laws and customs that reinforced gender inequality. Additionally, it argues for the pedagogical potential of *Outlander* in History teaching, especially in the second year of high school, as a means to reflect on patriarchy, women's rights, and female resistance through historical fiction. The article concludes that, despite temporal and geographical differences, the analyzed contexts share similar oppressive structures, making the literary work a powerful mirror for discussing the female condition throughout history.

Keywords: Women; Colonial Brazil; Outlander.



1. INTRODUÇÃO

As mulheres vivem, há séculos, sob a influência das normas e valores da sociedade de sua época. Nesse sentido, ao se estudar a trajetória dos direitos das mulheres no Brasil torna-se perceptível como códigos jurídicos e costumes sociais moldaram historicamente a posição feminina pois coloca em xeque a sua autonomia e as decisões sobre o seu próprio corpo diante de uma autoridade masculina tanto quando solteira (como propriedade do pai) como quando depois de casada (como propriedade do marido).

Este artigo propõe uma análise crítica comparatória entre esse sistema de patriarcado brasileiro, em especial no período do Brasil Colônia (1500 – 1822) e a obra *Outlander – A Viajante do Tempo*, de Diana Gabaldon, o primeiro livro da série. A publicação é uma narrativa de ficção que convida o leitor a refletir a respeito da condição da mulher a partir da personagem Claire Randall – enfermeira inglesa recém-saída da Segunda Guerra Mundial – que é transportada da Escócia do século XX diretamente para a do século XVIII, ao tocar em um círculo de pedras nas Terras Altas chamado *Craigh na Dun*. No novo (antigo) século ela é colocada a prova para conviver em uma sociedade rígida, violenta e isenta de direitos femininos, que se assemelha, em certos aspectos, às experiências vividas pelas mulheres brasileiras ao longo da história colonial.

A partir do posto, a pergunta norteadora desta pesquisa é: em que medida a trajetória dos direitos da mulher no Brasil Colônia se aproxima das experiências vividas por Claire Randall no século XVIII escocês, conforme retratado na obra *Outlander – a Viajante do Tempo*?

A escolha dessa obra se justifica pelo potencial pedagógico para as aulas de História aos quais os professores, em especial os que ministram aulas para o segundo ano do Ensino Médio e que se aproximam dos estudos do século XVIII, podem abordar por meio dos exemplos contidos nesta pesquisa, as práticas discriminatórias e a luta das mulheres para a manutenção de sua autonomia e dignidade. Através de análises de passagens tais como o casamento forçado, a violência contra a mulher e as críticas em relação ao seu saber, este trabalho, busca promover uma reflexão sobre as condições jurídicas e sociais da mulher por meio das vivências expressadas por Claire na obra supracitada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E HISTÓRICO SOBRE A MULHER NO BRASIL COLÔNIA

Quando se trata de abordar a temática da condição jurídica da mulher no Brasil, é importante destacar que ela foi marcada, desde o período colonial, por um sistema patriarcal¹. Segundo Scott (2013), essa lógica esteve presente, principalmente, no período colonial (1530 - 1822) em que a autoridade da família era composta pela figura do chefe da família, denominado *pater famílias*. Posteriormente, ainda segundo Scott (2013) esse papel era passado ao marido, no contexto do casamento, o que reforçava a subordinação feminina e limitava a autonomia da mulher.

A legislação da época do Brasil Colônia era marcada pelo Código Filipino (PEDRO, 2013), que permitia punições severas contra mulheres adúlteras ou “desonestas”, inclusive, a liberdade dada ao marido para assassinar sua esposa infiel sem punição (ARAÚJO, 2004). Essa dominação masculina estava amparada por uma ideia de moral dupla, que tolerava comportamentos masculinos como o que foi citado, mas que eram proibidos para as mulheres, ou seja, nesse sentido, a mulher não tinha o mesmo direito previsto em lei de assassinar o marido caso ficasse constatado a infidelidade dele (ARAÚJO, 2004). A Igreja Católica, por sua vez, também teve papel central na moralização da sociedade, instituindo o casamento como sacramento e instrumento de controle social (DEL PRIORE, 2020).

Nesse sentido, Del Priore (2020) acrescenta que o casamento, no geral, promovia mais uma função de ampliações de alianças políticas, sociais e econômicas a fim de manter o prestígio das famílias envolvidas do que um vínculo, propriamente dito, de afeto entre os cônjuges. A autora destaca, também, que a tarefa principal da mulher casada era garantir a integridade do seu lar, do seu marido e dos seus filhos, realizando afazeres como cozinhar, limpar e manter a boa aparência tanto da sua casa quanto da sua família. O comportamento submisso, ainda segundo Del Priore (2020) era incentivado e valorizado desde a juventude, a fim de prepará-la para um futuro casamento.

No entanto, Del Priore (2020) também traz o caso das mulheres mais pobres cujos maridos não conseguiam prover o sustento da casa. Dessa forma, segundo a autora, a fim de escapar da miséria, algumas delas precisavam trabalhar fora de casa, sendo frequentemente

¹ Scott (2013, p. 32) explica que “na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer a pai e marido [...] O domínio masculino era indiscutível”.

associada à uma “mulher pública”, ou seja, que carregava uma conotação de prostituição e de desvio social. Ao trabalhar fora, elas não somente sofriam a exploração econômica, mas também eram estigmatizadas por terem a sua honestidade e moralidade questionadas (DEL PRIORE, 2020). Também é importante lembrar que mulheres negras e indígenas enfrentavam uma opressão ainda maior, pois estavam submetidas tanto ao sistema patriarcal quanto ao racismo vigente, o que intensificava a vulnerabilidade dessas mulheres tanto na parte social quanto na parte jurídica.

3. A CONDIÇÃO DA MULHER NA ESCÓCIA DO SÉCULO XVIII: UM ESPELHO DA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA

Ao ser transportada do século XX – 1945 – diretamente para o século XVIII, na Escócia de 1743, a personagem Claire Randall encontra uma sociedade ainda dominada por normas patriarcais muito similares àquelas descritas por Del Priore (2020) e Pedro (2013) a respeito do período colonial brasileiro quando se trata da condição da figura feminina. A estrutura familiar encontrada por Claire, as instituições jurídicas e os costumes sociais abordados em *Outlander*, sugerem que os escoceses daquele tempo também restringiam a autonomia das mulheres, subordinando-as a uma figura masculina da família, justificada pela manutenção da ordem moral, religiosa e social como poderá ser demonstrado a seguir.

3.1. PRIMEIRO ESPELHO: O CASAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE LEGAL

Após passar um período perdida em uma floresta desconhecida depois de atravessar o círculo de pedras, Claire se depara com uma batalha entre ingleses e escoceses. Um dos soldados escoceses, ao perceber que ela se encontrava sozinha, tenta violentá-la, mas a enfermeira é salva por Dougal MacKenzie, o irmão do lorde do clã¹ MacKenzie². Claire é levada como suspeita/prisioneira por não estar vestindo as roupas do século XVIII e demonstrar um comportamento diferente das demais mulheres do período.

Nesse momento ela também conhece Jamie Fraser. Ele era filho da falecida Ellen MacKenzie³, irmã de Dougal, o que justifica o estreitamento de laços entre o clã Fraser e o clã

¹ O termo *clã* se refere a um conjunto de famílias com um ancestral em comum (CURTIS, 2023). Alguns desses grupos se tornaram mais famosos por envolvimento político, tais como os MacKenzie.

² Segundo Sheffield (2023), o clã MacKenzie atuou politicamente na Escócia entre os séculos XVII e XVIII, tendo alguns de seus membros trabalhando diretamente para os monarcas da família real Stuart, que governaram a Escócia por várias gerações.

³ Embora não seja possível afirmar, neste artigo, se os personagens citados que carregam esse sobrenome existiram de fato, é certo que o clã MacKenzie, bem como o clã Fraser foram reais e influentes na sociedade dos

MacKenzie. Na ocasião, Jamie encontrava-se ferido a bala e Claire se oferece para cuidar dos ferimentos dele, uma vez que no século XX trabalhava com feridos de guerra.

Dougal percebe que as habilidades de Claire em cuidar de ferimentos tão complexos pode ser útil para o clã MacKenzie. Então, ela é conduzida até o Castelo Leoch, a sede do clã na história de *Outlander* e começa a trabalhar como curandeira. No entanto, a situação dela é vista com desconfiança pois Claire é uma mulher sozinha, estrangeira e com um comportamento incomum para os padrões do século XVIII.

A fim de evitar que ela seja levada pelos ingleses sob acusação de ser uma espiã escocesa já que não portava nenhum documento que pudesse comprovar sua origem, Dougal vê no casamento de seu sobrinho, Jamie (com Claire), uma proteção legal para a recém-chegada. Após conversa com Ned Gowan, o advogado do clã, e eles concluem que a única maneira de impedir legalmente que os ingleses a levem é casando-a com um escocês. Isso faria dela uma cidadã escocesa protegida pelas leis locais. Jamie e Claire aceitam a proposta de Dougal e se casam em uma cerimônia simples, realizada em uma estalagem durante a viagem pelo interior das Terras Altas. O casamento é arranjado rapidamente, com um padre local e um vestido emprestado e uma noite de núpcias:

Agora, estava trancada num quarto de uma hospedaria rural. Aguardando um marido completamente diferente, que eu mal conhecia, com ordens rígidas de consumir um casamento forçado, sob o risco de minha própria vida e liberdade. (GABALDON, p. 379)

Esse episódio, embora parte da trama da ficção, mostra o casamento como um instrumento jurídico e controle e proteção para a mulher, na qual ela é tratada como se fosse uma peça entre um jogo de acordos entre diferentes grupos sociais. Claire não aceita se casar livremente – ela aceita como uma garantia legal de sua sobrevivência no século XVIII, e sua identidade jurídica fica vinculada à uma figura masculina.

O mesmo princípio pode ser observado no Brasil Colônia, em que a mulher casada ficava sob a tutela do marido, como já foi mencionando no início desta pesquisa, e raramente poderia exercer sua autonomia e obter o respeito da sociedade sem a presença de uma figura masculina (DEL PRIORE, 2020). O casamento, tanto da Escócia do século XVIII quanto no Brasil Colônia era uma instituição com foco na reprodução de alianças tanto sociais quanto políticas

séculos citados anteriormente. Os próprio clãs citados possuem *sites* oficiais disponíveis em <https://www.clanmackenziengz.org/Clan-MacKenzie> e <https://clanfraser.org/history/>. Acesso em 21 mai 2025.

e econômicas. Ele não estava baseado na vontade ou no afeto da mulher. Assim, o matrimônio funcionava mais como um instrumento de controle social, no qual sua identidade e seu valor dependiam da submissão a um patriarcado.

3.2. SEGUNDO ESPELHO: A VIOLÊNCIA FÍSICA COMO MÉTOD/O DE DISCIPLINA

Outro momento emblemático ocorre algum tempo após o casamento, quando Claire desobedece a seu marido Jamie e coloca parte do clã em risco. Ela tenta fugir sozinha para as pedras de *Craigh na Dun* (as mesmas que havia tocado e a transportado para o século XVIII), com a intenção de voltar ao seu tempo (século XX), sem avisar ninguém. A atitude de Claire é considerada, tanto por Jamie quanto pelo clã MacKenzie, extremamente perigosa, pois além de colocar a própria vida dela em risco, comprometia os homens que tentavam protegê-la dos ingleses ao precisarem realizar buscas para encontrá-la.

Jamie, então, decide puni-la fisicamente com uma surra – uma prática que ele descreve como natural dentro da sociedade de clãs da Escócia do século XVIII: “Você é minha esposa e estava sob a minha proteção. E agora vou fazer o que um homem deve fazer com sua mulher quando ela o desobedece: vou lhe dar uma surra” (GABALDON, p. 493).

Jamie reforça a Claire que a punição é socialmente aceita como parte da responsabilidade do marido. A esposa, nesse contexto, é percebida como alguém que precisa ser corrigida e o corpo feminino se torna o espaço onde esse marido pode exercer a sua autoridade e poder. Esse episódio revela um elemento central da sociedade patriarcal: a violência masculina dentro da esfera doméstica.

O mesmo padrão também é encontrado na sociedade colonial brasileira, em que a legislação da época, as Ordenações Filipinas (PEDRO, 2013), permitia ao marido castigar sua esposa quando julgasse necessário. Nesse sentido, a mulher considerada inferior à figura masculina, era colocada sob a tutela do marido, que assumia o papel de corretor da esposa e defensor da ordem da família.

A lógica de controle do corpo e da conduta da mulher em ambos os cenários, escocês e brasileiro, reforça que a violência contra a mulher era amparada por uma moralidade jurídica, que retoma a ideia de que o marido se torne o tutor de sua esposa. Essa descrição da cena em que Jamie surra Claire, portanto, representa uma chave para compreender como o patriarcado se articulava com o cotidiano de cada família, usando a violência como instrumento de obediência.

No entanto, cabe destacar que Claire, mesmo abalada pela atitude do marido, não aceita a punição ao qual fora submetida: “Se — disse entre dentes cerrados — você algum dia erguer a mão para mim outra vez, James Fraser, vou arrancar seu coração e fritá-lo para o desjejum!” (GABALDON, p. 494). A reação de Claire mostra o conflito entre dois modos de pensar sobre as mulheres na história: de um lado, uma sociedade que aceita a violência contra elas como algo corriqueiro, e de outro, uma mulher que, mesmo vivendo nessa realidade, rejeita qualquer tipo de submissão violenta. Esse momento mostra que, apesar de estar dentro de um sistema que oprimia as mulheres, havia o desejo de resistir e defender sua dignidade e direitos, mesmo que, em muitos casos, isso não fosse possível.

3.3. TERCEIRO ESPELHO: O PERIGO DE SER UMA MULHER QUE SABE

O primeiro volume da série *Outlander* ao qual este texto se remete destaca que Claire é uma enfermeira. No decorrer dos volumes seguintes, se percebe que ela evolui na profissão, tornando-se médica. O conhecimento adquirido pela personagem ao longo da sua vida no século XX citado é tratado com desconfiança no século XVIII uma vez que a mulher não costumava seguir ambas as carreiras. A analogia mais próxima que os habitantes da Escócia do século XVIII conseguem fazer ao perceberem o nível de conhecimento médico de Claire é associá-la a uma feiticeira. Isso acontece logo na chegada ao clã MacKenzie quando os membros do grupo percebem, ao longo dos dias, suas habilidades e entendimento preciso sobre a anatomia humana: “Ah, sim, entendi. Mas quer dizer que você sabe o que fazer nesse caso? É uma feiticeira, então? Uma Beaton¹?” (GABALDON, p. 168).

A fala ilustra três situações fundamentais: primeiramente, percebe-se que uma mulher com saber fora do que era esperado, isto é, das tarefas domésticas em geral e cuidado com a família, era algo suspeito porque o domínio de conhecimentos médicos não fazia parte da ordem natural da sociedade escocesa do século XVIII. Em segundo lugar, a fala revela que o conhecimento estaria associado à uma figura – ou neste caso – a uma linhagem masculina: os membros da família Beaton. Se Claire era mulher e não pertencia à essa linhagem, ela deveria

¹ O termo *Beaton* era usado na Escócia para se referir a uma linhagem de “médicos” treinados dentro da própria família, com o conhecimento passado de geração em geração. Esses profissionais praticaram a medicina desde o século XIV e serviram diversos reis e clãs escoceses, estabelecendo-se na Terras Altas (BANNERMAN, 2015). Embora Bannerman (2015) não mencione mulheres nessa linhagem médica, o autor explica que elas podiam exercer funções como parteiras ou curandeiras, o que sugere uma conexão com a área da saúde.

ser, portanto, uma feiticeira. Só assim, haveria uma justificativa plausível para tais habilidades na cura de diversos ferimentos ou doenças. Por fim, o fato de Claire ser chamada de feiticeira mostra como a sociedade patriarcal tratava mulheres que demonstravam autonomia intelectual e sabiam mais do que se esperava delas.

No Brasil Colônia, a situação da mulher seguia uma lógica semelhante na limitação do acesso ao conhecimento. “A cultura patriarcal brasileira quase não permitia a participação feminina na vida pública ou intelectual” (PEDRO, 2013, p. 25). A mulher, principalmente as de classes mais abastadas, deveria ser vista na sociedade como um modelo a ser seguido, tanto de mãe quanto de esposa e sua participação da vida social limitava-se a organização de alguns eventos que refletissem e reforçassem suas atribuições domésticas ou responsabilidades advindas do cotidiano (DEL PRIORE, 2020).

Já em relação às questões diretamente ligadas à prática da saúde - que poderiam ser comparadas à atuação de Claire, Dias (2013) menciona que muitas mulheres negras escravizadas atuavam como curandeiras, utilizando ervas e práticas tradicionais africanas. Esses saberes, porém, eram temidos pelos senhores e muitas vezes punidos com violência (DIAS, 2013). Como ressaltam as autoras: “Os senhores [...] sentiam-se ameaçados pelas escravas curandeiras. Temiam ser envenenados por elas e ordenavam aos feitores que infringissem às suspeitas de curandeirismo bárbaros castigos” (DIAS, 2013, p. 178).

Esse cenário evidencia que, tanto na Escócia do século XVIII quanto no Brasil Colônia, o saber feminino era visto fora dos padrões de suas épocas e que a mulher que detivesse o conhecimento além do que era esperado costumava ser silenciada, tratada com desconfiança ou punida – reflexo de uma estrutura patriarcal que reprimia essa autonomia intelectual feminina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa realizada entre a Escócia do século XVIII e o Brasil Colônia por meio da obra *Outlander, a viajante do tempo*, revela que os dois diferentes contextos históricos compartilham de estruturas similares em relação à opressão da mulher. A personagem Claire Randall, mesmo sendo uma figura feminina do século XX, ao ser inserida em um contexto diferente do seu, com uma sociedade patriarcal rígida, representa um espelho das condições de vida limitadas que muitas mulheres viveram e sofreram em diferentes partes do mundo, como é o caso do nosso país.

Inicialmente, este artigo havia proposto responder em que medida a trajetória dos direitos da mulher no Brasil Colônia se aproximava das experiências vividas por Claire Randall no século XVIII escocês, conforme retratado na obra *Outlander – a Viajante do Tempo*. A pesquisa demonstrou que algumas práticas tais como o casamento forçado, a violência doméstica e a desconfiança do saber feminino são pontos que podem ser observados nas duas realidades. Essas práticas sociais, amparadas, muitas vezes, pela própria sociedade ou por questões judiciais, reforçam a ideia de submissão, controle masculino e falta de autonomia.

Essa obra literária se mostra como uma ferramenta pedagógica relevante ao abordar temas que precisam estar mais frequentes em sala de aula como os direitos das mulheres, suas desigualdades históricas e a resistência feminina. Assim, *Oultander*, pode enriquecer o repertório cultural dos estudantes e interessados na temática e corroborar como um instrumento de reflexão crítica sobre a presença do patriarcado tanto na história – seja brasileira ou escocesa – quanto na atualidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Emanuel. **Arte e sedução**: sexualidade no Brasil Colônia. *In*: DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- BANNERMAN, John W. M. **The Beaton's: A Medical Kindred in the Classical Gaelic Tradition**. Edinburgh: John Donald Publishers, 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=m-h9EAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=Beaton+medicine&ots=nkqoqycWHa&sig=xPB5rcvCEgWHuSGIl5w7ti0a1uk#v=onepage&q=Beaton%20medicine&f=false> Acesso: 20 mai. 2025.
- CURTIS, M. C. **Clans, Families and Kinship Structures in Scotland - An Essay**. Genealogy, Basel, v. 6, n. 4, p. 88, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2313-5778/6/4/88> . Acesso em: 21 maio 2025.
- DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. Planeta: 2020.
- DIAS, Maria Odila. **Resistir e Sobreviver**. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.
- GABALDON, Diana. **Outlander – A viajante do tempo**. Tradução de Elisa Kriezis. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- PEDRO, Joana Maria. **A violência contra a mulher**: entre a lei e a vida cotidiana. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.

SCOTT, Ana Silvia. **Quando o patriarcado dava as cartas**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

SHEFFIELD, M. ***The MacKenzie Earls of Seaforth and the Stuart Dynasty, 1651–1719***. 2023. Tese (Doutorado em História) – University of Glasgow, Glasgow, 2023. Disponível em: <https://theses.gla.ac.uk/83551/1/2023SheffieldPhD.pdf> . Acesso em: 21 maio 2025.

CAPÍTULO II

FEMINILIDADES DISSONANTES NOS JOGOS OLÍMPICOS: IMANE KHELIF E A REPERCUSSÃO MIDIÁTICA DO SITE “TERRA”

DISSONANT FEMININITIES AT THE OLYMPIC GAMES: IMANE KHELIF AND THE MEDIA REPERCUSSIONS OF THE “TERRA” WEBSITE

DOI: 10.51859/ampla.gdt5201-2

Gabriel Felipe Silva Coelho¹

Doiara Silva dos Santos²

Fernanda Santos de Abreu³

¹ Graduando em Educação Física. Universidade Federal de Viçosa – UFV. Membro do Laboratório de Estudos Olímpicos e Socioculturais dos Esportes (LEOS).

² Professora Adjunta do Departamento de Educação Física. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa – UFV. Líder do Laboratório de Estudos Olímpicos e Socioculturais dos Esportes (LEOS).

³ Doutoranda em Estudos do Lazer. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Membro do grupo de pesquisa Oricolé - Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer. Membro do Laboratório de Estudos Olímpicos e Socioculturais dos Esportes (LEOS).

RESUMO

Em 2023, a boxeadora argelina Imane Khelif foi “reprovada” em testes de gênero pouco transparentes realizados pela Associação Internacional de Boxe (IBA). Nos Jogos Olímpicos de Paris 2024, ela foi elegível para competir devido ao fato de que a IBA não participou da organização do boxe. Ela conquistou medalha de ouro, e antes disso, teve a sua participação polemizada por ter sido “reprovada” nos testes e por não expressar corporalmente expectativas de feminilidade padrão. O objetivo deste estudo qualitativo foi analisar a cobertura midiática sobre a participação de Imane Khelif em Paris 2024. Utilizou-se como fontes notícias, matérias e reportagens online que trataram especificamente da participação de Imane nos Jogos Olímpicos, dentro do recorte de 26 de Julho à 11 de Agosto de 2024. Os dados foram tratados a partir da técnica de análise de discurso, potencializada pelo modelo de codificação/decodificação de Stuart Hall. Foram encontrados 107 textos após realização da busca. Neste trabalho, focaliza-se no portal que mais publicou a respeito: o site Terra. Os resultados mostraram que a repercussão midiática do site Terra foi heterogênea, com diferentes codificadores e o emolduramento de diferentes narrativas, no total de 13 publicações. Políticas que envolvem o Comitê Olímpico Internacional (COI), questões de

gênero e federações internacionais, foram descontextualizadas em alguns textos. Percebeu-se dificuldades no processo de codificação no que tange a compreensão de terminologias e conceitos referentes a gênero. Muitas publicações destacaram a polemização quanto à participação de Imane, mas poucas trataram de sua conquista em Paris 2024.

Palavras-chave: Repercussão midiática. Imane Khelif. Paris 2024. Análise de discurso.

ABSTRACT

In 2023, Algerian boxer Imane Khelif “failed” in opaque gender testing conducted by the International Boxing Association (IBA). At the 2024 Paris Olympic Games, she was eligible to compete due to the fact that the IBA did not participate in the organization of boxing. She won a gold medal, but before that, her participation was controversial for having “failed” the tests and for not expressing bodily expectations of standard femininity. The objective of this qualitative study was to analyze the media coverage of Imane Khelif’s participation in Paris 2024. The sources used were news, articles and online reports that specifically dealt with Imane’s participation in the Olympic Games, within the period from July 26 to August 11, 2024. The data were processed using the discourse analysis

technique, enhanced by Stuart Hall's coding/decoding model. 107 texts were found after the search. This paper focuses on the portal that published the most on the subject: the Terra website. The results showed that the media coverage of the Terra website was heterogeneous, with different coders and the framing of different narratives, in a total of 13 publications. Policies involving the International Olympic Committee (IOC), gender issues and international federations

were taken out of context in some texts. Difficulties were noted in the coding process regarding the understanding of terminology and concepts related to gender. Many publications highlighted the controversy surrounding Imane's participation, but few addressed her achievement in Paris 2024.

Keywords: Media repercussion. Imane Khelif. Paris 2024. Discourse analysis.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão das mulheres cisgênero¹ nos Jogos Olímpicos se deu a partir de desafios e rupturas desde a origem do evento no final do século XIX, com a proibição da participação delas. O ideário eurocêntrico e ocidental de fisicalidade esportiva masculina e heteronormativa atravessou os séculos e reverbera até hoje na configuração das modalidades esportivas e nas possibilidades de vivência das mulheres no esporte, que foram submetidas, historicamente, a “adequações” da sua performatividade dentro deste contexto (Goellner, 2016).

O processo histórico de avanços da inserção de mulheres no esporte tem se estabelecido de reivindicações em diálogo com conquistas de direitos em campos sociais mais amplos, como educação, política e economia. Entretanto, estes avanços são lentos quando se considera a pluralidade que envolve as diferentes identidades de gênero e feminilidades que desafiam lógicas normativas estabelecidas culturalmente (Connel, 2016). De fato, o esporte competitivo e, portanto, o esporte olímpico, oferece pouco espaço para as feminilidades denominadas “dissonantes”.

Na perspectiva da superioridade esportiva inerente ao que é masculino, há no imaginário social e nas organizações esportivas a preocupação quanto à possibilidade de algum homem ser um “intruso” na “categoria feminina” dos esportes. Segundo Batista e Camargo (2020), isso vem a se intensificar quando, nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, a Alemanha Nazista utilizava de trapaças para afirmar a superioridade da raça ariana, e colocar homens “disfarçados” de mulheres para competir era visto como uma possibilidade.

A estadunidense Helen Stephens, que competiu nesta edição na prova de 100 metros rasos, no Atletismo, precisou ser submetida a uma equipe de avaliadores após vencer uma

¹ O termo cisgênero refere-se a pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento de seu nascimento (Jesus, 2012).

prova e ser acusada de não ser mulher. Essa foi a primeira vez que o Comitê Olímpico Internacional (COI) testou a elegibilidade da identidade de gênero de uma mulher. Fato ainda mais curioso foi que a polonesa Stanisława Walasiewicz, que acusou Helen de ser homem, acabou sendo assassinada anos depois do episódio e, em sua autópsia, foi revelado que ela era uma mulher intersexo¹. Stanisława tinha uma condição de mosaicismismo gonadal, que fez com que ela possuísse órgãos reprodutores masculinos não totalmente desenvolvidos (Batista; Camargo, 2020).

Os testes de gênero não pararam por aí, e foram implementados em diferentes competições esportivas antes de se tornarem obrigatórios nos Jogos Olímpicos. Os testes envolveram desde inspeções visuais, com fotografias das genitálias das mulheres, até “apalpadas” no órgão genital. Em 1968, nos Jogos Olímpicos do México, o COI define a obrigatoriedade destes testes para todas as mulheres, que deveriam possuir um documento chamado “carteira rosa”, que comprovava que elas eram “mulheres de verdade”. Para isso, era necessária aprovação no teste “corpúsculo de Barr”, que legitimava o gênero das mulheres a partir da presença dos cromossomos XX, o que, obviamente, viria a excluir mulheres intersexo, além das transexuais² (Goellner, 2016; Batista; Camargo, 2020).

Em 1999, o COI finalmente anunciou o fim da obrigatoriedade destes testes, o que não significou, todavia, sua abolição total, considerando que até hoje podem ser solicitados (Batista; Camargo, 2020). Após o início dos anos 2000, o COI passou por algumas reformulações políticas no que diz respeito a tratamento de corpos e performances que fogem da heterocisnormatividade³, estabelecendo sua primeira política de elegibilidade para atletas transexuais. Nestas primeiras diretrizes, homens e mulheres transexuais precisariam

¹ Pessoas intersexo são aquelas que apresentam características biológicas que causam contradições e ambiguidades quanto as noções dicotômicas de masculino e feminino construídas socioculturalmente. Isso se dá por conta de variações quanto a configuração de cromossomos, nível de hormônios e desenvolvimento de genitálias (Jesus, 2012).

² O termo guarda-chuva transgênero engloba diferentes identidades de gênero que desviam da heterocisnormatividade. Uma destas identidades possíveis é a transexualidade, que refere-se a pessoas que não se identificam com o gênero que lhe foi atribuído no momento de seu nascimento (Jesus, 2012).

³ A heterocisnormatividade é a imposição da heterossexualidade e da identidade cisgênero como normativas, fortalecendo a hegemonia destas identidades e marginalizando as que não encaixam neste padrão (Carvalho; Júnior, 2019).

passar por cirurgia de redesignação genitália¹ e obter reconhecimento legal (Comitê Olímpico Internacional, 2004).

Em 2015, após o homem transexual e atleta de triatlon Chris Mosier propor reflexões a respeito das diretrizes formuladas no início dos anos 2000, as necessidades de cirurgia e reconhecimento legal foram abolidas (Xu, 2023). Assim, homens transexuais passaram a poder participar das modalidades sem quaisquer exigências, e a elegibilidade das mulheres transexuais passou a ser pautada no nível de testosterona sanguínea, que deveria não ultrapassar 10 nmol/L. Essa quantidade de testosterona teria de ser comprovada um ano antes da competição, e mantida durante tal período (Comitê Olímpico Internacional, 2015). Este mesmo padrão de testosterona já havia sido estabelecido para mulheres com hiperandrogenismo, condição que resulta no aumento dos níveis de andrógenos - como a testosterona - no sangue (Batista; Camargo, 2020). Já no ano de 2021, o COI passou para as federações internacionais a responsabilidade de definir diretrizes de elegibilidade para atletas transexuais, com as políticas de 2015 como base (COI, 2021).

Com todas estas transformações nas políticas que circundam os Jogos Olímpicos, a inclusão de corpos que desafiam a lógica da heterocisnormatividade se tornou menos incomum. Todavia, isso não refletiu na materialização de um evento menos hostil a essas pessoas, o que pode ser percebido, quando se analisa as narrativas polêmicas e negativas sobre a participação de Laurel Hubbard, a primeira mulher transexual a competir nos Jogos Olímpicos (Scovel; Nelson; Thorpe, 2023).

Nos Jogos Olímpicos de Paris 2024, a boxeadora argelina Imane Khelif, medalhista de ouro, esteve apta para competir mesmo após ser “reprovada” em testes de gênero realizados pela Associação Internacional de Boxe (IBA). A IBA nunca revelou detalhes destes testes e o COI afirmou que Imane cumpria os critérios de elegibilidade para competir nos Jogos Olímpicos. Diante de um cenário sem quaisquer evidências públicas sobre a condição de Imane a atleta não ficou livre de discursos e ações preconceituosas e discriminatórias como, por exemplo, a atitude de sua adversária, a italiana Angela Carini, que desistiu do confronto nos primeiros 46 segundos (Zoboli; Manske; Teles, 2025).

¹ A cirurgia de redesignação genitália é uma opção para pessoas que passam por transição de gênero por não se identificarem com o gênero atribuído em seu nascimento (Jesus, 2012). É importante ressaltar que a cirurgia é uma opção pessoal, e não o que define uma transição de gênero.

Imane é uma atleta que expressa uma feminilidade dissonante, e com a falta de transparência sobre o que gerou sua reprovação nos testes da IBA, realizados por uma organização com credibilidade contestada pelo COI, a atleta ficou ainda mais vulnerável. Imane Khelif relatou ter sofrido assédio, ataques racistas, misóginos e sexistas, principalmente no âmbito da mídia digital, por não atender a padrões e comportamentos associados a uma expectativa padrão de feminilidade branca e ter sido reprovada nos testes da IBA (Carpenter, 2024; James, 2024).

Compreendendo a complexidade do contexto de Imane e a existência de uma lacuna na literatura brasileira a respeito do caso, este trabalho busca contribuir com a produção científica, no âmbito dos estudos de mídia, esporte e gênero. Para isso, se propôs a analisar a cobertura midiática brasileira a respeito da participação de Imane Khelif nos Jogos Olímpicos de Paris 2024.

2. METODOLOGIA

Este foi um estudo de natureza qualitativa, com fonte midiática, utilizando dados em domínio público acessíveis online. Estudos de mídia podem auxiliar na compreensão da realidade social a qual, o esporte, como fenômeno sociocultural, reflete em diferentes dimensões (Pires, 2012).

Para analisar a cobertura midiática sobre a participação de Imane Khelif nos Jogos Olímpicos, foi realizada uma busca prévia no site *Google.com*, na aba Google Notícias. Para a coleta dos dados foi definido um recorte temporal de 26 de Julho de 2024 à 11 de Agosto de 2024, período em que ocorreram os Jogos Olímpicos. Foram estabelecidas três combinações de descritores de busca: “Imane Khelif AND Paris AND Jogos Olímpicos”, “Trans AND Jogos Olímpicos AND Paris” e “Imane Khelif AND Intersexo AND Mulher”. Os critérios de inclusão foram matérias, reportagens e/ou notícias brasileiras que tinham enfoque na atleta Imane Khelif e sua participação nos Jogos Olímpicos de Paris 2024. Os critérios de exclusão foram textos de blogs ou sites de opinião pessoal, textos que exigiam assinatura mensal para acessá-los na íntegra, ou ainda, materiais que eram réplicas de outros já publicados anteriormente.

O método de análise de dados escolhido para os textos coletados e catalogados foi análise de discurso. Segundo Gill (2008), a análise de discurso é desenvolvida a partir da perspectiva de que a linguagem não é um retrato neutro da realidade, mas um discurso construído a partir de diferentes referenciais de sentido. O objetivo da análise de discurso é

destrinchar detalhadamente as construções discursivas, visando identificar as linhas e entrelinhas da linguagem.

O modelo analítico de codificação/decodificação proposto por Stuart Hall (2003), foi utilizado para fundamentar a análise. Este modelo propõe uma investigação sobre o processo de comunicação a partir da produção e interpretação da mensagem em transmissões televisivas. Evidencia-se uma relação simbiótica e complexa entre os processo de codificação - produção da mensagem - e decodificação - interpretação da mensagem - com diferentes referenciais de sentido atuando sobre todo o processo, de maneira não linear.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após realizada busca com os descritores mencionados e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, chegou-se ao número de 107 textos de sites brasileiros. Com o objetivo de estabelecer um recorte para uma análise de discurso aprofundada foi selecionado, no presente estudo, o site Terra, veículo com o maior número de publicações sobre Imane Khelif nos Jogos de Paris 2024, com um total de 13 textos. Diferentes autores assinaram tais textos, e outros não continham identificação autoral. As publicações apresentaram-se em construções narrativas sobre Imane que continham semelhanças e contradições, que aqui serão discutidas.

Como mencionado anteriormente, Imane, assim como a boxeadora taiwanesa chamada Lin Yu-ting, foi reprovada em testes de gênero muito pouco esclarecidos, realizados pela IBA. Esse ocorrido foi resgatado na cobertura do site Terra, como se nota nos trechos a seguir: “Em 2023, a lutadora não passou em um teste de gênero - por ter níveis elevados de testosterona - para competir no Mundial da modalidade e foi desqualificada” (Olimpíadas..., 2024a, parágrafo 2) e “Em 2023, a argelina e a tailandesa Lin Yu-ting foram desclassificadas do Mundial amador de boxe após terem sido reprovadas no teste de gênero” (Ouro..., 2024, parágrafo 3).

Aos termos de Stuart Hall (2003), parece haver uma “leitura preferencial” destas publicações, ou seja, focalizando uma mensagem ao público de que, desde o início dos Jogos Olímpicos de Paris, Imane Khelif foi marcada como a competidora que não passou em testes de gênero realizados pela federação internacional que regulava sua modalidade. Esse tipo de construção discursiva, nos direciona à ideia de que se trata de um aspecto de alerta, de algo que deva ser considerado ou revisto.

Hall (2003), afirma que o processo de codificação/decodificação da mensagem midiática é cíclico e não linear, pois, o decodificador, ou seja, o público consumidor e alvo do texto, também influencia na construção discursiva. Neste sentido, é plausível compreender que destacar a reprovação, chama a atenção de um público inserido em uma sociedade de construções culturais permeadas por aspectos biologicistas, tecnologias de gênero e de controle dos corpos que tendem a regulamentar a participação de atletas transexuais ou intersexo nas práticas esportivas (Zoboli; Manske; Teles, 2025).

O questionamento a respeito da identidade de gênero de Imane Khelif foi pauta recorrente na repercussão do site Terra, como consequência da falha nos testes. A identidade de gênero da atleta no contexto em questão é um dos fatores que mais evidencia a heterogeneidade da cobertura deste site, uma vez que diferentes textos levantaram essa pauta, mas construíram discursos diferentes. É importante considerar que, praticamente nenhum dos textos esclarece a diferença terminológica entre intersexo, transexual, e transgênero, tampouco com amparo acadêmico.

Faz-se necessário destacar que, Imane Khelif, foi declarada como mulher no momento de seu nascimento e desde então reconheceu-se e viveu dessa forma na Argélia. A condição de intersexo foi uma possibilidade levantada pelas mídias, uma vez que este foi um catalisador para a reprovação de mulheres em testes de gênero realizados no passado recente. Todavia, como não existiu a divulgação destes resultados de Imane antes dos Jogos, ou de quais testes foram realizados pela IBA, não era possível afirmar que a atleta era uma pessoa intersexo.

No âmbito acadêmico, o termo “trans” é utilizado para abreviar o termo guarda-chuva transgênero, que inclui transexuais e pode incluir intersexo. Apenas um texto publicado no site Terra tenta fazer esta distinção, no seguinte trecho:

Intersexo são pessoas que nasceram com características que não se enquadram nas normas médicas para corpos do sexo feminino ou masculino (cromossomos, órgãos genitais, hormônios). Transgênero são aqueles que não se identificam com o gênero designado ao nascer, baseado no sexo biológico (masculino ou feminino) (Harfush; Vila Nova, 2024, parágrafo 5).

Nota-se que a descrição do termo intersexo é coerente, contudo, a ausência de um maior detalhamento a respeito do termo transgênero e suas diferenças em relação à nomenclatura transexual pode, consequentemente, gerar interpretações equivocadas. O texto em questão também afirma que: “Apenas dois atletas transgênero se classificaram para competir nas Olimpíadas de Paris: Nikki Hiltz, no atletismo, e Quinn, no futebol canadense”

(Harfush; Vila Nova, 2024, parágrafo 8). Essa declaração pode desencadear percepções ambíguas em decodificadores que desconheçam Nikki Hiltz, estadunidense, e Quinn, do Canadá, já que estes atletas são pessoas não-binárias, e não transexuais (Harper, 2023).

Outros textos que não dedicam-se a evidenciar essas distinções conceituais, trouxeram a discussão sobre identidade de gênero desde o título, como: “Lutadora é trans? Verdade vem à tona durante Olimpíadas de Paris” (Abreu, 2024) e “Olimpíadas: Comitê aprova participação de boxeadoras transgênero excluídas do Mundial” (Olimpíadas..., 2024b). O primeiro título coloca dúvida sobre a possibilidade de Imane Khelif ser uma mulher “trans”, mas não evidencia ao longo do texto o que compreende como “trans”. Todavia, no decorrer do texto, relata-se que o COI afirmou que Imane cumpriu todos os critérios de elegibilidade necessários para competir nos Jogos Olímpicos, uma informação que foi ofuscada no título. No segundo texto, afirma-se que Imane Khelif, assim como Lin Yun-Ting, são transgênero: “decidiu aceitar a participação de duas atletas do boxe, que são transgênero, nos Jogos Olímpicos de Paris” (Olimpíadas..., 2024b, parágrafo 1). Novamente, não se explica o que se entende como transgênero ou porque as duas atletas poderiam ser classificadas desta forma.

Outro texto publicado no site Terra, se opõe aos anteriores: “não existe nenhuma evidência que Imane Khelif seja uma mulher trans” (Vitória..., 2024, parágrafo 4). Não há, entre os textos publicados no site Terra, consenso sobre o que é ser transexual ou transgênero, e se é possível ou não, atribuir uma destas classificações a atleta.

A maioria dos textos citou a informação de que o COI foi responsável por regulamentar o boxe nos Jogos Olímpicos, mas nem todos apresentaram os fatos com clareza. Em Abril de 2024, o COI publicou um pronunciamento apontando que a IBA foi suspensa em 2019, e posteriormente, retirada da organização do boxe em 2023. As justificativas foram: a federação não atingiu metas de transparência financeira e sustentabilidade; não garantiu integridade no processo de seleção de árbitros e juízes; e não efetivou a integração plena das medidas propostas por um novo modelo de governança estabelecido para o Movimento Olímpico (Comitê Olímpico Internacional, 2024).

Os trechos a seguir são parte de um mesmo texto que contextualizou a situação: “a IBA foi expulsa das Olimpíadas pelo COI (Comitê Olímpico Internacional), devido a denúncias de corrupção, manipulação de resultados e falta de ética em geral” (Prado, 2024, parágrafo 6) e “permitiu que Khelif competisse, seguindo os protocolos de Tóquio 2020 - onde a argelina lutou sem levantar polêmica ou conseguir medalhas” (Prado, 2024, parágrafo 6).

A construção discursiva aqui presente facilita a interpretação da situação por parte do decodificador, por descrever, ainda que brevemente, a situação com detalhes. O segundo trecho ressalta que Imane competiu em 2020, dentro das mesmas diretrizes, e que nenhum discurso polêmico havia sido construído na ocasião. Esta construção deixa nas entrelinhas a ideia de que não existem motivos consolidados para polemizar a participação de Imane, e favorece essa leitura no processo de decodificação.

Em contrapartida, outros textos apresentaram construção discursiva diferente ao contextualizar a organização do boxe nos Jogos de Paris. O texto que já havia anteriormente afirmado que Imane é transgênero, apresentou que: “No entanto, o Comitê Olímpico Internacional optou por flexibilizar as regras no boxe assim como fez com outros esportes” (Olimpíadas..., 2024b, parágrafo 2). Novamente, percebe-se a existência de um enunciado discursivo que ofusca informações, o que facilita a leitura preferencial de que a situação é questionável e problemática. Neste caso, não se explica a situação do banimento da IBA, que culminou com a organização do boxe sendo assumida pelo COI. Além disso, são apresentados detalhes muito superficiais sobre a complexa situação que envolve o estabelecimento de diretrizes para atletas transexuais e com hiperandrogenismo, que vem sendo formulada e reformulada desde 2004.

Esconder as diretrizes que regulamentam a participação de atletas transexuais nas modalidades esportivas parece um mecanismo de persuasão importante para qualquer texto que queira polemizar a participação de Imane Khelif. Como é possível notar analisando a repercussão midiática, a polêmica foi construída a partir de um discurso que colocou dúvida sobre a possibilidade de Imane ser transexual, mas, segundo as diretrizes do COI, caso a atleta possuísse essa identidade de gênero, ela não precisaria escondê-la, cumprindo os critérios quanto aos níveis de testosterona. Quando Laurel Hubbard competiu em Tóquio, era de conhecimento público que a atleta era transexual, inclusive, alguns veículos midiáticos brasileiros utilizaram a inclusão social como pauta em seus textos (Coelho; Santos, 2024).

A complexidade por trás do fato de que as federações têm autonomia para desenvolver suas próprias diretrizes de elegibilidade, enquanto o COI possui recomendações como base, precisaria ser explicada nos textos. Sem federação internacional por trás do boxe olímpico, o COI se tornou autônomo para regulamentar estas questões em Tóquio e em Paris. Apenas um texto, entre os analisados, apresentou as diretrizes: “Mulheres trans tinham que reduzir a testosterona a um valor específico e mantê-la assim por 12 meses antes de competir.

Mesmo assim, esse critério ainda não é consenso na comunidade científica” (Harfush; Vila Nova, 2024, parágrafo 10). Ainda assim, o trecho ofusca a quantidade de testosterona estabelecida como parâmetro pelo COI, que como já salientado, é 10 nmol/L, e ressalta que não há consenso científico quanto a essas recomendações.

No que diz respeito a outro tópico, a luta de Imane Khelif contra a italiana Angela Carini foi bastante repercutida pelos veículos e tratada como uma justificativa para os questionamentos quanto à identidade de gênero de Imane. Analisemos o seguinte trecho: “A polêmica explodiu na quinta-feira, quando a italiana Angela Carini, primeira adversária de Khelif, abandonou a luta aos prantos após apenas 46 segundos de combate, no qual recebeu vários golpes fortes no rosto” (Olimpíadas, 2024a, parágrafo 8). A luta contra Angela é utilizada para justificar a polemização quanto a participação de Imane nos Jogos Olímpicos, e para além disso, a construção da descrição da luta com o trecho “apenas 46 segundos”, enfatiza a curta duração da luta e tende a trazer surpresa ao decodificador da mensagem.

A utilização da frase “abandonou a luta aos prantos”, constrói sobre a italiana uma imagem de vítima perante a situação, favorecendo essa decodificação por parte do receptor. Para além disso, o trecho “recebeu vários golpes fortes no rosto”, pode reforçar a alegação de uma performatividade masculina presente em Imane, devido a associação entre força e a representação dos homens na sociedade, reforçada pela dicotomia de gênero existente no âmbito esportivo.

Ademais, a repercussão sobre a onda de desinformação construída com a participação de Imane foi mais um fator que evidenciou a heterogeneidade da cobertura midiática do site terra. O trecho: “Imane Khelif é uma mulher que nunca passou por transição de gênero e representa um país, a Argélia, onde ser homossexual dá cadeia” (Prado, 2024, parágrafo 9), insere informações que descredibilizam a polemização sobre a participação de Imane e induz o decodificador a reanalisar a situação perante a outros discursos.

Em contraste, ao afirmar que Imane é transgênero, outro texto do site fortalece o discurso polemizador: “A luta nos Jogos Olímpicos de Paris, na França, entre a italiana Angela Carini e a argelina Imane Khelif, que é uma boxeadora transgênero, causou polêmica e incomodou o governo do país europeu” (Luta..., 2024, parágrafo 1). Novamente, não há, na sequência do texto, explanação sobre o conceito de transgênero e como a autoria compreende essa terminologia.

Por fim, uma vez que a análise de discurso preza por atentar-se também ao não dito, foi perceptível que os textos do site Terra não repercutiram tanto a vitória de Imane Khelif, que conquistou o ouro em meio a um contexto tumultuado e dirigido pela heterocisnormatividade compulsória. Todavia, ainda que a ausência seja evidente, alguns textos apresentaram trechos que remetiam a essa vitória da atleta.

Um dos trechos apresenta que: “Alvo de fake news e de comentários ofensivos na internet, a boxeadora Imane Khelif conquistou o ouro na categoria até 66kg e transformou uma jornada dramática vivida nos Jogos Olímpicos de Paris 2024 em um final feliz e histórico” (Harfush, 2024, parágrafo 1). Apesar da construção discursiva trazer a informação de que Imane conquistou o ouro, o destaque para a situação que atravessou a participação da atleta nos Jogos Olímpicos acompanha a informação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte moderno foi forjado a partir de um ideal heterocisnormativo que (re)produzia uma masculinidade hegemônica. Os Jogos Olímpicos modernos não escaparam disso e reforçaram estas construções. Isso envolveu o estabelecimento de um padrão de feminilidade que deveria ser performado pelas mulheres para que sua inclusão ganhasse legitimidade. A partir de uma lógica de superioridade masculina e princípios biologicistas, as mulheres foram colocadas em “teste”, e precisavam representar uma feminilidade dentro de padrões normativos para não terem sua elegibilidade questionada. Isso nos revela um ambiente em que as feminilidades dissonantes encontraram e ainda encontram barreiras para se expressarem.

Imane Khelif foi competir em Paris 2024 atravessada por diferentes marcadores sociais (mulher negra, africana, etc.). O contexto de sua inserção evidenciou que expressar uma feminilidade dissonante, com aparência e expressões de gênero que não remetem ao que é hegemônico, ainda gera muito preconceito e discriminação.

O catalisador de toda a polemização da participação de Imane pode ter sido a sua performatividade de gênero. Imane teve a sua imagem de mulher questionada quanto à fisicalidade e força, que arriscaria a competição justa entre mulheres. A situação vivida pela atleta aconteceu em meio a uma grande confusão entre organizações esportivas, uma onda de desinformação fortalecida pelas mídias sociais, e um alto nível de desconhecimento e preconceito com relação a questões de gênero e identidades diferentes da norma.

No âmbito de analisar a repercussão midiática do caso, este estudo não se propõe a criar generalizações, inclusive, no que diz respeito ao site Terra. Os 13 textos publicados dentro do recorte temporal analisado apresentaram pautas comuns, mas com construções discursivas diferentes. Nota-se que diferentes autores, com variados referenciais de sentido (Hall, 2003) e interpretações da situação participaram da produção dos textos, o que torna ainda mais equivocado produzir generalizações. Todavia, há alguns pontos a serem considerados para fundamentar futuras narrativas midiáticas que atuem no sentido de quebrar constructos que geram preconceito e discriminação, ao invés de reforçá-los.

A título de exemplo, alguns dos textos analisados cometeram equívocos quanto a diretrizes políticas que envolvem uma relação complexa entre o COI e federações internacionais, ou quanto a conceitos relacionados à identidade de gênero e sexualidade. Outros sequer consideraram acrescentar informações a respeito destes tópicos. Sabendo o potencial que veículos midiáticos têm de influenciar o imaginário social, é importante que os codificadores das mensagens mantenham um compromisso de compreender e trazer análises fundamentadas sobre contextos complexos como este.

O compromisso dos comunicadores com informação e conhecimento fundamentado é primordial para evitar que se reforcem preconceitos e polêmicas incongruentes. Um olhar mais crítico é primordial para combater a hostilidade e marginalização que o ambiente esportivo traz a corpos dissonantes da norma heterocisnormativa.

FONTES MIDIÁTICAS

ABREU, Valéria. Lutadora é trans? Verdade vem à tona durante Olimpíadas de Paris. **Terra**, 01 ago. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/gente/lutadora-e-trans-verdade-vem-a-tona-durante-olimpiadas-de-paris,75c954136c6dba86e957a02484e4950d3osfsoyn.html>. Acesso em: 22 jan. 2025.

HARFUSH, Vinícius. Olimpíadas 2024: boxeadora argelina vítima de ataques de gênero ganha medalha de ouro. **Terra**, 09 ago. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/olimpiadas-2024-boxeadora-argelina-vitima-de-ataques-de-genero-ganha-medalha-de-ouro,22b0314250cd86fc915809caafa24f96e27d8bf7.html>. Acesso em: 23 jan. 2025.

HARFUSH, Vinícius; VILA NOVA, Daniel. Atleta reprovada em teste de gênero: veja o que diz o regulamento do COI para as Olimpíadas. **Terra**, 01 ago. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/atleta-reprovada-em-teste-de-genero-veja-o-que-diz-o-regulamento-do-coi-para-as-olimpiadas,3b86e163dee4c8e0ad26c0d4add44fb803pldwww.html>. Acesso em: 22 jan. 2025.

LUTA de italiana com boxeadora trans nos Jogos irrita governo. **Terra**, 31 jul. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/luta-de-italiana-com-boxeadora-trans-nos-jogos-irrita-governo,754686caa553aebd6a93e4f1db3de4b712d83teq.html>. Acesso em: 22 jan. 2025.

OLIMPÍADAS: boxeadora argelina vê ouro como 'resposta' e apela por fim dos ataques de gênero. **Terra**, 05 ago. 2024a. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/olimpiadas-boxeadora-argelina-ve-ouro-como-resposta-e-apela-por-fim-dos-ataques-de-genero,f97906fe9eee872e0cdf174de6a134437rj2llaa.html>. Acesso em: 25 jan. 2025.

OLIMPÍADAS: Comitê aprova participação de boxeadoras transgênero excluídas do Mundial. **Terra**, 30 jul. 2024b. Disponível em: https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/olimpiadas-comite-aprova-participacao-de-boxeadoras-transgenero-excluidas-do-mundial,827a09a3e2b2e548aa9f7593069a7681qqul1v5w.html#google_vignette. Acesso em: 22 jan. 2025.

OURO nas Olimpíadas, lutadora argelina abre processo por calúnia e difamação. **Terra**, 10 ago. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/ouro-nas-olimpiadas-lutadora-argelina-abre-processo-por-calunia-e-difamacao,b5ed3c8a7cce80bb98ddc374ba086e71s2nmljbo.html>. Acesso em: 23 jan. 2025.

PRADO, Pedro Benjamin. Imane Khelif vai processar difamadores após ouro nas Olimpíadas de Paris. **Terra**, 11 ago. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/imane-khelif-vai-processar-difamadores-apos-ouro-nas-olimpiadas-de-paris,6b1a70e5188caeeaa5885b0853911842kvtj bids.html>. Acesso em: 23 jan. 2025.

VITÓRIA relâmpago de Imane Khelif vira polêmica sobre gênero. **Terra**, 01 ago. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/vitoria-relampago-de-imane-khelif-vira-polemica-sobre-genero,7d91b2726c2aa3a0ea1d4b035bf008dcxqos7mjl.html>. Acesso em: 22 jan. 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Guilherme Borges; CAMARGO, Wagner Xavier de. Regimes de controle no esporte: das mulheres aos corpos trans/intersexo. **Record**, v. 13, n. 2, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/2531702126?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true&sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CARPENTER, Morgan. Is It Ever OK to Reclassify Someone Out of Their Birth-Observed Sex Without Personal Consent? How Do We Manage Competing Methods of Classifying

Sex?. **The American Journal of Bioethics**, v. 24, n. 11, p. 18-20, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15265161.2024.2399853>. Acesso em: 14 dez. 2024.

CARVALHO, Claudio Oliveira; JÚNIOR, Gilson Santiago Macedo. 'Ainda vão me matar numa rua': direito à cidade, violência contra LGBTs e heterocisnormatividade na cidade-armário. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 20, n. 2, p. 143-164, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8697519>. Acesso em: 12 dez. 2024.

COELHO, Gabriel; SANTOS, Doiara. Media Coverage and Laurel Hubbard's participation in Tokyo 2020 Olympic Games: a preliminary study. **Sixteenth International Symposium for Olympic and Paralympic Research**, Besançon, 2024.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **IOC approves consensus with regard to athletes who have changed sex – Olympic News**. [S. l.], 2004. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/news/ioc-approves-consensus-with-regard-to-athletes-who-have-changed-sex-1>. Acesso em: 15 dez. 2024.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism**. [S. l.], 2015. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **IOC releases Framework on Fairness, Inclusion and Non-discrimination on the basis of gender identity and sex variations – Olympic News**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/news/ioc-releases-framework-on-fairness-inclusion-and-non-discrimination-on-the-basis-of-gender-identity-and-sex-variations>. Acesso em: 15 dez. 2024.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **IOC Statement on CAS decision regarding withdrawal of recognition of IBA**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.olympics.com/ioc/news/ioc-statement-on-cas-decision-regarding-withdrawal-of-recognition-of-iba>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: InVersos, 2016.

GILL, Rosalind. **Análise de discurso**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7. ed. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 2008. Cap. 10. p. 244-270.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes. **Revista USP**, n. 108, p. 29-38, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/118235>. Acesso em: 12 dez. 2024.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução: Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARPER, Joanna Marie. IOC transgender athlete policies and history. In: **The Transgender Athlete**. Academic Press, 2023. p. 105-116. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/B9780323916196000075>. Acesso em: 12 dez. 2024.

JAMES, Mark. Lex Olympica, Olympic Law, and the Paris 2024 Olympic Games. **The International Sports Law Journal**, v. 24, n. 2, p. 79-81, 2024. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40318-024-00282-9>. Acesso em: 14 dez. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, v. 2, p. 42, 2012. Disponível em: [Orientacoes_sobre_identidade_de_genero_conceitos_e_termos-libre.pdf](#). Acesso em: 12 dez. 2024.

PIRES, Giovani De Lorenzi; LAZZAROTTI FILHO, Ari; LISBÔA, Mariana Mendonça. Educação física, mídia e tecnologias–incursões, pesquisa e perspectivas. **Kinesis, Santa Maria**, v. 30, n. 1, p. 55-79, 2012. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/afe1/722c03d2cb939f9d18c6340ad5ab8cbe23f9.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SCOVEL, Shannon; NELSON, Monica; THORPE, Holly. Media framings of the transgender athlete as “legitimate controversy”: The case of Laurel Hubbard at the Tokyo Olympics. **Communication & Sport**, v. 11, n. 5, p. 838-853, 2023. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/21674795221116884?casa_token=JAHhKg2st_oAAAAA%3A6cN9xmjyWDEKfYbF1aNmwGVXliUxwFi-noU8IA8fe90EFuhb54VG2i5YgeKoZ-DowxgBRdoCjNvi3w. Acesso em: 12 dez. 2024.

XU, Qingru. Competing as the first out transgender female Olympian: A twitter network analysis of Laurel Hubbard during the 2020 Tokyo games. **Communication & Sport**, v. 11, n. 5, p. 854-878, 2023. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/21674795221090422?casa_token=DQtSl-YDZQEAAAAA%3AZI4T4UKTP6i8-2aajet8KkhE3fgXqPFy0-W6BuQCru6TqSdIU97wICrRWMSAKFrJZcC4o--p2LqXcg. Acesso em: 12 dez. 2024.

ZOBOLI, Fabio; Manske, George Saliba; TELES, Perolina Souza. A regulação hormonal em atletas trans e intersexo:: Alguns dilemas para interpelar a educação do corpo. **RELIES: Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades**, n. 13, p. 1-13, 2025. Disponível em: <https://upo.es/revistas/index.php/relies/article/view/11163>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CAPÍTULO III

A IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL NOS ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

THE IMPORTANCE OF ORAL HISTORY METHODOLOGY IN GENDER AND DIVERSITY STUDIES

DOI: 10.51859/ampla.gdt5201-3

Raquel da Silva Guedes ¹

Fábio Ronaldo da Silva ²

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mestra, bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Atua nas áreas de Gênero, Ciência e Tecnologia.

² Professor do curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mestre e licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Atua nas áreas de Gênero, Mídia, Ciência e Tecnologia, Velhices.

RESUMO

A História Oral é uma metodologia que permite o uso da coleta de dados por meio de fontes orais que em sua grande maioria concedem entrevistas orais que são gravadas. O uso massivo dessa metodologia se tornou imprescindível a partir do século XX com o estudo acontecimentos históricos que foram demarcados pela violência e pelo silenciamento das vítimas, como aconteceu no Holocausto ou durante as Ditaduras Militares. Esse artigo pretende refletir como essa metodologia se adequa aos estudos de gênero e diversidade, uma vez que o público LGBTQIA+ e as pessoas que estudam diretamente as questões de gênero também sofrem com silenciamentos e violências constantes em um ciclo de poder, biopolítica e necropolítica que tenta promover o apagamento da pauta e o silenciamento dessas pessoas. Ademais, apresentará reflexões sobre a necessidade do tato que o/a historiador/a precisa ter para realizar entrevistas que permeiam situações de testemunhos traumáticos que abordam os temas de assédio, violência e abuso.

Palavras-chave: História Oral. Testemunho. Violência. Gênero e Diversidade.

ABSTRACT

The Oral History is a methodology that allows the use of data collection through oral sources, most of which provide recorded oral interviews. The widespread use of this methodology became essential in the 20th century, with the study of historical events that were marked by violence and the silencing of victims, as happened in the Holocaust or during the Military Dictatorships. This article aims to reflect on how this methodology fits into gender and diversity studies, since the LGBTQIAPN+ public and people who directly study gender issues also suffer from constant silencing and violence in a cycle of power, biopolitics, and necropolitics that tries to promote the erasure of the agenda and the silencing of these people. Furthermore, it will present reflections on the need for tact that historians need to have when conducting interviews that permeate situations of traumatic testimonies that address the themes of harassment, violence, and abuse.

Keywords: Oral History. Testimony. Violence. Gender and Diversity.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DA HISTÓRIA ORAL PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE

“A memória de alguém está interrompendo o avanço de outro alguém, e talvez isso aconteça justamente porque algo do sofrimento de lá, ressoa com o de cá e tudo pare” (Butler, 2017, p. 117). Tais palavras de Butler ao comentar sobre Walter Benjamin traduzem e/ou introduzem esse artigo, pois ao decorrer dessas páginas esmiuçaremos questões que estão ligadas a Gênero, Memória, História Oral, Tempo Presente, Subjetividade, Cultura e Política. Esses termos, quando traduzidos em experiências, ecoam os tempos históricos e se interligam com questões individuais, geram identificações e produzem novas perspectivas (Koselleck, 2014).

Ao abordarmos as questões de gênero e diversidade, nos deparamos com histórias marcadas por trajetórias de pessoas que enfrentam diferentes formas de violência estruturadas por um sistema político, social e econômico que insiste em negligenciar seus direitos e sua dignidade. Como consequência dessas violências, as memórias e vivências subjetivas, bem como os percursos sociais dessas pessoas, acabam sendo atravessados por experiências dolorosas que compõem uma memória traumática.

Por isso, recorrer à metodologia da História Oral nos auxilia, enquanto pesquisadores(as), a compreender as conjunturas sociopolíticas e históricas que envolvem essas problemáticas. Para investigar e compreender as questões relacionadas à violência de gênero, é fundamental escutar as vozes daquelas e daqueles que vivenciam diretamente essas experiências.

Esse trabalho tem sido de operação difícil, devido ao fato de o testemunho da memória traumática obter complexidade para a análise da operação historiográfica. É importante refletir sobre a metodologia de entrevista, sobre a escuta ativa, sobre a memória e suas fugas, sobre a dor, sobre o pertencimento e sobre as formas de lidar com tais questões. A História Oral, enquanto uma metodologia e uma ciência, tem buscado esses testemunhos na contemporaneidade e para isso, tem se reinventado em sua estrutura e seus modos de operar cientificamente.

Para esse tipo de abordagem, é fundamental manter-se atualizado(a) sobre o tema, considerando que muitos(as) pesquisadores(as) ainda demonstram desconhecimento acerca das especificidades das questões de gênero. Isso se deve não apenas ao fato de ser uma temática contemporânea, que exige estudo constante por estar situada no campo da História

do Tempo Presente, mas também, e principalmente, aos estigmas que afastam muitos(as) estudiosos(as) dessas investigações. Em diversas instituições e espaços de debate educacional, o tema ainda é tratado como um tabu ou distorcido por discursos reacionários e misóginos.

Nesse sentido, esse artigo busca refletir sobre a contribuição da História Oral para as pesquisas de gênero a partir do trabalho dos testemunhos que apresentam informações de cunho político e social, bem como de violência e dor a partir de acontecimentos que demarcam a intolerância, as relações de poder, a biopolítica e necropolítica que envolvem as questões de gênero e diversidade na sociedade.

2. REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE NARRAR HISTÓRIAS QUE PERPASSAM AS QUESTÕES DE GÊNERO E O SOFRIMENTO

Quando pensamos na História Oral, pensamos no testemunho daquele que vivencia. Para Ricoeur (2020), com o testemunho foi inaugurado um processo epistemológico que parte da memória declarada, passando pelos arquivos até a prova. O autor já criticara a autenticação do testemunho e a noção de veracidade que se era cobrado dele, relatando que uma vez acreditado e passado pelo processo da narração, ele criaria legitimidade. Ricoeur alerta ainda que a testemunha confiável mantém o que diz através do tempo e diante de todos, abrindo um espaço de *dissensus*, dissonâncias que nos levam a inquerir o que pode estar errado. A análise através da procura de rastros e vestígios, na criação da narração, nos coloca mediante uma operação historiográfica que através do constituído e do indiciário – analisado – nos colocam diante de um acontecimento e de um lugar social.

Mas é Seligmann-Silva (2022) quem nos instiga a pensar em uma nova poética do testemunho. As abordagens decoloniais revelam que, diante do genocídio e do negacionismo, não podemos permanecer presos aos moldes positivistas de narração. Torna-se necessário inventar outras formas de apresentar a realidade, alcançando o não-dito, o subjetivo e aquilo que escapa às formas tradicionais de registro. O autor destaca a importância de não apenas olhar para o que resta, mas de investigar por que resta e o que está ausente. Ao dialogar com os estudos foucaultianos, ele alerta para o perigo de uma verdade atestada, refletindo sobre como essa ideia de verdade dominou as estruturas político-sociais por meio da produção de saberes e informações. O historiador nos leva a pensar como a exigência de provas a qualquer

custo acabou por reduzir a História a uma normatização, silenciando a singularidade de certos eventos e experiências.

Seligmann-Silva (2022, p. 173) nos faz uma provocação: “o que resta do testemunho quando ele é destruído?” Apresenta tal questão para que possamos refletir sobre os testemunhos que foram silenciados e/ou obstruídos nos anos de violência declarada por genocídios e ditaduras políticas. Parafraseando a pertinente colocação e adequando-a a essa pesquisa, vos pergunto: o que resta do testemunho quando há o medo de falar ou a invalidação ao que fora dito? Pensar sobre as questões de gênero é também inventar novos modos de apresentar essa realidade, pois a lógica racional dessa problemática ainda escapa ao contexto, uma vez que as violências muitas vezes não são denunciadas por receio, os processos administrativos são guardados em sigilo, algumas formas de abuso e/ou assédio apresentam dificuldade de uma prova oficial e/ou tradicional para o campo jurídico, bem como as agressões de cunho psicológico recaem sobre o discurso da subjetividade.

Nesse sentido, é necessário ouvir as pessoas que passaram por episódios de violência e negligência política e social com o objetivo de chegar ao que foi silenciado e que por isso, não está escrito na história e não é do conhecimento social. Tais questões nos levam a análise de que as problemáticas se reinventam, no sentido certauniano, em estratégias e burlas, mas a persistência e existência desses eventos nos pedem uma nova visão histórica que lide com a singularidade dos eventos, como ainda nos alerta Seligmann-Silva (2022). O que está sendo deixado de analisar nos testemunhos silenciados e impedidos?

Seguir esses fios nos levam não apenas ao testemunho, mas também a memória e a linguagem. Geni Duarte (2011) coloca que a memória é o ponto de partida para a interpretação de dados históricos que portam a marca da experiência, enquanto Raphael Samuel (1997) apresenta a memória como uma força ativa e dinâmica que até quando planeja esquecer se faz tão importante quanto o lembrar para o pensamento histórico, mas é Ecléa Bosi (1994, p. 57) que complementa essa ideia quando afirma que “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”.

Para melhor esmiuçar as questões da nossa reflexão sobre a análise dos testemunhos e da memória trauma, recorreremos as memórias das mulheres que atuam na Ciência e Tecnologia. Sabendo que as mulheres na ciência no Brasil representam um número de 26% devido a uma herança política, patriarcal e machista que estabeleceu lugares sociais a partir do gênero, entrevistamos mulheres para entender o dia a dia delas nesse ambiente e entender

as relações de poder que se estabelecem nesses lugares. A partir do testemunho e das memórias dessas mulheres, pudemos observar a dinâmica presente entre o recordar e o esquecer, bem como a forma como elas reconstruíam vivências com os olhares de hoje, ressignificando acontecimentos, entendendo experiências passadas, lidando com a “memória involuntária” presente em gestos, hábitos e atitudes corporais, como inscrições em um corpo produzido por relações sociais em um espaço e tempo (Albuquerque Júnior, 2007).

Em nossas entrevistas tivemos contatos com relatos que descreviam violências de cunho moral, por exemplo, que foram interpretadas no ato da fala. Elas nos levaram a reflexão de que a memória em seu nível individual pode ser violentada por choques provenientes de signos sensíveis que quando evocados e trazidos à consciência se configuram em imagens e repetições que causam sensações passadas e presentes que ressoam um passado que tem força viva e ainda violenta (Albuquerque Júnior, 2007).

“É complicado falar sobre isso”. “Olhando assim, eu sofri assédio nessa época e não me dei conta”. “Quando a entrevista acabou, eu lembrei de algumas coisas que você gostaria de saber, podemos marcar uma nova data?”. Foram as frases mais corriqueiras das nossas entrevistas, pois a rememoração do que Ricoeur (2020) denominou como memória ferida e/ou enferma demonstra como o tratamento da memória *páthos*, se inscreve em uma investigação que é mais minuciosa. Mas é Benito Schmidt (2011, p. 85) que nos alerta: “será que sabemos avaliar, com algum grau de competência, os efeitos dos acontecimentos traumáticos sobre nossos entrevistados?”.

O enfrentamento de narrativas marcadas por experiências traumáticas requer uma postura metodológica sensível, conforme indica Antônio Montenegro (2011, p. 45), ao afirmar a necessidade de “situar tais relatos de memória como sinais, em constante movimento de ressignificação e não de prova”. Tal perspectiva implica reconhecer que os testemunhos não devem ser tomados como evidências objetivas, mas como construções subjetivas que se atualizam no momento da enunciação.

Conforme aponta Michael Pollak (1989), a memória não é apenas o relato do vivido, mas uma elaboração marcada por estratégias de silenciamento, de esquecimento e de seleção, frequentemente influenciadas por relações de poder e por experiências de estigmatização. Assim, ao escutar os(as) sujeitos(as) que compartilham suas memórias de situações traumáticas, é possível perceber tanto aquilo que é dito quanto aquilo que emerge como lacuna ou hesitação. Durante o processo investigativo, acompanhamos a elaboração de

sentidos diante de nossas perguntas, observando sinais de marcas inscritas na linguagem, marcas que, muitas vezes, as próprias interlocutoras ainda não conseguiam nomear ou compreender plenamente.

Nesse contexto, a escuta torna-se um gesto político e ético, que permite acolher subjetividades feridas e tensionar as formas normativas de produção do saber. Mais do que recolher relatos, trata-se de criar espaços de enunciação onde o não-dito, o fragmentado e o silenciado possam adquirir visibilidade e sentido.

Elementos que estão latentes ao vir à tona estabelecem novas relações, pois a estrutura profunda da memória, com o trânsito interno entre elementos presentificados e não presentificados, é a condição de possibilidade da mudança e da renovação da estrutura da consciência, que correria o risco de estagnar (Assmann 2021). É por isso, que cada personalidade e cada fato histórico, no momento que adentra a memória são transpostos em ensinamentos, conceitos e símbolos que vão até um sistema de ideias da sociedade. É com esse movimento que operaremos nessa reflexão, desde o relato individual até a tomada de consciência coletiva, passando também pela experiência traumática, para tentar entender os rastros dessa problemática.

Seligmann-Silva (2022) coloca que o termo *trauma* se tornou um conceito chave nos estudos culturais na última década. Para ele, entende-se que o trauma pode ser pensado como um tema que produz um abalo (trauma de alguém que sofre), quanto o efeito desse evento (a pessoa traumatizada), trazendo as fronteiras entre o sujeito e seu mundo. Pensar sobre o trauma nesse artigo é refletir como ele está sendo estabelecido a nível individual e como a consequência dele traz implicações ao coletivo, pois o trauma desestabiliza a noção simplista de realidade, está presente em um mundo onde as relações sociais não deixaram de mostrar uma alta dose de opressão e violência (*id.*, 2022 p. 163).

Essas inscrições estão colocadas em uma memória enquanto duração que estão em movimento, alteração, simultaneidade de fluxos e multiplicidade contínua. Essa duração é um campo pré-subjetivo que será subjetivado através de uma síntese no tempo pela memória (Hur, 2013). Entendemos que enquanto uma recordação é fortalecida pela fala, ela se solidifica em um ato hermenêutico de autointerpretação, estabelecendo um signo da memória e outro da interpretação (Assmann, 2021), por isso “toda memória é sempre memória da memória, haja vista que ela interliga de maneira inseparável as impressões apreendidas pela percepção” (Montenegro, 2011 p. 46).

Entender a percepção em nosso contexto é analisar que cada imagem advinda de experiências vividas e/ou traumáticas adquirem um símbolo, como um corpo estranho dentro de um sobrevivente (Seligmann-Silva, 2022). Bergson (1990) apresenta que existe um movimento constante de resignificação da memória que acaba sendo indissociável da percepção, pois uma vez que somos inseridos em uma cultura, utilizamos disso para objetivar aos fatos vivenciados, as experiências e as informações recebidas. Nesse sentido, quando realizamos entrevistas, recebemos um relato elaborado de uma vivência, o que significa que aquela memória não é pura, ela passou por um processo de interpretação que está vinculada as experiências sociopolíticas e culturais do sujeito, cabendo ao historiador diluir e estar atento a essas camadas.

Entende-se que, se o experimentado é o real e se estabelece em oposição ao pensado, do ponto de vista da linguagem, separam-se duas atividades que antes eram mencionadas em um só termo: a experiência, como realidade vivenciada, e a atividade mental, na acepção da pesquisa histórica, (Koselleck, 2014). Assim, enquanto se fortalece uma recordação através do ato da fala, adiante, a recordação se solidifica em interpretação, fazendo com que no ato da narração se produza um signo digno de nota e outro signo da memória (Assmann, 2021), o que nos leva as facetas da linguagem, essa que é produção, entendimento, resignificação, recordação, percepção e cultura.

Koselleck (2006, p. 186) nos informa que “o conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que encontramos nas fontes”, por isso, devemos nos debruçar a esmiuçar o que ainda não dito, pensado ou interpretado, devemos nos ater aquilo que perpassa as interpretações cotidianas, ao que ainda não foi percebido. Comumente, esses detalhes estão apresentados em experiências limítrofes, onde a memória ainda está em elaboração. É sobre essa linguagem dentro das experiências-limites que o testemunho revela construtos dinâmicos entre o real e o simbólico, na via do passado e do presente até chegar ao encontro do até então impossível (Seligmann-Silva, 2022) ou não analisado.

O que estamos esquecendo e/ou deixando de narrar? Não podemos deixar que a seletividade da memória em razão do tempo dispense experiências vivas por ausência de narração, tornando o outro lado da história amorfo e contribuindo para o rol da exclusão. Dessa forma, sabemos que narrar requer o auxílio da História Oral, pois através dessa metodologia conseguimos estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais,

categorias profissionais, movimentos e conjunturas a partir de relatos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (Alberti, 2013).

Para exemplificar tais reflexões separamos alguns fragmentos de entrevistas com mulheres na Ciência e Tecnologia onde elas narram dificuldades de inserção e aceitação a sua presença no ambiente de estudo e/ou trabalho. A experiência que nos trazem apresentam a violência de gênero que praticada na área e os relatos nos apresentam a elaboração que elas fazem sobre essas questões.

Convidamos você a analisar os relatos de Laura¹ (2021, p. 10-11), engenheira eletricista que relata algumas experiências que viveu no início da graduação:

Desde o primeiro semestre eu sempre escutava pessoas, e pessoas que deveriam ser referências para mim, ou pessoas mais velhas no curso na graduação ou os próprios professores e funcionários e tal, que aquilo não era para mim (...) no primeiro período eu tive um professor que chegou dentro da sala de aula e disse que *‘ah, eu não sei porque eu estou dando aula, para essas meninas, já que elas só vem aqui para arrumar marido’* [suspiro], de professor de Física que eu estava escrevendo lá uma questão aberta, e Física se você deixar você vai para um mundo (...) é tipo Filosofia, né? Deixa e você viaja (...) e de chegar para mim e *‘minha filha o que você está fazendo aqui, você não devia estar fazendo o curso de jornalismo?’* (...) Eu lembro que no primeiro mês ou na primeira semana, cheguei na coordenação do curso e tem uma mulher maravilhosa que trabalha por lá e ela: *‘eita, que coisa linda, nunca vi tanta mulher’*, porque tinham sete mulheres chegando em engenharia, *‘nunca vi tanta mulher’* (...), aí chega um cara mais velho no curso, aí ela diz *‘olha que coisa linda o tanto de mulher que tem no curso, vai florir’*, aí ele fez *‘ah, bacana, mas já passaram de cálculo um?’* [silêncio]. Todos os comentários, todos não, a maioria, eram nesse sentido.

Laura relata que apenas após vivenciar determinados episódios foi capaz de reconhecer as resistências à sua presença no campo das engenharias, o que lhe possibilitou reunir essas experiências em uma narrativa articulada. Nesse sentido, Assmann (2021) argumenta que as recordações são consolidadas e reinterpretadas no âmbito da comunicação, transformando-se em formas de autointerpretação. Trata-se de um processo que pode ocorrer de forma retrospectiva, uma vez que experiências traumáticas e marcadas pela violência frequentemente comprometem a capacidade imediata de simbolização, dificultando o processamento linguístico e a elaboração interpretativa no momento em que são vividas.

Laura só consegue elaborar sua experiência como limitadora das possibilidades do feminino no campo da engenharia após a conclusão do curso, quando passa a integrar grupos

¹ Para preservar a identidade da entrevistada, utilizamos nomes fictícios.

de mulheres engenheiras dedicados à discussão das relações de gênero na Ciência e na Tecnologia. Durante o período em que tais episódios ocorreram, a gravidade dos comentários e das situações não lhe era plenamente perceptível. A elaboração crítica dessa vivência exigiu tempo, partilha e inserção em um espaço de reflexão coletiva e teórica. Esse intervalo entre o vivido e sua compreensão remete à distinção benjaminiana entre *Erlebnis* (vivência imediata, fragmentada, ainda não assimilada) e *Erfahrung* (experiência elaborada, que ganha sentido na e pela narração). Para o(a) historiador(a), esse processo implica lidar com dois tempos: o da experiência vivida e o da sua posterior elaboração, em um deslocamento temporal que só se completa quando o sujeito se apropria simbolicamente do que viveu e o inscreve em uma narrativa. Assim, o testemunho torna-se um lugar de mediação entre o passado e o presente, revelando como o sentido histórico não é dado de antemão, mas construído a partir da rememoração.

As agressões que Laura testemunhou foram direcionadas e precisas quando os homens em questão se depararam com um grupo pequeno de mulheres no mesmo espaço que eles. A norma¹ implícita sugere que as engenharias, frequentemente vistas como um campo tecnicista, são predominantemente ocupadas por homens, o que causa estranhamento e reações adversas quando mulheres estão presentes.

Essa perspectiva é implicitamente compartilhada por Laura quando questionada sobre como ela percebeu essas situações e se elas a afetaram negativamente. Ela responde:

Oh, não tem como não ser, não tem como, a gente já vem de uma sociedade que invalida tanto nós mulheres, principalmente quando vai nesse sentido técnico, ah se for alguma coisa técnica, se for alguma coisa técnica que dê dinheiro, não é para mulher, está errado (...) já vinha uma autocobrança nesse sentido e ter escutado tanto isso me fazia desacreditar ou desestabilizar (Laura, 2021, p. 12).

O fragmento apresenta que ainda que tenha havido uma elaboração por parte de Laura, ela ainda está presa a um discurso cultural patriarcal que divide os espaços por gênero. Nesse sentido, cabe ao historiador/a analisar as armadilhas dos discursos e até onde as questões culturais se inter cruzam nas falas. Laura está em desconstrução política, ainda que apresente uma análise a frente para as questões de gênero, por vezes, ainda cai nas armadilhas das formações culturais. O tempo de elaboração de Laura se inter cruza entre o ontem e o hoje e cabe a escuta que a História Oral fornece, interpretar tais peculiaridades.

¹ Judith Butler (2022, p. 90) define uma norma como “uma medida ou um meio de produzir um padrão comum que se torna uma instância que não se esgota, tornando-se sujeita a uma abstração de comunalidade”.

Analisar esses pontos só foi possível a partir da tentativa de conhecer e considerar o cotidiano das mulheres que atuam na Ciência e Tecnologia, perpassando pelo que acontece nas salas de aulas, nos espaços públicos, familiares, de trabalho e educacionais, bem como considerando a forma como elas visualizam e lidam com tais experiências. São pontos que apenas a História Oral nos fornece, pois são fios mais densos de modos e formas distintas que traduzem experiências mais intensas, nos apresentando que o produto dessa construção tem características mais detalhadas e estruturais. Condé (2017) coloca que a História da Ciência é uma grande encruzilhada fascinante que é recheada de dificuldades, pois a historicidade da ciência com todas as suas implicações nos conduz a compreendê-la como resultado da interação entre sociedade, linguagem e natureza, que estão estabelecidas em um tempo.

Para além das mulheres que atuam na Ciência e Tecnologia, a História Oral também emerge como um instrumento metodológico importante para a restituição das vozes silenciadas da população LGBTQIA+, especialmente aquelas que residem fora dos eixos urbanos centrais. É nas periferias, nos espaços rurais, entre os sujeitos racializados e as pessoas com deficiência que se articulam formas específicas e multifacetadas de violência, que permanecem invisibilizadas ou sub-representadas nas narrativas oficiais e nos cânones historiográficos tradicionais. A História Oral, ao se debruçar sobre essas experiências, possibilita a apreensão das intersecções entre gênero, sexualidade, raça, território e corpo, tensionando os regimes de poder que produzem o silêncio e a exclusão.

Esse método não apenas registra os episódios traumáticos e as opressões sofridas, mas também capta as resistências, as táticas de sobrevivência e as redes de afeto que constituem a materialidade da vida dessas pessoas em suas singularidades. Valoriza, assim, o discurso fragmentado, não linear, marcado por lacunas e tensões, que é expressão da historicidade dos sujeitos subalternizados. A escuta atenta e ética da História Oral configura, pois, um compromisso político de reparação e de produção de um conhecimento situado, que contribui para a descolonização dos saberes históricos e para a afirmação do direito à memória das populações inferiorizadas e silenciadas.

Uma vez que os fatos não são dados, eles são construídos pelo(a) historiador(a), pois o acontecimento ligado a experiência humana é o surgimento do novo, do diferente (Ricoeur, 2013) e quando se trata de um fenômeno coletivo, se dispuser de relatos testemunhais, ajuda o(a) historiador(a) a analisar a partir do discurso uma série de acontecimentos anteriores que dentro de uma trama se religa em enredamento (Dosse, 2013).

Talvez, estejamos deixando passar aquilo que não fora visto e/ou ouvido, aquilo que de certa forma pode ter sido calado ou que não fora entendido pelos sujeitos que vivem esses ambientes. É necessário chegar as pequenas circunstâncias de coisas que se tornaram grandes, pois falamos de um século em que o fluxo testemunhal tem sido interrompido e silenciado. Então, trabalharemos com narrativas e respeitando o limite de todas elas, afinal, como nos lembra Ricoeur (2020, p. 455) “assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Oral é uma metodologia que propõe a análise histórica a partir das experiências sociais. Nesse sentido, ela é primordial para entender os contextos políticos, sociais e econômicos do mundo no século XX e XXI, esses que foram marcados pela violência, biopolítica, necropolítica e regimes ditatoriais. A possibilidade da escuta das experiências humanas e da coleta de testemunhos de pessoas que foram silenciadas e sofreram com a opressão e a violência são fundamentais para entender e analisar os preâmbulos da nossa sociedade.

Tais testemunhos pertencem a uma memória que tentou ser apagada socialmente e que por isso precisa ser revista, coletada, entendida e propagada. Ademais, são experiências que se reinventaram a partir das armadilhas do inconsciente e da dor, mas, sobretudo, pelo tempo, pela rememoração e pelo amadurecimento. A memória trauma e os testemunhos calados nos apresentam novas formas de pensar a História Oral e o Tempo Presente, pois o historiador precisa se reinventar para essa escuta que acessa a dor, o esquecimento, o choro contido e as várias lacunas/marcas que a violência pode deixar inserida nos sujeitos.

Desse modo, a escuta atenta, o amparo, o cuidado durante a entrevista, a sagacidade para lidar com o tempo do vivido e o tempo do que é contado é primordial para construção dessas histórias a partir dessas memórias. Entender que a elaboração é constante e está atrelada ao tempo e as construções culturais e políticas do sujeito são primordiais nesse caminho que se intercriza em análises e elaborações.

Cabe, portanto, ao historiador/a ao lidar com os relatos que experienciam violências que provêm da não aceitação a diversidade, ter o tato de amparar os entrevistados, entender os limites da entrevista e analisar as questões apresentadas, entendendo o que foi

rememorado a partir da elaboração temporal e cultural que se apresenta no que está sendo contato.

Ademais, é importante lembrar que a História Oral enquanto metodologia tem ajudado a conhecer o dia a dia dessas pessoas, a entender como funcionam os mecanismos de violências que são apagadas e silenciadas, tem dado voz a diversidade e ajudado a reconstruir novas análises nesse contexto.

FONTES

Laura Rocha Siqueira:

Engenheira. Entrevista concedida a Raquel da Silva Guedes e realizada no dia 28 de julho de 2021, às 20:00hs, em sala virtual do *Google Meet* na cidade de Campina Grande -PB.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado- ensaios sobre o ensino de História**. São Paulo: Edusc, 2007.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2021.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Um papel para a história: o problema da historicidade na ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2017.

DOSSE, François. **Renascimento do Acontecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DUARTE, Geni, Rosa. Entre o que era e o que poderia ter sido: a história oral e os desafios para pensar o passado. In: LAVERDI, Robson, *et al.* **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife, Editora Universitária da UFPE, Editora da UFSC, 2011.

- HUR, Domenico Uhng. Memória e tempo em Deleuze: multiplicidade e produção. **Athenea Digital**. Barcelona, V.13, n.2, julho de 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/537/53728035011.pdf> Acesso em 14 de out. de 2024.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuições a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-RIO, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RIO, 2014.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Travessias e desafios. In: LAVERDI, Robson, et al. **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife, Editora Universitária da UFPE, Editora da UFSC, 2011.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo, Editora da Unicamp, 2020.
- SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. **Projeto História**, São Paulo, v.1, n.14, fevereiro de 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11234/8241> Acessado em 04 de dez. de 2023.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da História Oral? In: LAVERDI, Robson, et al. **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife, Editora Universitária da UFPE, Editora da UFSC, 2011.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. São Paulo, Editora da Unicamp, 2022.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS EM MATERIAIS INFORMATIVOS DO CODEFAS (2024)

AN ANALYSIS OF THE REPRESENTATION OF BLACK WOMEN IN INFORMATIONAL MATERIALS PRODUCED BY CODEFAS (2024)

DOI: 10.51859/ampla.gdt5201-4

Nicole Santos Mendes ¹
Fábio Ronaldo da Silva ²

¹ Pesquisadora do Programa Iniciação Científica Jr. da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Estudante do 2º ano do Ensino Médio do CODEFAS.

² Professor Auxiliar do curso de Jornalismo em Multimeios do Departamento de Ciências Humanas. Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus de Juazeiro.

RESUMO

Este artigo analisa a representação de mulheres negras em materiais informativos publicados pelo perfil do Instagram do Colégio Democrático Estadual Professora Florentina Alves dos Santos (CODEFAS) em 2024. Com base em uma perspectiva crítica de gênero e raça, utilizou-se a análise de imagem e discurso como metodologia, articulando autoras como Collins (2019), Ribeiro (2019), Werneck (2010), dentre outras. Observou-se que, embora haja a intenção de valorizar a presença negra, persistem estereótipos de solidão e masculinização das personagens femininas negras. Conclui-se que, embora haja tentativas de reconhecimento e valorização da negritude feminina, os materiais ainda reproduzem padrões sutis de controle e estigmatização, sendo preciso promover representações mais plurais, complexas e emancipadoras das mulheres negras. Este texto, é resultado parcial de pesquisa realizada com o apoio do Programa de Iniciação Científica Jr. da UNEB.

Palavras-chave: Representação. Mulheres negras. Imagens de controle. Instagram.

ABSTRACT

This article analyses the representation of Black women in informational materials published on the Instagram profile of the Colégio Democrático Estadual Professora Florentina Alves dos Santos (CODEFAS) in 2024. Drawing on a critical race and gender perspective, the study employed image and discourse analysis as its methodology, engaging with scholars such as Collins (2019), Ribeiro (2019), Werneck (2010), among others. The findings indicate that, although there is a clear intention to value Black presence, persistent stereotypes related to loneliness and the masculinisation of Black female figures remain evident. The article concludes that, despite attempts to recognise and appreciate Black womanhood, the materials continue to reproduce subtle patterns of control and stigmatisation. It is therefore necessary to promote more plural, complex, and emancipatory representations of Black women. This text presents partial results of research supported by the UNEB Junior Scientific Initiation Programme.

Keywords: Representation. Black women. Controlling images. Instagram.

1. INTRODUÇÃO

A representação da mulher negra nos espaços sociais tem sido amplamente discutida, especialmente no que se refere à forma como sua imagem é construída e reproduzida em diferentes contextos. No ambiente escolar, essas representações podem reforçar estereótipos ou contribuir para a valorização da identidade dessas mulheres. Neste sentido, este artigo investiga como as mulheres negras são retratadas nos materiais informativos do perfil do Instagram do Colégio Democrático Estadual Professora Florentina Alves dos Santos (CODEFAS), buscando compreender os desafios e impactos dessas representações na formação dos(as) estudantes.

O colégio CODEFAS é uma instituição de Ensino Médio em tempo integral com mais de 35 anos de existência na cidade de Juazeiro (BA), inaugurado no ano de 1989, reconhecido por seus projetos que estimulam os estudantes a desenvolverem suas próprias ideias e habilidades. A escola oferece apoio e recursos necessários para que os alunos possam colocar em prática seus projetos. Um dos projetos mais destacados da escola é o Encrespa, que tem como objetivo promover a valorização e o conhecimento da cultura afro-brasileira. Os estudantes participam ativamente por meio de pesquisas, danças, músicas e pinturas, que são apresentadas em eventos específicos realizados em cada unidade ao longo do ano dentro da escola.

A reflexão sobre a imagem da mulher negra, que trazemos aqui neste trabalho com base no material coletado no perfil do Instagram do colégio, é fundamental, pois carrega marcas históricas que influenciam sua posição na sociedade. Conforme destaca Jurema Werneck (2010, p. 30), “o olhar dado ao corpo feminino negro jovem incorpora elementos construídos culturalmente na sociedade que remontam à maneira como a mulher negra era vista e tratada em tempos históricos”. Essa construção simbólica se manifesta em padrões estéticos, estereótipos de comportamento e hierarquias sociais que, muitas vezes, são reproduzidas nos espaços educacionais.

A pesquisa também analisa o papel das plataformas sociais como um espaço de mediação dessas representações, considerando tanto seu potencial para o empoderamento feminino negro quanto sua capacidade de reforçar estigmas e estereótipos. O ambiente digital tornou-se um campo de disputas simbólicas, no qual as imagens compartilhadas podem influenciar a percepção dos estudantes sobre si mesmos e sobre os outros. Como sabemos,

comunidades digitais reúnem indivíduos com interesses comuns, podendo servir tanto para fortalecer identidades quanto para disseminar práticas discriminatórias.

Dessa forma, este estudo busca problematizar a presença e a construção da imagem da mulher negra nos materiais informativos no perfil do Instagram da escola, publicados no ano de 2024, analisando como essas representações contribuem para a formação de subjetividades e para a manutenção ou desconstrução de desigualdades raciais e de gênero.

2. RAÇA E GÊNERO: IMAGENS DE MULHERES NEGRAS

Para a análise dos materiais informativos que são postados nas plataformas sociais do CODEFAS, é necessário compreender, primeiramente, como isso fomenta nas atitudes dos alunos, refletindo e reforçando estereótipos sociais, e como isso pode agregar ou apenas reproduzir esses estereótipos dentro e fora das plataformas.

Os canais de comunicação online têm uma grande quantidade de informações de várias categorias que podem ser passadas de diversas formas, então, até mesmo inconscientemente, muitas pessoas podem acabar absorvendo determinadas informações e acabar por reproduzir, influenciadas pelas mesmas. Então, a escola, que tem um papel fundamental em ensinar valores e comportamentos, precisa sempre estar buscando promover um ambiente acolhedor, conscientizando através das redes, destacando a importância da igualdade e do respeito, e não o contrário.

Escolas, a mídia impressa e os meios de comunicação, agências governamentais e outras instituições do ramo da informação reproduzem as imagens controladoras da condição de mulher negra [...]. Por um lado, essas instituições da comunidade negra têm sido de importância vital para o desenvolvimento de estratégias de resistência (Collins, 2019, p.7).

Dessa forma, assim como diz Collins (2019), a reprodução e influência dessas informações podem ser consequências das imagens de controle, que aparecem de forma sutil, mas que devem ser percebidas e analisadas para não às reproduzir.

Ela também traz muitas críticas com relação ao feminismo branco, e como a luta contra o racismo e sexismo devem acontecer de forma simultânea, mostrando a realidade da mulher negra, empoderamento e a importância do posicionamento acerca das lutas das mulheres negras.

Falar sobre a luta contra o racismo e feminismo é falar também sobre os movimentos negros, de jovens mulheres negras. Zanetti e Sacramento (2010) falam sobre as meninas

negras na sociedade, as políticas públicas inclusivas, a necessidade e importância da construção da identidade dos jovens, de forma que eles consigam se desenvolver.

Dessa forma, é necessário ressaltar a importância que é para as meninas negras serem apoiadas e incentivadas a construir uma identidade forte que as ajude a ultrapassar os desafios da vida. Um desses desafios está relacionado com a identidade e pertencimento da mulher negra. Desde cedo, já na juventude, as pessoas negras acabam passando por situações que os fazem ser obrigadas a ter a percepção de sua própria cor como um fato que não é bem aceito em determinados lugares ou pessoas. Basicamente, é como diz Ribeiro (2019), sobre não ter se descoberto negra, mas acusada de ser.

Para combater o racismo, é preciso entender como ele se manifesta dentro da sociedade. A filósofa apresenta estratégias para combater o racismo, através da educação, conscientização e ação. De acordo com ela, é preciso compreender que há diferenças em cada indivíduo, que possuem determinados privilégios. A importância de admitir-se racista dentro de uma sociedade que o possui tão enraizado estruturalmente, reconhecendo seus próprios privilégios e preconceitos, a fim de contribuir para a desconstrução do racismo estrutural.

Nesse sentido, ela ainda resalta o movimento antirracista, que desempenha um papel fundamental na luta pela equidade, desafiando e transformando ambientes e grupos marginalizados, destacando a importância dessa luta, para que seja possível trabalhar em uma sociedade mais justa.

3. METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada tem natureza qualitativa e utilizamos como metodologia a análise de conteúdo. Realizamos um mapeamento das postagens feitas em 2024 no perfil do Instagram do CODEFAS identificando todas as postagens com a presença de mulheres negras. Foram identificadas apenas duas publicações. A análise de conteúdo é uma técnica metodológica amplamente empregada em pesquisas qualitativas, especialmente para a investigação de materiais comunicacionais, como postagens em redes sociais. De acordo com Bauer e Gaskell (2017), essa abordagem permite identificar padrões e significados nos discursos, contribuindo para a interpretação das mensagens veiculadas.

A abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar os sentidos expressos nas postagens, indo além da simples quantificação dos conteúdos publicados. Para

Minayo (2014), a pesquisa qualitativa busca captar as subjetividades e contextos sociais, permitindo uma análise aprofundada dos fenômenos estudados.

A aplicação da análise de conteúdo requer um procedimento sistemático de categorização das informações coletadas, possibilitando uma interpretação coerente com os objetivos da pesquisa. Segundo Franco (2018), essa metodologia envolve etapas como a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, permitindo que os dados sejam organizados e analisados de maneira estruturada. Dessa forma, a análise das postagens do colégio possibilita não apenas uma leitura crítica das imagens com a presença de mulheres negras, mas também o entendimento de como os discursos produzidos na plataforma social podem influenciar a percepção da comunidade escolar, em específico.

4. IMAGENS EM ANÁLISE

Grande parte das postagens feitas no perfil do Instagram do CODEFAS, no período aqui analisado, são de divulgação de atividades desenvolvidas por estudantes e professores (as) e, nessas imagens, aparecem muitas pessoas negras. Entretanto, analisaremos apenas as publicações de divulgações de ações ou eventos que aparecem mulheres negras.

Foi feito o mapeamento das publicações realizadas no período de 03 de janeiro a 24 de dezembro de 2024. Identificamos apenas cinco postagens anunciando eventos e que aparecem mulheres negras, como poderemos observar no decorrer do texto.

Atualmente o Colégio, além do perfil oficial, possui outros projetos, um deles destinado exclusivamente para o Encrespa (projeto que busca contribuir para a valorização da cultura afro-brasileira), onde é possível ver os estudantes participando ativamente em eventos, onde se juntam e elaboram trabalhos escolares relacionados com o principal objetivo do projeto Encrespa: conhecer e contribuir para a valorização da cultura afro-brasileira. Anúncio também feito em postagem no perfil do CODEFAS.

A imagem da “Mostra do Conhecimento Maria Felipa” celebra a memória de uma das figuras históricas negras mais importantes do Brasil, reforçando um gesto de insurgência e resistência. A postagem foi realizada em 11 de junho de 2024, possuindo 106 curtidas e apenas um comentário.

A representação da mulher, identificada com Maria Felipa, é carregada de força e movimento: ela aparece dançando ou em um gesto de celebração e luta, vestida com roupas tradicionais que evocam as vestes de mulheres negras baianas, símbolo de resistência cultural

e espiritualidade afro-brasileira. Esta escolha iconográfica dialoga com os estudos de Collins (2019), que fala da importância de reconstruir imagens positivas e afirmativas de mulheres negras, rompendo com os estereótipos de passividade ou de subalternidade. O corpo de Maria Felipa, erguido, vital e combativo, é uma resposta visual contra a invisibilidade histórica que mulheres negras enfrentaram, e ainda enfrentam, nos registros oficiais da história brasileira.

Figura 1 – Mostra do Conhecimento Maria Felipa



Fonte: Perfil do CODEFAS no Instagram (2024).

É importante observar criticamente a forma como o corpo de Maria Felipa foi representado na imagem. Seu corpo aparece excessivamente musculoso, com traços que se aproximam de uma estética corporal tipicamente associada ao masculino, o que pode sugerir que, para ser vista como combativa e resistente, uma mulher negra teria que exibir uma fisicalidade hipertrofiada. Essa representação pode ser problemática, pois, como aponta hooks (1995), a força das mulheres negras sempre esteve ligada não apenas ao corpo, mas também à resistência intelectual, espiritual e emocional diante das opressões. Reduzir essa força à imagem de um corpo quase masculinizado reforça uma lógica que nega às mulheres negras a complexidade e a diversidade de suas existências, reafirmando estereótipos que desumanizam ou desfeminizam suas experiências históricas de luta.

O slogan “Liberdade é um bairro que a alma quer visitar” e a ênfase na “disputa pela narrativa e pela história” se aproximam do que Djamila Ribeiro (2017) chama de “lugar de fala”: a necessidade de que sujeitos historicamente silenciados sejam protagonistas da construção de suas próprias memórias e representações. Ao situar Maria Felipa no centro

dessa mostra, e ao realizar o evento no dia 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, o material gráfico articula saberes, memórias e resistências de forma potente, reconhecendo que o ato de lembrar e narrar é, em si, um ato político de enfrentamento ao racismo e ao sexismo estruturais.

As próximas imagens que analisaremos é referente ao Encrespa, evento que acontece anualmente no Colégio. A postagem foi feita no dia 5 de novembro. A publicação possui 53 curtidas e nenhum comentário. Como a postagem foi feita no formato carrossel e tratam do mesmo evento, elas serão vistas como uma única figura.

Figura 2 – Mostra do Conhecimento Maria Felipa



Fonte: Perfil do CODEFAS no Instagram (2024).

Nas imagens analisadas, destaca-se, primeiramente, o rosto de uma mulher negra com expressão séria, cabelos afro e soltos, compondo uma estética que remete ao orgulho racial e à resistência. Abaixo de seu rosto, em forma que lembra um cacho de cabelo, encontra-se a palavra “Encrespa”, projeto do Colégio que valoriza a negritude e a estética afro-brasileira.

Já nas duas outras fotografias (imagens 2 e 3), observam-se figuras de mulheres negras aparentemente em movimento, possivelmente dançando. Suas expressões faciais não são visíveis, o que contribui para uma certa anonimização dessas presenças. No entanto, seus corpos são enfeitados com acessórios simbólicos como turbantes, colares e tiaras, elementos visuais que remetem a uma ancestralidade afro e às práticas culturais de afirmação identitária.

A presença dessa imagem contribui de maneira significativa para a composição visual analisada, pois está em consonância com os propósitos de valorização e representatividade racial. Além de ser visualmente chamativa, ela reforça uma estética afrocentrada ao mesmo tempo em que traz a mulher negra para o centro da cena. O fato de ela estar acompanhada de outros elementos e de outras figuras femininas negras é especialmente relevante. Ainda é bastante comum a reprodução de imagens em que a mulher negra aparece sozinha, o que,

mesmo que de forma não intencional, pode reforçar o estereótipo da solidão da mulher negra, um dos exemplos do que Patricia Hill Collins (2019) define como imagens de controle.

Essas imagens atuam de maneira sutil na manutenção de ideias historicamente construídas que associam a mulher negra à marginalização afetiva e à desumanização de suas relações. Como aponta Ribeiro (2019), a sexualização dos corpos negros femininos ainda é um fator determinante na forma como essas mulheres são percebidas socialmente, muitas vezes como objetos de desejo, mas não como sujeitos dignos de afeto e vínculo.

Dessa forma, a presença de outras mulheres negras, interagindo, dançando e ornadas com elementos como turbantes, colares e tiaras, funciona como contraponto potente a essa lógica. Ao lado da imagem da mulher negra solitária na logo do projeto “Encrespa”, as demais imagens mostram a possibilidade de outras representações: mulheres negras em coletivo, celebrando suas ancestralidades, sua estética e sua existência. Essas representações não apenas reforçam a ideia de que mulheres negras podem ser empoderadas sozinhas ou em grupo, mas também reafirmam sua agência, capacidade de escolha e desejo de estar em comunhão com outras. Trata-se, portanto, de um gesto importante na desconstrução de estereótipos e na ampliação das formas de representar a mulher negra na esfera pública.

A última imagem analisada, apresenta um convite para uma festa junina no colégio. A postagem foi feita do perfil do Instagram em 8 de junho e possui 183 curtidas e 14 comentários. Nessa imagem, é possível ver uma menina negra sorrindo, caracterizada com vestido colorido, e ao lado, um convite ao público, chamando para um evento da escola. O convite para interação, com a pergunta “Com quem você quer dançar um forrozin?” e o uso de uma linguagem acessível demonstra que o convite é direcionado para o público jovem, estudantes do Colégio.

Figura 3 – Mostra do Conhecimento Maria Felipa



Fonte: Perfil do CODEFAS no Instagram (2024).

Assim como nas outras imagens analisadas, é possível perceber que há, de fato, a representatividade da mulher negra. A imagem dela influencia não só para os alunos, mas para quem não é estudante e acaba vendo ao entrar no perfil do Colégio. Um simples comunicado pode impactar de forma positiva na própria juventude, segundo Julia Zanetti e Mônica Sacramento (2010),

Para as jovens negras, acreditamos que o ethos constituído a partir do supremacismo branco, do patriarcalismo e do adultocentrismo modela suas escolhas, que não se dão de forma aleatória, sem história, distanciadas das condições sociais, pessoais e familiares. Esta mediação entre os referenciais que orientam sua forma de agir e dos grupos a que pertencem interfere no seu campo de possibilidades, conformando identidades e trajetórias de vida (Zanetti; Sacramento, 2010, p. 27).

Ou seja, colocar a menina negra no comunicado contribui para que elas possam se identificar e normalizar algo que geralmente não traz essa representatividade. Então, o fato dela se apresentar sorridente e caracterizada, de forma casual em uma postagem nas redes sociais do Colégio, contribui na sua visão de entendimento e pertencimento. No entanto, é preciso olhar criticamente para a forma como essa presença é construída.

Apesar do convite ser para dançar forró, uma dança em par, que celebra o encontro e a sociabilidade, a personagem aparece sozinha na imagem, sem nenhum outro sujeito para compartilhar o momento. Essa solidão não é um detalhe neutro: ela pode ser lida à luz do conceito de imagens de controle (Collins, 2019), segundo o qual a cultura visual cria representações estereotipadas que, muitas vezes, isolam ou desumanizam mulheres negras. Ainda que a personagem esteja sorridente e em um contexto festivo, sua solidão reforça um

padrão sutil de distanciamento social, onde a mulher negra é visível enquanto figura decorativa da cultura popular, mas invisível como sujeito pleno de relações afetivas e sociais. A festa, que deveria ser espaço de comunhão, acaba reforçando a imagem da mulher negra como uma figura autossuficiente, independente, mas também solitária, uma representação recorrente e problemática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que a construção da formação da identidade, no sentido de conhecer a própria ancestralidade, cultura, raça e direitos, se torna importante a partir do momento em que se é exposto a determinadas situações que colocam em risco a integridade e os direitos, de um determinado indivíduo, faz com que este, por direito, segundo a lei, tenha o conhecimento necessário para questionar e lutar por seus direitos, por si mesmo. É importante valorizar as representações em todos os ambientes e aspectos, entendendo que tudo isso contribui na autoestima e na resistência à injustiça racial, fazendo com toda a estrutura racista enraizada na sociedade se desfaça através do senso crítico e conhecimento que vai sendo posto por cima dela, a fim de modificá-la para tornar a sociedade mais justa.

Com isso, percebe-se que a representação da mulher negra em materiais informativos é importante para promover um impacto positivo na autoestima e na identidade das mulheres negras que se sentem representadas e valorizadas. Mas, é importante salientar que o fato da mulher negra ser apresentada sozinha em algumas imagens, seja em uma postagem de convite (figura 3) ou informativa (figura 1), é um ponto que não é tão favorável. Elas poderiam aparecer interagindo com outros indivíduos, como uma amiga, por exemplo.

As imagens analisadas apresentam uma boa representação da imagem da mulher negra, com relação a todas as imagens captadas que possuem esse mesmo padrão de modelo, com espaço para melhorarem, mas, no geral, é totalmente possível dizer que a escola se importa e valoriza o empoderamento da mulher negra, incentivando com projetos e trazendo sua imagem em suas redes sociais. No entanto, vale ressaltar que é importante saber que a representação não é suficiente por si só e que é necessário um compromisso contínuo com a inclusão e a diversidade para promover mudanças significativas.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRANCO, Maria Laura. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- WERNECK, Jurema. **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. 2010. Disponível em: https://criola.org.br/wp-content/uploads/2017/10/livro_mulheresnegras_1_.pdf. Acesso em 18 de jan. 2025.

CAPÍTULO V

ESCRITA FEMININA NA LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA: INVISIBILIDADE, ESCRIVÊNCIA E INTERSECCIONALIDADE

FEMININE WRITING IN BLACK BRAZILIAN LITERATURE: INVISIBILITY, “ESCRIVÊNCIA” AND INTERSECTIONALITY

DOI: 10.51859/amplla.gdt5201-5

Giovanna Barbosa Soares ¹

¹ Graduanda do curso de História na Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC).

RESUMO

O presente artigo analisa a construção do sujeito feminino na literatura brasileira a partir dos escritos de três mulheres negras: Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Desse modo, privilegiou-se uma pesquisa bibliográfica qualitativa no viés histórico-literário baseada na análise de livros e artigos que utilizam o gênero, a classe e as relações étnico-raciais como pressupostos teórico-metodológicos, atrelando-os às interpretações das escritoras. Assim, serviu-se da categoria gênero com o intuito de efetivar uma análise histórica, dialogando com as transversalidades incorporadas pelas autoras através das representações de mulheres negras, destacando as suas condições de gênero, raça/etnia e classe, culminando, dessa forma, em um estudo interseccional. Além disso, pretende-se pensar historicamente a marginalização e o silenciamento da escrita feminina no campo literário atrelado às concepções misóginas enraizadas na cultura patriarcal, ao compreender a literatura não apenas esteticamente, mas também como uma área de disputas de poder e como um instrumento político de resistência aos preconceitos raciais, sociais e de gênero produzidos por uma sociedade racista, classista e machista. Por fim, parte-se da premissa de que Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo incorporaram as vozes das mulheres negras através das suas escritas e ajudaram a construir uma identidade feminina negra e brasileira, desnudando uma trajetória de violência e invisibilidade.

Palavras-chave: Gênero. Literatura brasileira. Maria Firmina dos Reis. Carolina Maria de Jesus. Conceição Evaristo.

ABSTRACT

This article analyzes the construction of the female subject in Brazilian literature through the writings of three Black women: Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, and Conceição Evaristo. Thus, it emphasizes a qualitative bibliographic research with a historical-literary approach, based on the analysis of books and articles that use gender, class, and ethnic-racial relations as theoretical-methodological foundations, linking them to the writers' interpretations. The category of gender is therefore used to carry out a historical analysis, engaging with the intersections brought forth by the authors through their representations of Black women, highlighting their conditions of gender, race/ethnicity, and class, thereby culminating in an intersectional study. Furthermore, it aims to historically reflect on the marginalization and silencing of women's writing in the literary field, tied to misogynistic conceptions rooted in patriarchal culture, by understanding literature not only from an aesthetic perspective but also as a domain of power struggles and as a political tool of resistance against racial, social, and gender-based prejudice perpetuated by a racist, classist, and sexist society. Finally, it is based on the premise that Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, and Conceição Evaristo have embodied the voices of Black women through their “escritas” (writing-life experiences) and have helped construct a Black Brazilian female identity, laying bare a trajectory of violence and invisibility.

Keywords: Gender. Brazilian literature. Maria Firmina dos Reis. Carolina Maria de Jesus. Conceição Evaristo.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe reflexões de gênero, raça e classe a partir da literatura brasileira, destacando a escrevivência de três mulheres negras: Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Assim, com base nas autoras em questão, pretende-se analisar a marginalização e o silenciamento da escrita feminina no campo literário e a vivência como combustível para a representação de mulheres negras e pobres nas obras de Maria Firmina, Carolina Maria e Conceição Evaristo.

A fim de adentrar nas análises teóricas, destaca-se que para o historiador José Meihy (1998), os estudos literários dificilmente chegavam às camadas sociais, limitados ao âmbito acadêmico. Dessa maneira, sem a análise total da obra, ou seja, o contexto em que foi produzida, a época e as concepções de mundo do autor, a literatura será apenas um instrumento parcial de análise, sugerindo interpretações imprecisas e restritas a uma história das ideias, somadas às manifestações estéticas que estão a serviço de um pequeno grupo que escreve apenas para si e para o seu círculo intelectual.

Nesse viés, a literatura é representada como a expressão de um poder pessoal ou de um grupo específico, que retira o seu caráter social, descaracterizando-a como um fenômeno coletivo permeado por complexidade e amplitude. Desta feita, Meihy (1998) questiona a ausência de estudos sobre a função social da literatura brasileira e toma como resposta a “história dos silêncios”. É nessa perspectiva que se inicia o debate, direcionando as análises para o silenciamento histórico dos sujeitos sociais, mais especificamente as mulheres negras.

2. O PIONEIRISMO DE MARIA FIRMINA DOS REIS NA LITERATURA BRASILEIRA: UMA HISTÓRIA DE SILÊNCIOS

Julga-se fundamental frisar que ao longo da história as mulheres escreveram tanto quanto os homens, contudo, diversos escritos femininos foram relegados ao esquecimento proposital, uma vez que muitas mulheres foram proibidas de ler, escrever e até mesmo pensar fora do ambiente que lhes cabia, ou seja, o “lar”. Assim, muitas obras de autoria feminina não foram publicadas, devido aos preconceitos de gênero e à cultura misógina e patriarcal que historicamente assola a sociedade, considerando irrelevante e inferior tudo o que é feminino, ao passo que o que é tido como masculino é entendido como relevante e superior (Duarte, 2024).

Nessa perspectiva, parte-se da premissa de que historicamente a escrita feminina foi silenciada, tendo em vista que o campo literário não era compreendido como um espaço adequado às mulheres, sobretudo mulheres negras. Nesse contexto, toma-se como exemplo Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra que viveu no século XIX, sendo considerada uma das primeiras romancistas do Brasil, com sua obra abolicionista intitulada “Úrsula”:

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (Reis, 2017, p. 25).

O trecho do romance de Firmina evidencia que a autora possuía consciência da condição de opressão a qual estava submetida, em decorrência da educação que historicamente foi negada às mulheres. A escritora foi pouco valorizada ao longo da história, devido ao seu gênero, à sua origem pobre e à sua raça, considerada intelectualmente inferior segundo os parâmetros da época¹ (Muzart, 2013).

Além do fato de ter sido uma mulher negra e escritora em uma sociedade escravista e explicitamente racista e machista, Maria Firmina também rompeu paradigmas ao fundar uma escola gratuita para meninas e meninos, ou seja, uma escola mista, o que “escandalizou os círculos locais, em Maçaricó [...] e por isso foi a professora obrigada a suspendê-la depois de dois anos e meio” (Meneses, 1978, p. 570). Do mesmo modo, Nascimento Moraes Filho ressaltou que a escola mista era “uma revolução social pela educação e uma revolução educacional pelo ensino, o seu pioneirismo subversivo de 1880” (Moraes Filho, 1975, p. 310).

Na contemporaneidade, Maria Firmina dos Reis tem sido alvo de análises nos círculos literários e acadêmicos, que visam efetivar uma reflexão crítica acerca da perspectiva da autora, evidenciando sua escrita abolicionista ainda no período escravista, isto é, uma época que ninguém questionava a escravidão ou o racismo, consoante aponta Maria Lúcia Mott: “É preciso lembrar da posição corajosa de Maria Firmina ao denunciar a ilegitimidade e violência da escravidão, justamente no Maranhão, província que era considerada como sendo fortemente escravista” (Mott, 1989, p. 61). Na mesma perspectiva, Muzart (2013) afirma:

¹ Vale ressaltar que o século XIX foi o período no qual se consolidou o racismo científico e o darwinismo social, portanto, os críticos literários, as concepções dos autores e suas produções foram profundamente influenciadas por tais ideologias.

Enquanto outros escritores que escreveram sobre a escravidão o fizeram de fora, com um olhar neutro, ela, Maria Firmina, em cujas veias corria o sangue de ancestrais africanos, escreve de dentro, como um deles. [...] Ao ler os textos de mulheres negras, nota-se que a dominante é ainda a de literatura de testemunho. A voz negra se inicia, pois, com Maria Firmina dos Reis, na denúncia dos males da escravidão. É ela quem, pela primeira vez, na literatura brasileira, dá a voz ao negro. Não é a primeira vez que um/a autor/a inclui escravos negros em sua narrativa, mas é a primeira vez que os negros têm voz (Muzart, 2013, p. 256).

Além do pioneirismo de Firmina, o autor também destaca a “literatura de testemunho”, o que compreendemos aqui como “escrivência”, isto é, o ato de escrever com base nas experiências cotidianas, conforme será melhor detalhado no tópico seguinte. A partir desse pensamento, Muzart (2013) enfatiza que na literatura negra pioneira não há fundamentalmente preocupação com a estética, mas sim com o conteúdo. Do mesmo modo, para Duarte (2024), as escritoras que produziam com base nas suas experiências não estavam interessadas em um projeto necessariamente estético, mas sim ideológico, pois possuíam o objetivo de denunciar e reparar a desigualdade social e intelectual que perseguia as mulheres, transformando a literatura em um instrumento político de resistência às opressões vivenciadas diariamente, como a marginalização e o silenciamento da escrita feminina negra ao longo da história, o que entendemos aqui como “memoricídio”¹:

E chegamos ao cerne do problema: as mulheres que ousaram exhibir o brilho de seu intelecto e romperam os limites impostos pelo poder patriarcal, publicando livros e criando jornais em pleno século XIX e até na primeira metade do XX, tornaram-se depois ilustres desconhecidas porque foram sistematicamente alijadas da memória canônica e do arquivo oficial. Foram – em outras palavras – vítimas de *memoricídio*, conceito que designa o assassinato da memória e de uma cultura (Duarte, 2024, p. 8).

Com base no que foi apontado pela autora, evidencia-se o apagamento sistemático da escrita feminina, consistindo no fenômeno do *memoricídio*, que nesse contexto descaracteriza as mulheres como sujeitos históricos e literários através dessa forma de opressão:

No caso feminino, o *memoricídio* pode designar também o processo de opressão e negação da participação das mulheres ao longo da história.

¹ O termo foi originalmente utilizado pelo historiador venezuelano Fernando Báez quando se referiu à destruição da memória cultural dos povos latino-americanos durante a colonização da América Latina, destacando também o genocídio e o apagamento proposital das suas tradições. No presente estudo, compartilhamos da mesma perspectiva da teórica Constância Lima Duarte (2024), que adaptou o conceito de “memoricídio” no tocante à invisibilidade feminina na literatura brasileira.

Porque, ao eliminar a memória de luta e de resistência ao patriarcado, a História impôs o silêncio e a invisibilidade às pioneiras, registrando apenas a timidez e o confinamento das jovens oitocentistas ao lar, como se nenhuma delas tivesse tido vida pública antes do século XX (Duarte, 2024, p. 8).

Consoante o que foi assinalado pela teórica, situamos Maria Firmina dos Reis nesse cenário, tendo em vista que a romancista viveu e produziu literatura abolicionista em meados do século XIX, desafiando as normas de gênero e o racismo escancarado incorporado por grande parte da sociedade da época. Dessa maneira, apesar do destaque atribuído ao pioneirismo de Firmina na atualidade, é importante destacar que durante muito tempo a escritora foi relegada ao esquecimento, sendo posta à margem dos cânones literários. De acordo com Duarte (2024), as causas do memoricídio feminino estão diretamente associadas às questões históricas e ideológicas, gerando “um grave dano à identidade feminina e ao acervo cultural brasileiro, além de provocar uma espécie de amnésia social e o desconhecimento de nossa resistência” (Duarte, p. 8, 2024).

Progressivamente, as mulheres foram alcançando mais espaços e deixando seus registros históricos, apesar da cultura de invisibilidade e opressão a qual estavam submetidas. De acordo com Bonnici (2005), a partir de 1970 surge uma crítica feminista que desnuda uma tradição literária feminina antes ignorada pela história e pela literatura; essa nova perspectiva buscava resgatar os escritos feitos por mulheres, indo na contramão dos paradigmas masculinos construídos historicamente.

No início, as críticas literárias voltaram seu olhar para textos masculinos, analisando a forma como representavam a mulher. Aos poucos, essa tendência foi sendo abandonada, evoluindo para novas perspectivas que enfatizavam os escritos femininos e não mais os masculinos. Gradualmente, as mulheres começaram a olhar para si mesmas como sujeitos históricos e literários, se descobrindo como escritoras; dessa maneira, acabaram rompendo com o padrão estético masculino e inseriram ideias próprias na literatura, voltadas para as suas trajetórias e vivências (Toledo, 2010).

Assim como Maria Firmina dos Reis, outra mulher negra silenciada foi Carolina Maria de Jesus, uma catadora de lixo que viveu em meados do século XX e se descobriu escritora a partir das suas narrativas sobre as suas próprias vivências cotidianas, evidenciando uma história de marginalização e resistência, conforme ver-se-á a seguir.

3. CAROLINA MARIA DE JESUS: O SILENCIAMENTO HISTÓRICO-LITERÁRIO DA ESCRITORA VIRA-LATA

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora negra e favelada, nascida em 1914 na cidade de Sacramento, localizada em Minas Gerais, vivendo grande parte da sua vida na primeira grande favela de São Paulo, intitulada Canindé. Além disso, era mãe solo de três filhos, semianalfabeta e catadora de lixo, sendo esta a única forma que encontrou para sobreviver e garantir o sustento da sua família, e apesar das dificuldades, nunca deixou de sonhar e de viver. No meio das suas experiências, não deixou também de registrá-las no seu diário de favelada, demonstrando um olhar sensível e uma escrita peculiar e original. Carolina passou a ser amplamente conhecida após ser “descoberta” por um jornalista chamado Audálio Dantas, que se interessou pela sua história e escrita (Meihy, 1998).

A primeira publicação de Carolina Maria foi intitulada “Quarto de despejo”, na qual a autora revela a força da sua voz feminina ao abordar sua condição de gênero, raça e classe, denunciando as opressões cotidianas que a cercam e indo na contramão da divisão social, uma vez que ela chama a atenção do público erudito para as favelas brasileiras. Nesse sentido, destaca-se que a literatura feita por Carolina é muito mais do que uma forma de expressão, pois seu tom realista impactou diversas esferas da sociedade, alterando de modo significativo a forma de se pensar e fazer literatura no Brasil (Toledo, 2010).

A escrita de Carolina se mostrava com um elo entre o mundo da favela e o mundo dos letrados. Outrossim, suas histórias incomodavam a burguesia, que se autodenominava democrática, progressista e civilizatória, mas fechava os olhos para uma realidade de opressão tão próxima. Meihy (1998) considera esse fato como um dos motivos para a rejeição de Carolina nos círculos intelectuais e o silenciamento da sua escrita, inclusive nos meios feministas e diante dos que advogavam em prol da causa negra, mesmo Carolina escrevendo como era ser uma mulher negra e pobre em uma sociedade patriarcal, racista e elitista.

Nessa mesma perspectiva, enfatiza-se que Carolina não foi bem aceita no âmbito literário e erudito, devido à sua condição de mulher negra e pobre. Dito isso, sua escrita sofreu severas críticas, uma vez que não estava nos moldes estabelecidos pela elite intelectual, que frequentemente desvalorizava a obra de Carolina por não ter uma gramática impecável. Em contrapartida, outros críticos a defendiam afirmando que a incorreção linguística fazia parte da opressão e carência vivenciada por Carolina (Toledo, 2010).

Ao analisar o apagamento da obra caroliniana na história da literatura brasileira, parte-se do pressuposto de que “o livro de Carolina escorreu pela vala do esquecimento como se não tivesse tido importância singular em nossa história da cultura” (Meihy, 1998, p. 85). Embora a obra “Quarto de despejo: Diário de uma favelada” tenha sido amplamente publicada, poucas análises são direcionadas a ela ou a Carolina Maria de uma forma geral na história da literatura brasileira.

A autora foi silenciada não apenas devido à sua origem e demais aspectos minoritários, mas também pelo seu estilo autoral, pois sua temática era voltada para a realidade social dos oprimidos, o que contradizia as concepções de progresso dos anos dourados de JK. Nesse contexto, é curioso observar como Carolina não teve apoio nem sequer entre as autoras literárias da época, que não faziam questão de integrá-la como parte da classe de mulheres escritoras, conforme ver-se-á adiante:

Dia 19 eu fui na festa da escritora Clarice Lespector que ganhou o premio de melhor escritora do ano com seu Romance “Maça no escuro”. A recepção foi na residência de Dona Carmen Dolores Barbosa. Tive a impressão de que a Dona Carmen não apreciou a minha presença. Eu fiquei sem ação. Sentei numa poltrona e fiquei. As madames da alta sociedade iam chegando. E eu cumprimentavam (...) graças a Deus não fui fotografada. Já estou saindo dos noticiários. Não compareci na sala onde Clarice estava. Não a vi. Não lhe cumprimentei. Serviram refrescos e comestíveis as 23 horas. Retornei a casa pensando no dinheiro que gastei pintando as unhas e pagando conduções. Dinheiro que poderia guardar para comprar o pão e o feijão para os meus filhos (Jesus, 1996. p. 201).

Diante do que foi exposto pela própria Carolina, percebe-se que há uma parede entre ela e Clarice, demonstrando que aquele mundo intelectual, erudito e letrado não combinava com uma catadora de lixo ou uma escritora vira-lata, como pejorativamente chamavam-na (na presente análise propõe-se ressignificar essa expressão). Assim, é nítida a discrepância entre Clarice, uma escritora branca que fazia parte da elite, e Carolina, uma mulher negra que não era considerada uma escritora digna de ocupar o mesmo espaço que Clarice.

Dito isso, entende-se que os escritos de Carolina tiveram apenas uma aliada: a verdade marginal narrada por ela, pois sua vivência e vontade de transformar a condição de invisibilidade que lhe foi imposta era a maior inspiração para a sua escrita. Em determinados escritos, é difícil detectar até que momento o discurso remete à autora, à narradora e à personagem, pois todas falam de um lugar marginalizado, onde a mulher é submissa ao homem ou ao meio social (Toledo, 2010).

Desse modo, é fundamental frisar que Carolina rompeu com o modelo literário vigente, frequentemente inspirado em vanguardas europeias, que pouco tinham a ver com a identidade da nação brasileira. Desta feita, o discurso forte, decidido e original de Carolina incorporou as vozes dos oprimidos e contribuiu para a construção do sujeito feminino, a partir da sua própria representação como uma mulher negra e favelada.

Nesse viés, entende-se que Carolina produziu literatura feminina negra, abordando em seus escritos a opressão social e a negligência dos direitos humanos, se colocando como exemplo vivo da diferença. Não obstante, foi menosprezada, ridicularizada e retratada como incapaz, sem razão, sem voz, sem autonomia e vocação para escritora. Em contrapartida, é curioso destacar que no contexto internacional Carolina foi tida como um símbolo de resistência social, política, racial e de gênero, pois sua obra “Quarto de despejo” foi traduzida para quatorze línguas e publicada em mais de quarenta países (Toledo, 2010).

Após a morte de Carolina em 1977, sua escrita inspirou estudos acadêmicos que visavam resgatar sua memória na história e na literatura. A escritora se intitulava poeta, pois enxergava o mundo e a sua realidade com sensibilidade e audácia, articulando metáforas sobre a situação política do Brasil, as desigualdades sociais, raciais e de gênero. É essencial frisar a relevância de Carolina de Jesus como mulher negra e escritora, que desafiou os paradigmas da época e rompeu com as normas sociais e de gênero. Do mesmo modo, a própria autora e a sua escrita se misturam, pois foi através da sua escrevivência que Carolina denunciou as opressões que a permeavam, reivindicando por autonomia e emancipação. Por fim, destaca-se a magnitude dos escritos carolinianos e ela própria, apesar da ausência de reconhecimento por parte da história e da literatura brasileira, que não soube receber, interpretar e desfrutar dos escritos de Carolina Maria de Jesus.

4. CONCEIÇÃO EVARISTO: ESCRIVIVÊNCIA E RESISTÊNCIA

Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em uma favela de Minas Gerais, na capital Belo Horizonte, em 1946. Ainda criança, foi morar com uma tia que não possuía filhos, tendo em vista que Conceição tinha nove irmãos e com a sua partida seria menos uma “boca para alimentar”. Dessa maneira, a partida de Conceição lhe proporcionou a oportunidade de estudar, o que não a isentou de trabalhar como empregada desde os oito anos de idade, tendo em vista que Conceição trocava o seu trabalho doméstico na casa de professores por aulas particulares, livros para si e para os irmãos. Além disso, conseguia dinheiro recolhendo restos

de lixo, tal qual Carolina Maria de Jesus, que fez Conceição se sentir como personagem da narrativa “Quarto de despejo”, inspirando-a na sua trajetória de mulher negra e escritora (Evaristo, 2009).

Nesse sentido, Conceição cresceu familiarizada à leitura e à escrita, chegando até a ganhar prêmios literários, a exemplo de um concurso de redação: “Por que me orgulho de ser brasileira”, mas apesar disso, só inaugurou na literatura brasileira na década de 1990, com publicações de poemas nos Cadernos Negros, sendo a sua primeira obra publicada apenas em 2003, intitulada “Ponciá Vivêncio”. Posteriormente, em 2006 lança seu romance “Becos de Memória”, no qual retrata uma favela em processo de remoção, com a obra protagonizada por uma figura feminina, simbolizando a resistência à pobreza e ao preconceito. Em 2011, a autora publicou o volume de contos “Insubmissas lágrimas de mulheres”, que discute as relações de gênero em uma sociedade marcada pelo racismo e pelo machismo. Em 2014, publicou uma de suas obras mais conhecidas: “Olhos d’água”, livro finalista do prêmio Jabuti na categoria “Contos e Crônicas” (Evaristo, 2009).

De modo geral, Conceição Evaristo aborda as condições raciais, sociais e de gênero a partir da representação de mulheres negras e pobres em suas histórias, registrando a sua própria memória através da prosa e do verso, transitando entre as tipologias literárias: poesia, prosa curta, ensaio e romance, mas em todas as categorias traz a marca da crítica social e da sua escrevivência:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 30).

É nesse contexto que a autora conceitua o termo escrevivência, reivindicando por uma história que foi roubada dos seus ancestrais através do silenciamento forçado e do apagamento proposital das tradições culturais, ou seja, o memoricídio. Do mesmo modo que

Conceição remete à sua ancestralidade por meio da sua escrita, também a posiciona como parte de um projeto nacional que visa uma reparação histórica:

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. Uma condição particularizada que me conduz a uma experiência de nacionalidade diferenciada. Assim como é diferenciada a experiência de ser brasileirovida, de uma forma diferenciada, por exemplo, da experiência de nacionalidade de sujeitos indígenas, ciganos, brancos etc. Mas, ao mesmo tempo, tenho tido a percepção que, mesmo partindo de uma experiência tão específica, a de uma afro-brasilidade, consigo compor um discurso literário que abarca um sentido de universalidade humana (Evaristo, 2020, p. 31).

Conforme o exposto, a autora situa a sua escrita no contexto nacional ao mesmo tempo em que recorda a sua origem ancestral, narrando de modo peculiar as experiências de mulheres negras e pobres ao destacar as redes de opressões que as envolvem. Dessa forma, as produções literárias de Conceição são aclamadas no cenário nacional e internacional, sendo caracterizadas por dramaticidade, uma vez que retratam os dramas cotidianos e as violências que atingem especificamente mulheres negras e periféricas.

Nesse sentido, Conceição Evaristo se destaca na literatura brasileira, uma vez que vai na contramão do pensamento hegemônico patriarcal e racista, narrando as suas próprias experiências e incorporando a voz de outras mulheres que compartilham da mesma condição que a sua, ajudando a construir, assim, a identidade feminina negra na literatura brasileira. Dito isso, entende-se que o ponto de partida para a nova literatura consiste na valorização da experiência, enfatizando a criação das histórias pelos próprios sujeitos que as vivem; em outras palavras, a partir da escrevivência, a mulher negra não é um mero objeto de análise, mas sim o sujeito da própria história:

Surge a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escre (vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e mulher negra [...]. Pode-se dizer que os textos femininos negros, para além de um sentido estético, buscam semantizar um outro movimento, aquele que abriga todas as suas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida (Evaristo, 2005, p. 205-206).

Nessa mesma perspectiva, entende-se que “Ouvir a perspectiva das vozes apagadas da história é uma maneira de reescrever essa mesma história, é uma maneira de compreendê-la ao mesmo tempo em que se produz novas maneiras de existir” (Barossi, 2017, p. 15). Sob essa ótica, Conceição reescreve a história das mulheres, uma vez que ela rompe com a trajetória de invisibilidade e denuncia as opressões através da sua escrevivência, preservando a memória cultural e incomodando aqueles que fingem não ver a exploração dos povos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, Conceição questiona o domínio do homem branco na literatura brasileira, reivindicando o lugar da escrita feminina negra diante dessa hegemonia masculina branca. É a partir dessa escrita provocativa que Evaristo se torna uma referência contemporânea da literatura feminina negra no Brasil, dando continuidade ao que se iniciou com Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e tantas outras mulheres negras e escritoras que foram silenciadas na história e na literatura.

5. CONCEITUANDO A INTERSECCIONALIDADE: BREVES APONTAMENTOS

Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo denunciaram por meio da literatura o que a teórica Lélia González (1984) intitulou de “duplo fenômeno do racismo e do sexismo”, onde o racismo se constitui para as mulheres negras como a “sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (González, 1984, p. 224). Assim, entende-se que a articulação entre essas duas formas de opressão, o racismo e o sexismo, proporciona resultados violentos para a mulher negra em específico.

O reconhecimento da variedade das redes de opressões enfrentadas pelas mulheres negras não minimiza a opressão primeira no tocante ao gênero, mas sim admite que em uma sociedade machista, racista e classista os grupos sociais de maior vulnerabilidade estarão mais expostos aos variados tipos de exploração, conforme aponta Kimberlé Crenshaw (2002), jurista estadunidense e precursora da teoria interseccional como ferramenta analítica:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas de peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados às suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de

mulheres, ou que afetam desproporcionalmente apenas algumas mulheres (Crenshaw, 2002, p. 173).

Dessa maneira, entende-se que as mulheres negras e pobres são as mais expostas às discriminações de gênero, raça e classe. O chamado pacto silencioso da masculinidade contribuiu para a naturalização da violência que atinge as mulheres de todas as gerações e classes sociais, e ainda de forma mais violenta e brutal as mulheres negras, principalmente as que moram nas periferias (González, 1984).

Ao ter como cerne as vivências de escritoras negras e faveladas, a literatura feminina negro-brasileira resgata a memória ao mesmo tempo em que incorpora as vozes das mulheres historicamente silenciadas e oprimidas, seja pela condição de gênero, raça, socioeconômica, ou ambas, evidenciando a disparidade entre mulheres ricas e pobres, brancas e negras, tendo em vista que a mulher negra e pobre possui seu sofrimento potencializado, dadas as múltiplas formas de opressão presente no seu cotidiano, conforme aponta a filósofa Djamila Ribeiro: “Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experimentar gênero de uma outra forma” (Ribeiro, 2017, p. 61).

Nessa mesma ótica, a socióloga Saffioti (1976) elucida sobre a função da mulher escravizada no sistema produtivo da sociedade escravocrata e relaciona com a “prestação de serviços sexuais”. Dessa maneira, a autora enfatiza que a mulher negra foi convertida no “instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar” (Saffioti, 1976, p. 165). Desta feita, percebe-se que historicamente a mulher negra foi desumanizada e utilizada como objeto sexual, ao passo que à mulher branca cabia a função de ser “rainha do lar” e esposa, o que corrobora o argumento utilizado pela teórica Djamila Ribeiro (2017).

Por conseguinte, bell hooks (1995) afirma que o corpo da mulher negra, desde a escravidão até a contemporaneidade “tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina ‘natural’, orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva” (hooks, 1995, p. 468). Partindo desse pressuposto, torna-se um ato de rebeldia uma mulher negra escrever a própria história e se autoafirmar como um sujeito político em uma sociedade racista e misógina que historicamente despreza corpos femininos negros, pois “mais do que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’” (hooks, 1995, p. 469).

Outrossim, as escrevivências de mulheres negras consistem em análises interseccionais, uma vez que trazem à tona as realidades enfrentadas pelas mulheres brasileiras em suas condições de gênero, classe e raça/etnia. Para Patricia Hill Collins (2021), a ferramenta interseccional é ao mesmo tempo um projeto de conhecimento e uma forma de resistência política, bem como se servem as escritoras negras ao trazerem essa característica em suas obras. Por fim, é imprescindível adotar a interseccionalidade como instrumento de análise, com o intuito de abordar a complexidade dos problemas específicos de determinados grupos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as mulheres foram marginalizadas e silenciadas nos círculos literários, sobretudo mulheres negras, devido ao machismo e ao racismo, que são construções históricas naturalizadas no inconsciente coletivo do povo brasileiro. Nesse sentido, entende-se que o sujeito feminino negro de origem pobre é potencialmente oprimido, em decorrência do seu gênero, da sua raça e da sua classe social.

Além disso, é importante ressaltar que a literatura negro-brasileira centraliza de modo significativo o protagonismo negro, com uma identidade própria que abrange questões sociais, raciais e de gênero que afetam particularmente as mulheres negras, resgatando uma memória que foi propositalmente apagada. Dessa maneira, pretendeu-se demonstrar de que forma a literatura foi utilizada como um instrumento político contra os variados sistemas de opressões, incorporando o discurso das mulheres negras como uma fala que ecoa resistência e reivindica pelo seu lugar na história e na literatura.

A escrevivência de uma mulher negra e pobre, a exemplo de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, traz consigo a força de incontáveis mulheres historicamente silenciadas e invisibilizadas por uma sociedade que se autodenomina democrática, mas que continua oprimindo e explorando sujeitos femininos negros. Nesse sentido, a escrita das autoras aqui analisadas e elas próprias são fundamentais para se pensar a condição da mulher negra no Brasil.

Ao seguir o exemplo de Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, Conceição rompeu com o modelo tradicional da escrita literária brasileira ao se colocar como agente transformador da sua própria história, denunciando as violências, desigualdades, preconceitos e invisibilidades enfrentadas por mulheres negras e pobres em uma sociedade

machista, racista e elitista. Através das suas escrevivências, as autoras chamaram atenção para as suas experiências e opressões cotidianas, proporcionando novas formas de pensar e ver o mundo, quebrando o silêncio conveniente que tradicionalmente assola a sociedade brasileira.

Por fim, Maria Firmina, Carolina Maria e Conceição Evaristo trazem nos seus escritos e nelas mesmas uma nova representação da mulher negra e pobre, agora não mais “domesticada”, passiva, silenciada, mas sim forte, crítica, resistente e escritora, capaz de ser dona e protagonista da própria história. Após o exposto, conclui-se que as escritoras em questão contribuíram, por meio da literatura, para a construção da mulher negra brasileira como sujeito emancipado e autônomo, seja por meio dos seus escritos ou das suas vivências, ou da combinação das duas coisas, culminando assim, na escrevivência.

REFERÊNCIAS

- BAROSSO, Luana. (Po)éticas da escrevivência. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S. l.], n. 51, p. 22-40, maio/ago. 2017.
- BONNICI, T. Zolin. Lúcia Osana (org). **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 2 ed. Maringá: Eduem, 2005.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero**. Tradução Liane Schneider. Los Angeles: University of California, 2002.
- DUARTE, Constância Lima. Com a palavra: Constância Lima Duarte. **MOARA—Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras ISSN: 0104-0944**, n. 66, p. 5-12, 2024.
- EVARISTO, Conceição et al. A escrevivência e seus subtextos. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, v. 1, p. 26-46, 2020.
- EVARISTO, Conceição. Dados biográficos. **Literafro: O portal da literatura afro-brasileira**, 2009.
- EVARISTO, Conceição. —**Gênero e etnia: uma escrevivenciada dupla face**”. In: SCHNEIDER Liane; MOREIRA, Nadilza Martins de Barros (Org.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*, João Pessoa: Ideia, 2005.
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

- GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Editora Boitempo, 2021.
- HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.
- JESUS, Carolina Maria de. **Meu estranho diário**. Org. Robert Levine; José Carlos Sebe Bom Meihy. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. 7 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1960.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. **Revista USP**, n. 37, p. 82-91, 1998.
- MENESES, Raimundo de. **Dicionário literário brasileiro**. 2. ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. p. 570-571.
- MORAIS FILHO, Nascimento. **Maria Firmina dos Reis**: fragmentos de uma vida. Maranhão: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. Escritoras negras: resgatando a nossa história. **Papéis Avulsos**, v. 13, 1989.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. **Muitas Vozes**, v. 2, n. 2, p. 247-260, 2013.
- REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**: romance; A escrava: conto. 6. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento Justificando, 2017.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Trabalho feminino e capitalismo. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 1, 1976.
- TOLEDO, Christiane Vieira Soares. Carolina Maria de Jesus: a escrita de si. **Letrônica**, v. 3, n. 1, p. 247-257, 2010.

CAPÍTULO VI

IDOSOS NO CONTEXTO RURAL: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO CAMPO E SUAS REPRESENTAÇÕES NO BRASIL

THE ELDERLY PEOPLE IN THE RURAL CONTEXT: REFLECTIONS ON THE POPULATION AGING PROCESS IN THE RURAL COUNTRYSIDE AND ITS REPRESENTATIONS IN BRAZIL

DOI: 10.51859/amplla.gdt5201-6

Fabia Laryssa de Lira Fidelis¹

Lucas Vinicius da Silva Carneiro²

Raquel da Silva Guedes³

Edivan Gonçalves da Silva Junior⁴

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

² Graduando em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. C

³ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mestra, bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

⁴ Graduado no Curso de Psicologia (formação e licenciatura) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre pelo programa de pós-graduação em Psicologia da Saúde da UEPB. Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

RESUMO

O processo de envelhecimento é uma etapa do ciclo vital humano que traz consigo questões físicas, cognitivas, emocionais e socioeconômicas para a população. Nesse sentido, sabe-se que mundialmente existem 1,1 bilhão de pessoas que tem mais de 60 anos e que 75 milhões estão na América Latina e Caribe. Assim, o envelhecimento populacional é uma estrutura recente, datada no século XX, que vem modificando a estrutura social e, por isso, precisa ser estudada e refletida. Entende-se que em países subdesenvolvidos, como o Brasil, onde há uma concentração de produção agrária e um processo de colonização a partir de migrações e organizações de assentamentos oriundos da larga exploração da terra e do trabalho do homem do campo, cerca de 20% da população de idosos vivenciam o contexto rural e suas singularidades que permeiam as dificuldades de acesso à políticas públicas, saúde, educação, assistência e seguridade social, bem como o enfrentamento do estigma sobre o envelhecimento e a vida no campo. A partir disso, esse trabalho busca refletir quais são as questões socioeconômicas e culturais enfrentadas pelo(a) idoso(a)s moradores do meio rural e como tem sido vivenciado o

processo de envelhecimento e bem-estar por esse público. Foi percebido que há uma negligência para com essas pessoas que perpassam entre o esquecimento, o preconceito e a dificuldade de realizações efetivas de políticas públicas, sendo portanto, necessário debater sobre projetos de leis e ações que melhorem a vida dos idosos em contexto rural. Destarte, também foi analisado que essas dificuldades criaram um estigma sobre a velhice no campo ser precária e sofrida que não corresponde a realidade da/os idosa/os que vivem no meio rural, demonstrando uma construção representativa que negligencia tal população.

Palavras-chave: Envelhecimento. Contexto Rural. Políticas Públicas. Representações.

ABSTRACT

The aging process is a stage in the human life cycle that brings with it physical, cognitive, emotional and socioeconomic issues for the population. In this sense, it is known that worldwide there are 1.1 billion people over 60 years of age, of which 75 million are in Latin America and the Caribbean. Thus, population aging is a recent structure, from the 20th century, that has been changing the social



structure and, therefore, needs to be studied and reflected upon. It is understood that in underdeveloped countries such as Brazil, where there is a concentration of agrarian production and colonization based on migrations and land settlements resulting from the exploitation of land and labor, at least 20% of the elderly population still experience the rural context and its singularities that permeate the difficulties of access to public policies, health, education, assistance and social security, as well as facing the stigma about aging and life in the countryside. Based on this, this work seeks to reflect on the socioeconomic and cultural issues faced by elderly people living in rural areas, as well as how the aging process and well-being are experienced and understood by this public. It was

noted that there is a neglect towards these people that goes from forgetfulness, prejudice and the difficulty of effective implementation of public policies, therefore, it is necessary to debate on bills and actions that improve the lives of elderly people in rural contexts. Therefore, it was also analyzed that these difficulties created a stigma about old age in the countryside being precarious and suffering that does not correspond to the reality of the elderly who live in rural areas, demonstrating a representative construction that neglects this population.

Keywords: Aging. Rural Context. Public Policies. Representations.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com os estudos de Erickson, posteriormente complementados por Neri (2008), o envelhecimento é uma etapa da vida que está inserida em um processo de desenvolvimento do ciclo de vida humano marcado pela presença de declínios nas funções cognitivas e em déficits de autonomia. Esse processo, que tem influências socioculturais, não implica obrigatoriamente em um déficit de funcionamento, uma vez que o idoso pode ativar mecanismos compensatórios para lidar com os limites físicos e emocionais (Neri, 2006).

Nesse sentido, as condições de vida, as experiências individuais, o contexto social e histórico, bem como o desenvolvimento cultural são fatores preponderantes para determinar como uma sociedade entende a velhice, lida com ela e vivencia essa etapa da vida (Castro e Camargo, 2017). Durante séculos, principalmente depois do advento da modernidade, a velhice foi vista como uma etapa da vida onde o ser humano perdia suas habilidades e serventia social, sendo essa uma construção representativa discursiva que permitiu que os cuidados aos idosos fosse negligenciado. Foi apenas com a Teoria do Desenvolvimento ao Longo da Vida (*lifespan*) que foi percebido que o desenvolvimento e a manutenção de padrões de envelhecimento não dependiam apenas da natureza, mas também de fatores socioculturais (Baltes e Baltes, 1990).

A partir de então, o envelhecimento começou a ser analisado a partir de perdas e ganhos desenvolvidos pela manutenção da atividade funcional de quem envelhece por meio dos seus aspectos físicos, psicológicos e sociais (Neri, 2006). Após a evolução desse debate, a Organização Pan-Americana de Saúde, referenciando o Ministério da Saúde, define o envelhecimento como “um processo sequencial, individual, acumulativo, irreversível,

universal, não patológico e próprio a todos os membros de uma espécie” (Morais *et al.*, 2008, p. 375).

Sob essa nova perspectiva, o envelhecimento populacional vem modificando a estrutura de toda a sociedade. Ele é considerado um fenômeno de grande avanço mundial e uma conquista social notável, uma vez que o crescimento dessa faixa da população é um advento do século XX e portanto, considerado recente. Isso foi possível devido a formulação de políticas públicas de saúde e saneamento básico que controlaram a mortalidade infantil, evitando doenças de contágio, e promoveu a melhoria da vida adulta com a redução do alcoolismo, tabagismo e doenças crônicas, o que permitiu o envelhecimento populacional (Chaimowicz; Chaimowicz, 2022).

Nesse sentido, o público que mais cresce mundialmente são os dos idosos, mas essa estatística deve ser equiparada de acordo com o continente, país e região que se estuda, devido as condições de subdesenvolvimento (Morais *et al.*, 2008). Em termos numéricos, os dados do relatório do “World Population Prospects, 2019” do Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelecem que a população idosa mundial, acima de 60 anos, chegou a 1,1 bilhão de pessoas, onde 75 milhões de idosos estão na América Latina e Caribe (Simonato; Bergamasco, 2020).

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apresentam que em 2019, a população brasileira correspondia 210,1 milhões de pessoas, onde 34 milhões são de idosos e idosas, uma margem de 16,2% da população total (Simonato; Bergamasco, 2020). Assim, pode-se analisar que quase um quarto da população brasileira corresponde a pessoas idosas que estão distribuídas no país nos demais contextos urbanos e rurais.

Desse modo, pensar sobre a velhice no Brasil nos leva a algumas particularidades locais. Observa-se que o país conseguiu aumentar numericamente a população idosa devido ao desenvolvimento das políticas públicas de saúde, mas ainda assim, há recorrentes falhas na assistência a pessoa idosa que pode ser vista, por exemplo, na questão de previdência social e cuidados preventivos a saúde que são derivados de vários fatores políticos, econômicos e territoriais. Sabe-se que o Brasil é reconhecido historicamente por suas faixas de terra e por sua produção natural, de modo que com o tempo e a chegada da indústria, ele se tornou um país agrário e tecnoindustrial. Isso quer dizer que o Brasil é um importante produtor mundial de alimentos, como soja, cana-de-açúcar, milho, laranja, café e carnes

diversas, sendo um grande agroexportador de um setor que tem 27,4% do Produto Interno Bruto (PIB) local.

Além disso, o Brasil cresceu historicamente a partir da mão de obra indígena, negra, quilombola, sem-terra e imigrante. O que significa que por séculos, o país vivenciou o contexto rural e a concentração de renda. Foi apenas nos anos de 1960 a 1980 que houve um massivo êxodo rural que levou 27 milhões de pessoas a saírem do campo a partir do crescimento industrial que provocou a modernização da agricultura e a venda de terras para empresas multinacionais. Isso ocasionou a queda da mão de obra rural e o boom populacional nas cidades que levou ao crescimento dos bairros periféricos (Simonato; Bergamasco, 2020).

A partir de então, o número de pessoas no campo é decrescente a cada ano. Ainda assim, há de se considerar a suma importância da diversidade populacional brasileira e lançar o olhar para a população que hoje vive o contexto da agricultura familiar: principalmente os agricultores familiares tradicionais, quilombolas, indígenas, arrendatários e pessoas em assentamentos rurais.

Essa parcela da população tem sido negligenciada por estar imersa no contexto rural e por ter uma grande parcela populacional de idosos. Dados do PNAD de 2013 apresentam que a população de idosos rurais é estimada em 15,4% da população total e dados do IBGE de 2017 colocam que 1.729.653 do total de 5.072.152 de estabelecimentos agropecuários no Brasil se encontram nas mãos de pessoas com mais de 60 anos, correspondendo a 34% do total (Simonato; Bergamasco, 2020).

A partir desses dados e tendo em vista a escassez de estudos sobre idosos no contexto rural no Brasil, esse trabalho tem o objetivo de refletir sobre o envelhecimento no contexto rural, enfatizando sobre as questões de saúde, educação, previdência social, políticas públicas e econômicas para esse nicho populacional. Aqui, a luz de uma revisão bibliográfica, busca-se analisar e apresentar uma leitura sobre o processo de envelhecimento no meio rural no país em prol de conhecer as condições de vida desse público e desconstruir as representações negativas sobre a velhice no meio rural.

2. IDOSOS NO CONTEXTO RURAL NO BRASIL

Apesar da existência da Política Nacional do Idoso (PNI), regulamentada pelo decreto de nº 9921, que assegura direitos sociais à pessoa idosa por meio da promoção da autonomia e da integração social para uma participação efetiva e ativa participação deste público na

sociedade, bem como a seguridade de direito à saúde, educação, lazer e segurança, tem-se visto que não há aplicabilidade proposta pela lei se levarmos em consideração a vivência dos idosos residentes na zona rural (Tonezer; Trzcinski & Magro, 2017). Entretanto, para ilustrar a situação atual e formular alternativas que de fato assegurem os direitos do idoso da zona rural de um existir de forma plena, é preciso destrinchar o que já é feito e as falhas presentes nas políticas públicas com foco na particularidade do envelhecimento populacional.

Assim, em um breve resumo do que se refere a implementação da PNI de 2019, sabe-se que compete ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos garantir a proteção social do idoso. Já ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cabe, dentre outras coisas, informar e assegurar à pessoa idosa os meios previdenciários e as formas de exercê-los, assim como a criação e manutenção de programas de preparação para aposentadoria. Ao Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano, cabe observar/identificar a população idosa com suas necessidades e alternativas habitacionais.

Ademais, fica responsável ao Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Atenção Primária à Saúde em articulação com as secretarias do Estado, garantir assistência integral à saúde nos serviços de atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS), através da prevenção de doenças, de intervenções que visem a cura, a reabilitação ou os serviços paliativos que garantam um estado de promoção à saúde e bem estar. Além disso, é cabível ao Ministério da Educação em articulação com os órgãos de entidades da administração pública federal, estadual e municipal de educação viabilizar a implementação de programas educacionais que incentivem a inclusão intergeracional, de modo que seja promovido espaços aos idosos para que estes realizem um papel ativo na sociedade. Já em universidades e em comunidades também são previstas a adição de disciplinas de gerontologia e geriatria nos currículos superiores a fim de garantir um maior conhecimento acerca do envelhecimento humano.

Desse modo, apesar de uma boa estruturação das políticas públicas do direito ao idoso, é perceptível os desafios que a população idosa em áreas rurais enfrenta no que se refere a saúde, educação, previdência social, economia e políticas públicas, refletindo uma precariedade estrutural de aplicabilidade de leis que poderiam melhorar as condições de vida desses indivíduos. Segundo Gehlen (2024), a ausência de políticas públicas específicas e a baixa disponibilidade de serviços de saúde e assistência nas áreas rurais criam uma situação

de vulnerabilidade, onde o acesso a direitos básicos é limitado, acentuando a desigualdade e a exclusão social dessa população.

Nesse sentido, é percebido que os idosos rurais convivem com uma significativa carência de serviços especializados e de infraestrutura básica, especialmente pela dificuldade de acesso aos centros urbanos onde se concentram as instalações especializadas de educação, saúde e assistência básica. Sobre essa questão, segundo Spanevello *et al.* (2017), a distribuição desigual de profissionais de saúde e a falta de políticas específicas para a atenção geriátrica são fortes barreiras para o atendimento adequado dos idosos no campo, contribuindo para índices elevados de morbidade e dificuldades na gestão de doenças crônicas. Além disso, a logística de transporte e a limitada oferta de cuidados preventivos dificultam diagnósticos e intervenções precoces, afetando a qualidade de vida dos idosos rurais (Tonezer; Trzcinski & Magro, 2017).

Ademais, a educação dessa população também representa um ponto crítico, uma vez que os idosos em áreas rurais são, historicamente, um grupo com menor escolaridade. Muitas vezes, isso ocorre devido a um contexto onde o acesso à escola era limitado e a evasão escolar era comum. Peres (2011) aponta que o analfabetismo continua alto entre os idosos no campo, impactando diretamente suas habilidades para buscar direitos e lidar com sistemas burocráticos, como o previdenciário. Essa baixa escolaridade aprofunda a vulnerabilidade desses idosos que ficam excluídos de informações e serviços que poderiam beneficiá-los.

Já o sistema da previdência social se tornou essencial para o sustento dos idosos rurais, mas muitos ainda enfrentam desafios devido a lacunas de cobertura e de regulamentações que consideram a realidade laboral no campo. Spanevello *et al.* (2017), destacam que, embora a aposentadoria rural represente uma conquista, ela muitas vezes é insuficiente para cobrir as necessidades básicas. Por causa disso, muitos idosos continuam trabalhando após se aposentarem, ainda que existam limitações físicas em decorrência do envelhecimento, o que revelam falhas nas políticas previdenciárias para o contexto rural, destacando ainda mais o estado de vulnerabilidade negligenciada pelo Estado (Gehlen, 2024).

As políticas públicas e a falta de leis específicas para atender as necessidades dos idosos rurais constituem outra área de vulnerabilidade. Gehlen (2004) argumentam que, enquanto a população urbana possui um acesso relativamente melhor aos benefícios oferecidos pelo governo, os idosos rurais enfrentam a quase total ausência de serviços e iniciativas para apoiá-los com eficácia. A negligência política e a escassez de programas de

proteção social para esse grupo contribuem não somente para o estigma em torno dessa população, mas também corrobora para o abandono e exclusão da pessoa idosa do campo, assim como contribui para a permanência de fatores como a insegurança alimentar, muito presente em pesquisas comparativas a vivência urbana e rural (Palmeira; Bem-Lignani & Salles-Costa, 2022). Esse contexto de falta de amparo legal reforça uma imagem negativa do envelhecimento no campo, gerando uma disparidade no acesso aos direitos básicos entre os idosos das zonas urbana e rural.

A partir desses dados, entende-se que os desafios enfrentados pelos idosos em áreas rurais brasileiras revelam uma precariedade marcante em diversos aspectos essenciais. A ausência de políticas públicas específicas e de serviços adequados nas áreas de saúde, educação, previdência e economia agrava a vulnerabilidade desses idosos, perpetuando um contexto de desigualdade. A criação de programas de apoio voltados ao meio rural é urgente para que os idosos possam vivenciar o envelhecimento com dignidade e amparo. Não obstante, os efeitos da falta de cuidados estruturais aos idosos recai no campo devido ao fato de que essas regiões já são negligenciadas no Brasil. Dessa forma e também devido aos discursos modernos que pregam a vida urbana como superior, o envelhecer no meio rural passou a ser visto como uma situação de vida ruim, carente e abandonada, o que facilitou para o aumento do preconceito e da resistência para com os idosos em contexto rural, algo que será abordado a seguir.

3. PENSANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS IDOSOS EM CONTEXTO RURAL

Uma vez que as percepções sobre a velhice ultrapassaram os tempos históricos, houve diversas formas de se construir características sobre essa fase da vida e impulsionar o imaginário social sobre a idosidade (Castro e Camargo, 2017). Nesse sentido, Magnabosco-Martins *et al.* (2019) apresenta que as representações sociais construídas sobre os idosos permearam a associação a atividade e inatividade, colocando a velhice como negativa e o idoso ativo como detentor de um espírito jovial, o que nos leva a reflexão sobre a construção do pensamento de potência da jovialidade como único meio saudável de vida.

Desse modo, é possível perceber uma resistência em relação ao envelhecer. Além disso, Tonizer *et al.* (2017) apresenta que outro grande construto do imaginário social sobre a velhice está no conceito de vulnerabilidade. Sabe-se que tal categoria, além do

comprometimento individual, destaca o produto da interação entre múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que não se reduzem à vontade individual.

Assim, pelo conhecimento observatório e quantitativo de que a população rural tem maior dificuldade na garantia de direitos básicos como a educação, saúde, saneamento básico e políticas públicas devido as limitações de ações governamentais e da desestruturação do subdesenvolvimento, atribuiu-se a construção de um imaginário onde o campo é um lugar atrasado que se ancora no abandono e na pobreza. Ao mesmo modo, devido aos estigmas sobre o envelhecimento, foi atribuído ao idoso em contexto rural a imagem do esquecimento e da solidão, apresentando uma parcela populacional como supostamente sobrevivente em meio a precariedade.

É inegável, como já visto nos números e nas discussões anteriores, que estatisticamente há a comprovação do déficit educacional, de saúde e econômico dessa população. Uma realidade que se construiu devido à ausência de empenho na regulação de leis apropriadas para esse nicho de pessoas e devido ao déficit de operação das políticas públicas nessas localidades. Vale salientar também que tal construção imagética se dá também pela comparação entre os estilos de vida urbano e rural, colocando a segunda opção como ruim e desinteressante por não acompanhar os preceitos da modernidade, o que faz a vida urbana se tornar mais atrativa as pessoas. Ainda assim, a construção de uma imagem de abandono e solidão é uma produção representativa estigmatizada que não corresponde a realidade do contexto rural.

Eduardo Coutinho¹, grande cineasta brasileiro, comprovou isso em um filme que realizou no interior da Paraíba. O longa intitulado de *O fim e o princípio*, lançado em 2005, apresenta o cotidiano da comunidade de Araçás, que fica próximo a cidade de São João do Rio do Peixe, no estado da Paraíba. Nas filmagens feitas com a população idosa que vive no contexto rural, ele apresenta em imagens e falas, idoso/as que vivenciam o afeto entre seus pares e a proximidade de uma comunidade que se assiste e se cuida. É possível perceber nas imagens e nas falas do/as moradore/as que ele/as se conhecem, cresceram juntos, dividem o espaço, se respeitam, auxiliam e tentam lançar estratégias cotidianas para lidar com as adversidades da ausência da estrutura política e social.

¹ Eduardo de Oliveira Coutinho (1933 – 2014) foi um cineasta e jornalista brasileiro. É considerado por muitos como o maior documentarista da história do cinema do Brasil. Tinha como marca realizar filmes que privilegiavam as histórias de pessoas comuns.

Ademais, é possível perceber o bom ânimo nas falas, a construção do saber pela experiência, a crença religiosa, o sentimento de fraternidade, os desejos e sonhos, a reconstrução de famílias, a busca pelo amor, o respeito entre os pares, a escolha pela simplicidade e a paixão pela rotina local. Entre as narrativas desse/as idoso/as, é possível perceber uma educação basilar no espírito da comunidade, essa que garantiu a constituição de uma identidade para eles.

Entende-se que a comunidade se coloca para a Psicologia Comunitária como uma instância de construção coletiva e consciente da realidade, no qual os indivíduos têm espaço assegurado de participação e expressão de suas posições. Nesse espaço de intimidade, a pessoa é reconhecida e confirmada em sua identidade e como pertencente à comunidade, que garante a “proteção da individualidade frente à natureza e à sociedade” (GÓIS, 2005, p.61). Desse modo, a comunidade corresponde a “um agrupamento humano que expressa um sentimento claro de unidade e se constitui um todo à parte” (RIOS apud GÓIS, 2005, p.63).

Nesse sentido, o/as idoso/as em contexto rural se reconhecem naquele espaço, onde tem o sentimento de apreço pela história que construíram e pelas experiências vivenciadas. Na convivência interna, é possível observar uma educação baseada nos valores da palavra e do apoio mútuo, onde existe a procura da felicidade em um estilo de vida simples e próximo a calmaria da natureza. Essa percepção quebra as representações estigmatizadas sobre a velhice no contexto rural e abre novos horizontes de estudos para novas possibilidades de reflexões e representações sobre o tema que precisam ser aprofundadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão sobre o processo de envelhecimento da população rural no Brasil, é possível concluir que essa parcela da sociedade enfrenta uma série de desafios que refletem a precariedade estrutural e a insuficiência de políticas públicas voltadas para suas necessidades. As dificuldades de acesso a serviços de saúde, educação, assistência social e previdência agravam a vulnerabilidade do/as idoso/as no campo, perpetuando a exclusão e o estigma associado à velhice em contextos rurais.

Portanto, é urgente que sejam elaboradas e implementadas políticas públicas específicas que garantam a inclusão, o bem-estar e a dignidade dos idosos em contextos rurais. Isso inclui a ampliação de programas de saúde que contemplem o atendimento gerontológico, a promoção de iniciativas educacionais que favoreçam o acesso à informação

e o fortalecimento de redes de apoio social. Somente com ações efetivas que promovam a justiça social e o acesso a direitos básicos será possível superar as desigualdades e fortalecer as comunidades rurais, reconhecendo-as como espaços de vida plena e valorosa para os habitantes, em especial a camada da população idosa.

Desse modo, reconhecer e valorizar a contribuição do/as idoso/as para a coesão social e a continuidade cultural é um passo fundamental para uma sociedade mais inclusiva. Quando essas lacunas são analisadas no contexto rural, é possível perceber que a desestruturação social parte de uma negligência política que se torna ainda mais evidente para o/as idoso/as em contexto rural. Contudo, ainda que haja um déficit previdenciário, educacional e de saúde, essa camada populacional não se vitimiza e nem vive em estado de solidão, uma vez que ele/as apreciam a vida desacelerada do campo, as conquistas que tiveram e os familiares que cultivaram.

Por isso, é importante mencionar que o/as idoso/as em contexto rural vivenciam o espírito da construção comunitária que abraça a coletividade, a identidade e o crescimento em conjunto. Tal realidade nos leva a refletir sobre as representações construídas sobre essa população e os motivos que levam ao reforço de uma imagem do abandono, esquecimento e atraso. Essa construção social valoriza a teoria urbana de crescimento contínuo tecnológico e acelerado, onde o campo não está incluso e, portanto, deve ser considerado desinteressante socialmente.

Tais construções sociais contribuem para o estrutural abandono sociopolítico da população rural, principalmente do/as idoso/as. Por isso, é necessário visitar essas comunidades, desconstruir tais imagens, apresentar novos sentidos para as reflexões sobre idoso/as em contexto rural e dessa forma contribuir para novos estudos sobre o tema que possam contribuir valorativamente para os serviços da assistência básica mais integrativa e efetiva.

Entende-se a partir desse trabalho que as representações negativas em relação ao envelhecer no contexto rural são tão enraizadas que as pesquisas apresentam lacunas devido a falta de olhares sobre o tema que apresentem além de dados estatísticos não problematizados e de uma visão precarizada sobre o cotidiano rural, sendo, por isso, necessário que mais pesquisas sejam desenvolvidas sobre as representações, o contexto e as necessidades do/as idoso/as no meio rural.

FONTES

O FIM e o princípio, direção de Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Ancine, 2005.

REFERÊNCIAS

BALTES, Paul; BALTES, Margret. Psychological perspectives on successful aging: the model of selective optimization with compensation. In BALTES, Paul; BALTES, Margret. **Successful aging perspectives from the behavioral sciences**, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BRASIL, **Decreto de nº 9921 dos direitos fundamentais da pessoa idosa**, 2019.

CASTRO, Amanda; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações sociais da velhice e do envelhecimento na era digital: revisão da literatura. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, nº 128, junho de 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000300007 Acesso em 28 de outubro de 2024.

CHAIMOWICZ, Flávio; CHAIMOWICZ, Gabriel de Faria. O envelhecimento populacional brasileiro. **Pista: Periódico Interdisciplinar**, Porto Alegre, v. 4, nº. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pista/article/view/29830> Acesso em 28 de outubro de 2024.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. *Revista Perspectiva*, São Paulo, v.18 N. 2, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/fC3c7q6pWCFJdWTtdjgZTRs/#> Acesso em 16 de novembro de 2024.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia comunitária – atividade e consciência**. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

MAGNABOSCO-MARTINS, Cláudia Regina; CAMARGO, Brígido; BIASUS, Felipe. Representações sociais do idoso e da velhice de diferentes faixas etárias. **Universitas Psychologica**. Colômbia, v. 8, nº 3, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/647/64712155020.pdf> Acesso em 02 de novembro de 2024.

MORAIS, Eliane Pinheiro; RODRIGUES, Rosalina Aparecida; GERHARDT, Tatiana. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 17, ne 2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/VLGcqRpSnKXdHn6qLWKq5Vg/abstract/?lang=pt> Acesso em 28 de outubro de 2024.

NERI, Anita Liberalesso. O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e Envelhecimento. **Temas em Psicologia**, Porto Alegre, v. 14, nº1, 2006. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000100005 Acesso em 28 de outubro de 2024.

_____. **Desenvolvimento e envelhecimento:** perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas: Papiru, 2008.

PALMEIRA, Poliana de Araújo, BEM-LIGNANI, Juliana e SALLES-COSTA, Rosana. Acesso aos benefícios e programas governamentais e insegurança alimentar nas áreas rurais e urbanas do Nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2022, v. 27, n. 7 p. 2583-2595. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022277.21592021>. Acesso em 15 de novembro de 2024.

PERES, Marcos Augusto de Castro. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. **Sociedade e Estado**. São Paulo, v. 26, n.3, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/FzpMmtCqpRNfzPFxbKHfd9D/> Acesso em 16 de novembro de 2024.

SILVA, Richard.; SANTOS, Paulo.; OLIVEIRA, Maria. Desafios na atenção à saúde de idosos em áreas rurais do Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 25 n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/i/2021.v24n3/> Acesso em 16 de novembro de 2024.

SIMONATO, Dantielle; BERGAMASCO, Sonia Maria. O envelhecer no meio rural: os idosos e idosas do assentamento Milton santos – Americana – SP. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 27, nº 2, Junho de 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/37898> Acesso em 28 de outubro de 2024.

SPANNEVELLO, Rosani; MATTE, Alesandra; ANDREATTA, Tanice. A Problemática do Envelhecimento no Meio Rural Sob a Ótica dos Agricultores Familiares Sem Sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, Unijaí, v. 15, n. 40, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75251857014> Acesso em 16 de novembro de 2024.

TONEZER, Cristiane; TRZCINSKI, Clarete; DAL MAGRO, Márcia Luíza. As vulnerabilidades da velhice rural: um estudo de casos múltiplos no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, Unijuí, v. 15, nº 40, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/752/75251857002/> Acesso em 02 de novembro de 2024.

CAPÍTULO VII

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E VIOLÊNCIA: ANÁLISE DOS CUIDADORES INFORMAIS

POPULATION AGING AND VIOLENCE: ANALYSIS OF INFORMAL CAREGIVERS

DOI: 10.51859/amplla.gdt5201-7

Suellen Fernanda Batista de Lima ¹
Martinha Rodrigues de Sousa Neta ²
Jeferson Fernando Santos Barbosa ³
Isabella Cordeiro de Oliveira Lima ⁴
Jamyly Sousa de Oliveira ⁵
Edivan Gonçalves da Silva Júnior ⁶

¹ Estudante de Graduação em Psicologia; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

² Estudante de Graduação em Psicologia; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

³ Estudante de Graduação em Psicologia; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

⁴ Estudante de Graduação em Psicologia; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

⁵ Estudante de Graduação em Psicologia; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

⁶ Professor do Departamento de Psicologia; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar a figura do cuidador de idosos, destacando os desafios e violência enfrentados por cuidadores informais no contexto do cuidado domiciliar. A metodologia adotada é baseada em uma revisão integrativa. O estudo busca aprofundar a compreensão do papel do cuidador, suas implicações físicas, sociais e emocionais, além de analisar a prevalência de fatores associados à violência e abuso por parte desses cuidadores. A proposta central é evidenciar a necessidade de políticas públicas voltadas para o apoio a esses profissionais, promovendo seu bem-estar, prevenindo conflitos, reduzindo o estresse e reconhecendo a importância dessa função, garantindo, assim, a segurança e a qualidade no cuidado prestado.

Palavras-chave: Cuidadores. Idosos. Violência

ABSTRACT

This article aims to investigate the role of the elderly caregiver, highlighting the challenges and violence faced by informal caregivers in the context of home care. The methodology adopted is based on an integrative review. The study seeks to deepen the understanding of the caregiver's role and its physical, social, and emotional implications, as well as to analyze the prevalence of factors associated with violence and abuse perpetrated by these caregivers. The central proposal is to highlight the need for public policies aimed at supporting these professionals, promoting their well-being, preventing conflicts, reducing stress, and recognizing the importance of this role, thus ensuring safety and quality in the care provided.

Keywords: Caregivers. Elderly. Violence.

1. INTRODUÇÃO

A transição demográfica nos países desenvolvidos caracteriza-se pelo aumento significativo da expectativa de vida e, conseqüentemente, pelo envelhecimento populacional. Com o crescimento exponencial da população idosa, surgem dificuldades governamentais em oferecer atendimento efetivo para essa faixa etária, incluindo serviços sociais, sistemas previdenciários e de saúde pública (Barbosa, 2019).

O envelhecimento populacional, diante desse cenário, tem se intensificado globalmente. Esse fenômeno destaca a necessidade de cuidados especializados para atender às crescentes demandas dessa parcela da população. Além disso, ele revela desafios estruturais e levanta questões éticas e sociais (Do Nascimento, 2019). Uma questão particularmente importante é a alta demanda por cuidadores e os desafios associados a esse contexto.

De acordo com o censo realizado pelo Governo Federal do Brasil, o número de idosos no país cresceu 57,4% em 12 anos (Brasil, 2024). Frente a um sistema de saúde precário no atendimento às pessoas idosas dependentes, a atenção voltada aos cuidadores de idosos torna-se uma questão que exige maior efetividade, considerando o crescente envelhecimento populacional. A falta de dados e de ações direcionadas a esses cuidadores evidencia a necessidade de maior visibilidade sobre o tema, especialmente no que se refere à violência praticada por cuidadores contra seus dependentes. Isso demanda uma análise mais crítica e detalhada.

A redução dos custos em programas hospitalares e institucionais reflete uma tendência de manter os idosos incapacitados em suas casas. Nessa configuração, os cuidados são realizados por familiares ou pessoas sem a capacitação necessária para essa função (Schumacher, 2013; De Mendonça, 2016). No âmbito familiar e institucional, especialmente em asilos, observa-se uma cultura crescente de associar a pessoa idosa à dependência e à falta de autonomia. Esse estigma dificulta o desenvolvimento de políticas eficazes de proteção social, ainda pouco discutidas pela opinião pública (De Mendonça, 2016; Garrido, 2004). Os idosos, especialmente aqueles em situação de dependência, são particularmente vulneráveis a diversas formas de violência. Um estudo realizado por Ceccon (2024) estima que 30% das pessoas idosas dependentes relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência por parte de seus cuidadores, evidenciando a gravidade do problema.

A maioria dos cuidadores são familiares, que podem ou não ter vínculos afetivos com as pessoas idosas. Esse trabalho, na maior parte das vezes, é solitário e carece de apoio governamental. Faltam políticas públicas de proteção ou auxílio que possam contribuir para a redução da sobrecarga dos cuidados ao idoso dependente. O cansaço e a sobrecarga resultantes dessa situação podem contribuir para um ciclo de violência, que se manifesta de diversas formas, como agressões físicas e psicológicas, abuso sexual, abandono e violência patrimonial (Adib, 2019; Minayo, 2003). Esses tipos de agressão são frequentes contra pessoas idosas dependentes, que, devido à perda de autonomia, tornam-se especialmente vulneráveis, sobretudo no contexto domiciliar (Minayo, 2003).

A violência perpetrada por cuidadores permanece subnotificada, mesmo sendo amplamente reconhecida. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência contra a pessoa idosa inclui comportamentos únicos ou repetitivos, bem como omissões, que causem danos físicos ou mentais em qualquer tipo de convivência (De Mendonça, 2016). No Brasil, essa realidade se agrava no contexto familiar. Uma pesquisa de Reay (2001) revela que cerca de dois terços dos agressores são pessoas próximas, como filhos. Esses dados ressaltam que a violência contra a pessoa idosa é uma temática que necessita de maior atenção e de uma discussão mais abrangente no âmbito público.

Nosso artigo tem como objetivo analisar os fatores que contribuem para a violência contra a pessoa idosa, frequentemente acometida por agressões, em sua maioria realizadas por familiares, que são seus cuidadores. Também discutimos o despreparo governamental para lidar com essa população, buscando compreender as causas desse fenômeno e propor estratégias para mitigá-lo. Essa reflexão é essencial para embasar ações voltadas à proteção e promoção do bem-estar dos idosos.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS AO ABUSO DE CUIDADORES

Mundialmente, a população idosa sofre diversos tipos de violência que corroboram com proporções epidêmicas, podendo resultar em comorbidades ou até mortalidade em casos mais extremos, afetando individualmente e coletivamente nos âmbitos socioeconômicos. Segundo Lino (2019), a maioria de incidência desses casos é cometido por pessoas da família, próximas àquele idoso, em um ambiente que deveria ser de cuidado,

amparo e afeto, que é o doméstico. Abuso visto de forma sutil, de modo geral, acaba sendo difícil distinguir entre a subjetividade interpessoal e os maus-tratos.

O cuidador, que na verdade, tem a função de cuidar daquela pessoa dependente ou doente, ao assumir essa tarefa, de caráter ininterrupto, também começa a desenvolver uma relação que exige confiança, muitas vezes, experienciando situações estressantes cotidianas e de sobrecarga pelo impacto de cuidar do outro, compromete nos aspectos subjetivos da vida do idoso e sequela de maneira quase irreversível (Gratao, 2012).

Em relação aos abusos sofridos pelos idosos, os mais comuns são os físicos, psicológicos, sexuais e financeiros. Além desses abusos, outra forma de violência sofrida por esse público é a negligência em seu cuidado, que mesmo sendo frequente, sua constatação é mais complexa (Pillemer et al., 2016).

As características do cuidador perpetrador de violência influem na ocorrência de descuido com os idosos. Transtornos psiquiátricos, uso de drogas, histórico de violência, abandono, abuso físico ou sexual na infância são fatores que contribuem para tal manifestação. Aliados também à ausência de serviços domiciliares e à coabitação com o idoso, estes aspectos contribuem para que o estresse emocional, no meio inserido, cause a dependência do indivíduo que recebe o cuidado e impõe uma sobrecarga que se constitui em um dos mais importantes fatores de risco para violência contra idosos dependentes (Lino, 2019).

De acordo com Maia (2019), a identificação de fatores associados a este fenômeno na população idosa possibilita ações de saúde adequadas para prevenção e controle. Apesar de, no Brasil, ter havido considerável aumento do grau de sensibilidade social com o fenômeno da violência contra idosos, ainda é difícil estimar o seu peso em números. As fontes de dados são pouco confiáveis e este é um fato velado pela família, cuidadores e prestadores de serviços em saúde.

Em tese, a sociedade contemporânea possui uma visão negativa da velhice. O idoso, mesmo o idoso “bom”, é um indivíduo sob suspeição, sempre sob risco de cair na “dependência”, de tornar-se um idoso “mau”. Em uma sociedade em que o próprio risco é medicalizado, a velhice torna-se uma doença a ser tratada e combatida que asseguram a visão estereotipada e conseqüentemente, autonomia e independência questionadas (Estevam, 2021).

Outrora, a visão do cuidador é que ele compreenda a vocação como um dom e “desejo” de vida, não apenas uma questão salarial. Ainda que, majoritariamente os cuidadores não estejam capacitados em gerontologia, dificulta o processo gerando o sofrimento nas partes envolvidas e na assistência minimizadora dos fatores que corroboram para as violências (Martinez et al., 2004).

A empatia é considerada um processo multidimensional e constitui-se das seguintes dimensões: cognitiva e afetiva. Empatia cognitiva consiste em possibilitar o sujeito de entender a experiência com o outro e se comunicar de maneira empática resultando numa troca simbólica. A empatia afetiva, por sua vez, é a forma em que o indivíduo tem de compreender as emoções do outro (Maximiano-Barreto, 2020). A ausência acaba favorecendo a negligência e transcende valores humanos e éticos.

2.2. CUIDADORES INFORMAIS: DESAFIOS E PROPOSTAS DE VALORIZAÇÃO

No que diz respeito à perspectiva dos cuidadores informais, ou familiares, Minayo (2021) evidencia em seu trabalho as lacunas na atuação do Estado em relação a essa temática. A autora destaca o cuidado como ainda sendo predominantemente associado à figura feminina, perpetuando a invisibilidade e a ausência de remuneração da função, assim como do próprio gênero. Essa situação impacta diretamente a dinâmica social e compromete a qualidade de vida dessas pessoas, reforçando desigualdades de gênero e intensificando a sobrecarga das cuidadoras.

Reconhece-se, portanto, que a família continua sendo a principal responsável pelo cuidado de parentes longevos. Isso traz à tona uma questão central: qual tem sido o posicionamento governamental diante dessa problemática? Torna-se evidente a necessidade de maior atenção por parte do governo, por meio de políticas que valorizem os cuidados familiares e os integrem como o primeiro patamar da atenção básica em saúde. Essas iniciativas devem incluir ações voltadas para assegurar apoio e reconhecimento aos cuidadores, promovendo condições dignas para o exercício dessa função essencial.

Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 5.178/2020 define o cuidador como o profissional responsável por oferecer apoio e assistência a indivíduos que se encontram em condição de enfermidade, dependência ou que necessitem de acompanhamento permanente ou parcial. Entre as atribuições previstas, incluem-se cuidados com a higiene pessoal, bem como o acompanhamento em atividades de lazer. O projeto também estabelece requisitos para o

exercício da função, como a exigência de formação específica em instituições reconhecidas pelo órgão competente (BRASIL, 2020b).

Em paralelo, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 76/2020, que, juntamente com o PL nº 5.178/2020, visa regulamentar a profissão de cuidador no país. Ambas as propostas se aproximam ao estabelecer diretrizes para a atuação profissional, abrangendo a estruturação da formação, a formalização dos vínculos empregatícios e o acesso à proteção previdenciária (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b). A regulamentação legal proporciona ainda maior segurança jurídica e contratual tanto para os cuidadores quanto para os contratantes. Nesse sentido, destacam-se as alterações propostas nos Estatutos do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Criança e do Adolescente, que preveem o aumento de um terço na pena para crimes cometidos por cuidadores contra as pessoas assistidas, como abandono, exploração sexual e apropriação indevida de bens (BRASIL, 2020b).

A exigência de qualificação técnica visa assegurar padrões éticos e de excelência no cuidado, ao mesmo tempo em que promove a dignidade das pessoas envolvidas nessa relação. Considerando a realidade demográfica do país, marcada pela crescente população idosa e pela demanda ampliada de outros grupos em situação de vulnerabilidade, a regulamentação da profissão de cuidador se apresenta como uma medida urgente. Além de garantir os direitos das pessoas assistidas, ela representa um passo fundamental para o reconhecimento do cuidado como prática profissional estruturada, valorizada e legalmente protegida.

Adicionalmente, no cenário internacional, Minayo (2021) ressalta que o cuidado familiar desempenha um papel relevante na redução de despesas públicas, especialmente por meio da desospitalização de idosos dependentes. No entanto, essa economia é sustentada por um trabalho predominantemente não remunerado, realizado por mulheres que dedicam 12,5 bilhões de horas por ano a essas atividades, correspondendo a uma contribuição de US\$ 10,8 trilhões para a economia global.

No Brasil, o Fórum de Davos aponta que o trabalho informal de cuidado, desempenhado majoritariamente por mulheres, poderia aumentar o PIB nacional em 10,3% caso fosse remunerado. Minayo (2021) destaca que o cuidado de pessoas idosas dependentes transcende a atenção direta, englobando também responsabilidades domésticas, financeiras e burocráticas. Esse conjunto de demandas frequentemente resulta em sobrecarga emocional

e física, levando ao adoecimento dos cuidadores, à insatisfação com a vida e à perda de autonomia pessoal.

Além disso, no contexto nacional, é evidente a ausência de direitos assegurados aos idosos dependentes e aos seus cuidadores. Maia (2019) aponta uma significativa carência de políticas públicas voltadas para esse grupo, agravada pela falta de conscientização dos próprios cuidadores sobre seus direitos à proteção social e à saúde. Essa negligência estrutural reforça a invisibilidade dos cuidadores dentro do sistema de segurança e proteção social. Para enfrentar essas questões, torna-se essencial integrar os cuidados familiares como o primeiro patamar da atenção básica em saúde, universalizando o apoio aos cuidadores.

É fundamental, portanto, desenvolver sistemas nacionais de cuidado que contem com a participação da sociedade civil e funcionem como redes de apoio efetivas. Além disso, o suporte institucional deve incluir ajuda e apoio emocional. Adib (2021), ao citar Rodriguez, propõe três categorias de apoio necessárias aos cuidadores parentais: o reforço do acolhimento emocional, promovendo senso de pertencimento e autoestima; a disponibilização de informações para enfrentar desafios; e o apoio instrumental nas tarefas diárias.

Embora existam leis e políticas destinadas a apoiar os cuidadores informais, sua aplicação enfrenta desafios significativos. Melhorias na implementação, maior conscientização social e recursos adequados são indispensáveis para garantir o suporte necessário a esses indivíduos. Dessa forma, torna-se urgente a promoção de políticas públicas que protejam tanto os idosos dependentes quanto aqueles que assumem a função de cuidar, assegurando que ambos tenham suas necessidades reconhecidas e atendidas de maneira digna e eficaz.

2.3. A SAÚDE DOS CUIDADORES DE IDOSOS

O cuidado de idosos, especialmente no contexto domiciliar, é uma atividade que vem ganhando relevância diante do envelhecimento populacional global. No Brasil, essa tarefa recai predominantemente sobre familiares, em sua maioria mulheres, que assumem esse papel muitas vezes sem preparo técnico ou suporte formal. Essa dinâmica evidencia uma sobrecarga física, emocional e social que afeta diretamente a saúde dos cuidadores, transformando-os, frequentemente, em pacientes do sistema de saúde. A ausência de

políticas públicas robustas para apoiar esses indivíduos agrava as condições de trabalho e aumenta os impactos negativos em sua saúde física e mental (Camargo, 2010).

O papel de cuidador, por ser exercido de maneira contínua e exaustiva, está associado a elevados níveis de estresse, ansiedade e depressão. Essa situação é exacerbada por fatores como a falta de tempo para autocuidado, o isolamento social e a pressão emocional decorrente de responsabilidades acumuladas. Além disso, os cuidadores frequentemente enfrentam dificuldades financeiras, seja pelo abandono do trabalho remunerado ou pela destinação de recursos para atender às necessidades do idoso. Esses aspectos geram uma vulnerabilidade significativa, muitas vezes levando a problemas como insônia, irritabilidade e doenças crônicas, tornando evidente a necessidade de intervenções sistêmicas para mitigar os impactos dessa realidade (Camargo, 2010; Bretas, 2003).

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) reconhece a importância dos cuidadores como parte integrante do suporte aos idosos, mas a implementação de ações voltadas a essa população ainda enfrenta barreiras. As políticas públicas existentes não abrangem suficientemente os desafios enfrentados pelos cuidadores, como a ausência de capacitação e de redes de apoio emocional e instrumental. Essa lacuna reflete uma visão limitada sobre o cuidado, que muitas vezes é percebido como uma extensão das relações familiares, sem o devido reconhecimento de sua complexidade e impacto social (Bretas, 2003).

Para promover a saúde dos cuidadores de idosos, é essencial desenvolver estratégias integradas que contemplem suas necessidades específicas. Programas de capacitação, por exemplo, também para familiares, podem fornecer conhecimentos práticos sobre cuidados básicos e manejo emocional, reduzindo a sensação de insegurança e preparando os cuidadores para lidar melhor com situações de estresse. Redes de apoio comunitário, por sua vez, oferecem um espaço para compartilhar experiências, reduzir o isolamento social e promover uma sensação de pertencimento (Camargo, 2010; Brêtas, 2003).

Outro aspecto fundamental é a conscientização da sociedade sobre o valor e os desafios enfrentados pelos cuidadores de idosos. Campanhas educativas podem ajudar a reduzir o estigma e a pressão social, incentivando uma maior divisão de responsabilidades no núcleo familiar e uma maior valorização desse trabalho essencial. No âmbito governamental, é importante fortalecer a articulação entre saúde e assistência social, garantindo que cuidadores e idosos tenham acesso a serviços integrados que promovam o bem-estar de ambos (Brêtas, 2003).

Por fim, cuidar de quem cuida é não apenas uma questão ética, mas também uma estratégia para melhorar a qualidade do cuidado oferecido aos idosos. Investir na saúde dos cuidadores contribui para criar um ciclo positivo, em que esses indivíduos, mais saudáveis e menos sobrecarregados, podem oferecer um suporte mais qualificado e humanizado. Assim, enfrentar os desafios que afetam a saúde dos cuidadores de idosos é uma responsabilidade coletiva, que requer esforços conjuntos entre famílias, sociedade e governo para assegurar condições dignas a esses protagonistas do envelhecimento saudável.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, tendo em vista a transição demográfica e o envelhecimento populacional que trouxeram novos desafios sociais e éticos, evidenciando a fragilidade dos sistemas de saúde e proteção social em atender às demandas dessa população, esta pesquisa teve como objetivo desenvolver a temática a partir da análise dos fatores que envolvem a realidade do cuidado na perspectiva dos cuidadores informais de idosos dependentes, passando por aspectos psicossociais que envolve essa realidade, destacando as lacunas existentes, especialmente no campo político, nas leis e nos programas que deveriam assegurar os direitos dessa classe e da pessoa idosa. Nesse contexto, torna-se urgente a mobilização de debates que desenvolvam o espaço para as vozes dessa classe social, assim como a implementação de ações mais efetivas para enfrentar as demandas e problemática envolvidas. A transição demográfica e o envelhecimento populacional trouxeram novos desafios sociais e éticos, evidenciando a fragilidade dos sistemas de saúde e proteção social em atender às demandas dessa população.

O estudo revelou que, além das vulnerabilidades físicas e emocionais dos idosos dependentes, está também atrelada a essa realidade, ainda que muitas vezes invisibilizada, a sobrecarga enfrentada pelos cuidadores informais. Minayo (2021) ressalta que o cuidado familiar desempenha um papel relevante na redução de despesas públicas, especialmente por meio da desospitalização de idosos dependentes. Esse papel desempenhado pelos cuidadores não deveria ser entendido apenas como uma questão familiar, social e moral, mas sim como uma dinâmica que afeta a sociedade como um todo. Entre os fatores associados, destacam-se a falta de recursos do Estado em defesa da função do cuidar, assim como o preparo técnico e emocional dos cuidadores, o estigma social em relação à velhice e a ausência de políticas públicas efetivas para amparar tanto os idosos quanto os cuidadores.

É essencial investir na conscientização da sociedade, no fortalecimento da rede de apoio institucional e no desenvolvimento de políticas públicas que valorizem o cuidado como uma prática indispensável à dignidade humana, o cuidado familiar acaba por se revelar como primeiro patamar daquilo que chamamos de saúde primária. Este trabalho reforça a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que considere os aspectos individuais, familiares e estruturais envolvidos. A implementação de políticas que reconheçam esse contexto, ainda invisibilizado no cenário nacional, que incluam capacitação de cuidadores, suporte psicológico e reconhecimento formal do trabalho informal, pode contribuir para a redução da violência e para a promoção de uma experiência de cuidado mais digna. Assim como se faz necessário a mobilização para maior discussões e debates debate acadêmico e público que surja novas reflexões e iniciativas que assegurem a proteção integral e o bem-estar da população idosa.

REFERÊNCIAS

- ADIB, M.; ESMAEILI, M.; ZAKERIMOGHADAM, M.; NAYERI, N. D. Barriers to help-seeking for elder abuse: a qualitative study of older adults. *Geriatric Nursing*, v. 40, n. 6, p. 565–571, 2019.
- BARBOSA, K. T. F.; SILVA, A. O.; OLIVEIRA, F. M. G.; LOPES, M. S. V. Vulnerabilidade da pessoa idosa: desenvolvimento do conceito. *Geriatric Nursing*, v. 40, n. 6, p. 565–571, 2019.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Censo 2022: número de idosos na população do país cresceu 57,4% em 12 anos. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 26 jun. 2025.
- BRÊTAS, A. C. P. Cuidadores de idosos e o Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 56, p. 298–301, 2003.
- CAMARGO, R. C. V. F. Implicações na saúde mental de cuidadores de idosos: uma necessidade urgente de apoio formal. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, v. 6, n. 2, p. 231–254, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/38715/41568>. Acesso em: 26 jun. 2025.
- CECCON, R. F.; GARCIA-JR, C. A. S. Violência contra pessoas idosas dependentes no Brasil: um estudo multicêntrico. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 28, e230511, 2024.
- DE MENDONÇA MALLET, S.; GUIMARÃES, J. H.; REGO, M. L. Violência contra idosos: um grande desafio do envelhecimento. *Revista Médica de Minas Gerais*, v. 26, supl. 8, p. S408–S413, 2016.

- DO NASCIMENTO, S. R. C.; COSTA, F. S.; SOUZA, L. R. A violência como expressão da questão social e a atuação do Estado de Pernambuco na proteção social à pessoa idosa. In: *Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, 2019.
- ESTEVAM, É. A.; FRANCISCO, P. M. S. B.; SILVA, R. A. Privatização da velhice: sofrimento, adoecimento e violência na relação entre cuidadores e idosos. *Saúde e Sociedade*, v. 30, e200928, 2021.
- GARRIDO, R.; MENEZES, P. R. Impacto em cuidadores de idosos com demência atendidos em um serviço psiquiátrico. *Revista de Saúde Pública*, v. 38, p. 835–841, 2004.
- GRATÃO, A. C. M.; VALE, F. A. C.; RORIZ-CRUZ, M.; HAAS, V. J.; RODRIGUES, R. A. P. Sobrecarga e desconforto emocional em cuidadores de idosos. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 21, p. 304–312, 2012.
- LINO, V. T. S.; CAMACHO, L. A. B.; RIBEIRO FILHO, S. T. Prevalência e fatores associados ao abuso de cuidadores contra idosos dependentes: a face oculta da violência familiar. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 1, p. 87–96, 2019.
- MAIA, P. H. S.; BARBOSA, M. R.; COSTA, M. L.; ANDRADE, T. M. S. A ocorrência da violência em idosos e seus fatores associados. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, p. 64–70, 2019.
- MARTINEZ, S. H. L.; BRÊTAS, A. C. P. O significado do cuidado para quem cuida do idoso em uma instituição asilar. *Acta Paulista de Enfermagem*, p. 181–188, 2004.
- MAXIMIANO-BARRETO, M. A. Relação entre empatia, atitude implícita e sobrecarga em cuidadores de idosos formais e informais. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade [não informada].
- MINAYO, M. C. S. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 3, p. 783–791, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000300010>.
- MINAYO, M. C. S. Cuidar de quem cuida de idosos dependentes: por uma política necessária e urgente. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 1, p. 7–15, 2021.
- PILLEMER, K.; BURNES, D.; RIFFIN, C.; LACHS, M. S. Elder abuse: global situation, risk factors, and prevention strategies. *The Gerontologist*, v. 56, supl. 2, p. S194–S205, 2016.
- REAY, A. M.; BROWNE, K. Risk factor characteristics in carers who physically abuse or neglect their elderly dependants. *Aging & Mental Health*, v. 5, n. 1, p. 56–62, 2001.
- SCHUMACHER, A. A.; PUTTINI, R. F.; NOJIMITO, T. Vulnerabilidade, reconhecimento e saúde da pessoa idosa: autonomia intersubjetiva e justiça social. *Saúde em Debate*, v. 37, p. 281–293, 2013.

